

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
VOLUME 75 - NO. 3 — JULHO | AGOSTO | SETEMBRO

Ciência & Cultura

América Latina: Integração e Democracia





Foto de capa: Foto de [@wirestock](#) na [Freepik](#)

Todos os textos publicados na revista Ciência & Cultura estão licenciados sob a [Licença Creative Commons Atribuição 2.0 \(CC BY-NC-ND 2.0 BR\)](#).

Copyright © 2022 SBPC | Todos os direitos reservados

Ciência&Cultura

revistacienciaecultura.org.br

A revista Ciência&Cultura é uma publicação de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

DIRETORIA SBPC

Presidente

Renato Janine Ribeiro

Vice-presidentes

Francilene Procópio Garcia

Paulo Eduardo Artaxo Netto

Secretária-geral

Claudia Linhares Sales

Secretárias

Marilene Corrêa da Silva Freitas

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Laila Spíndola

Tesoureiras

Marimélia Porcionatto

Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos

EQUIPE C&C

Conselho Editorial

Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho

André Ramos

Carlos Medicis Morel

Elza Maria Ajzenberg

Ennio Candotti

Federico Mayor Zaragoza

Helena Bonciani Nader

Ima Célia Guimarães Vieira

João José Reis

Julia Tagüeña

Leonardo Avritzer

Lilia Katri Moritz Schwarcz

Luzia Matos Mota

Luiz Botelho de Albuquerque

Luiz Nassif

Marco Américo Lucchesi

Marcus Cueto Caballero

Maria de Lourdes Alves Borges

Marilene Correa da Silva Freitas

Mariluce de Souza Moura

Miriam Pillar Grossi

Paulo Eduardo Artaxo Netto

Sarah Azoubel

Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

Conselho científico-executivo

Fernanda Antonia da Fonseca Sobral

Ildeu de Castro Moreira

Maíra Baumgarten Corrêa

Marcelo Knobel

Renato Janine Ribeiro

Editor científico

José Vicente Tavares dos Santos

Editora-executiva

Chris Bueno

Web design

Noctis

Edição de vídeos

Olho Mágico

Edição de podcast

Next

Revisão e indexação

GN1

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A revista Ciência&Cultura é uma publicação com fins educativos e de divulgação científica e cultural, e sem fins lucrativos.



EDITORIAL

1. Integração Latino-Americana e Democracia 03
José Vicente Tavares dos Santos

ARTIGOS

1. *Welcome* à era da incerteza 09
Alfredo Pena-Vega
2. América Latina: integração e democracia 26
Benicio Schmidt
3. Uma proposição para a integração econômica da América do Sul 32
Fernando Ferrari Filho
5. Memória, trauma e Ditadura no Brasil 40
Enio Passiani
6. Memória e reconstruções sociais 47
César Barreira
7. Exilios y resistencias de militantes uruguayas 53
Nília Viscardi

REPORTAGENS

1. Integração regional latino-americana: transcendendo fronteiras 62
Bianca Bosso
2. Por onde anda a integração latino-americana pela educação? 66
Bruno Cesar Dias
3. Desenvolvimento sustentável na Amazônia 72
Mariana Hafiz
4. Direitos Humanos na América Latina 76
Priscylla Rosa
João Nogueira
5. 50 anos do golpe no Chile 82
Chris Bueno
6. Arte na América Latina: do monumento ao testemunho 88
Patrícia Mauriuzzo



Capa: A lógica cultural da era de modernidade tardia, marcada pela insegurança, repõe a alteridade cultural.
(Foto: Roberto Huczek/ Unsplash.com. Reprodução)

Integração Latino-Americana e Democracia

A união da América Latina em um momento de turbulências e crises é um desafio – mas também uma solução

José Vicente Tavares-dos-Santos

A abordagem do tema “Integração Latino-Americana e Democracia” será realizada de um modo multidisciplinar, envolvendo as dimensões ecológicas, econômicas, políticas, científicas e culturais.

Poderíamos denominar nosso tempo de “A Era da

Mundialização de Conflitualidades”, marcada pelo crescimento da produção industrial, o avanço do capital financeiro, o aumento das migrações internacionais, a pós-modernidade como forma cultural, a revolução das tecnologias da informação, a crise do meio ambiente e a crise social mundial. Desde os anos de 1990, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais mundiais que se manifestam, de forma articulada e análoga, mas com distintas especificidades, nas diferentes sociedades.

A lógica cultural dessa era de modernidade tardia, marcada pela insegurança, repõe a alteridade cultural, pois o culto da liberdade individual e o desdobramento da personalidade passam ao centro das preocupações. Entretanto, rompe-se a consciência coletiva da integração social. Vivemos uma situação de incerteza fabricada, na qual há uma pressão contínua para dismantelar as garantias socialmente construídas. Trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, provocando fenômenos de desfiliação e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro. Partimos de um contexto de incerteza mundial, em sistemas políticos complexos. Destaca Alfredo Peña-Vega (EHESS, Paris), em “Welcome à era da incerteza: uma reflexão antropolítica sobre um futuro global”:

“Encontramo-nos num ponto de viragem decisivo na forma como entendemos e concebemos o nosso destino comum. As policrises globais estão a convergir, mas a sua simultaneidade não é o resultado de uma infeliz coincidência. São semelhantes a todas as outras que marcaram a história. Mas há uma diferença, na medida em que esta é a primeira policrise verdadeiramente global do nosso século. A hipótese central deste artigo é que as incertezas que surgiram na sequência da convulsão planetária da pandemia, da escalada da crise climática e do ressurgimento da guerra no coração da Europa são extremamente abrangentes, mas ao mesmo tempo inesperadas e prescientes. Inesperado, porque, por um lado, revela a necessidade de integrar a dúvida e o erro e a multidimensionalidade dos fenómenos no nosso modo de pensar, que deve ser o sino que non da investigação, do exame e da reflexão”.

Iniciamos pela análise da integração da América Latina em uma perspectiva econômica. Seria a UNASUL, desde 2007, “uma alternativa econômica viável para que os países sul-americanos, ao se integrarem regionalmente, tenham estabilidade macroeconômica e desenvolvimento econômico e social?”, indaga Fernando Ferrari Filho (UFRGS):

“A integração é uma etapa de agregação de interesses que leva à formação de ‘blocos econômicos’, que por sua vez, vão de zona de livre

comércio, à união aduaneira, ao mercado comum e finalmente à união econômica e monetária. Neste sentido, o Mercosul é um processo, por exemplo. Outrossim, a estratégia de integração econômica deve estar aliada a mecanismos de realização da democracia, para gerar uma sociedade pluralista e participante. Do ponto de vista político a região convive entre formalismos eleitorais e profundas clivagens ideológicas, que provocam uma consistente má qualidade da democracia.”

Permanecem, entretanto, os dilemas do espaço político na América

“Vivemos uma situação de incerteza fabricada, na qual há uma pressão contínua para dismantelar as garantias socialmente construídas.”

Latina, salienta Benício Schmidt (UnB), em seu texto “América Latina: integração e democracia”:

“a legitimação dos regimes democráticos também abarca a existência necessária de políticas públicas de proteção social, de formas previstas de participação popular para garantir a cidadania, e assim por diante. Tudo isso exige a conformidade com a contemporaneidade de mundial, que tem destacado a emergência de

“Em um contexto marcado também pelo ressurgimento de ideologias caracterizadas por adesão à xenofobia, misoginia e outras virtualidades, realizar a democracia em consonância com políticas de desenvolvimento econômico continua sendo um desafio.”

novos processos de formação da opinião pública, com os usos de redes sociais, campanhas políticas com apelo à psicologia comportamental, uso de inteligência artificial partindo de dados publicamente disponíveis sobre perfis dos cidadãos e de grupos, e outros recursos disponíveis pelo acervo das ciências sociais contemporâneas”.

Lembra o autor que, em um contexto marcado também pelo ressurgimento de ideologias caracterizadas por adesão à xenofobia, misoginia e outras virtualidades, realizar a democracia em consonância com políticas de desenvolvimento econômico continua sendo um desafio.

A cooperação econômica regional ressurgiu na reportagem de Bianca Bosso, pois mesmo com o avanço de regimes democráticos na América-Latina, a situação política dos países ainda se mostra como um dos dilemas a serem superados. Acresce-se a questão crucial do desenvolvimento sustentável, explica a matéria de Mariana Hafiz: a necessidade de implementar políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, o combate ao desmatamento ilegal e a conservação do patrimônio genético da floresta. Também se destacou a importância de incluir os povos originários em todos os debates envolvendo o desenvolvimento sustentável da Amazônia nos próximos anos, incluindo mulheres e amazônidas urbanos. Cita o projeto de Alfredo Wagner (UFMA) que trata de garantir o desenvolvimento sustentável e levantar ações para combater mudanças climáticas, criando condições para os povos que habitam a região promoverem as suas próprias formas de proteção e defesa dos territórios, e de áreas preservadas, incluindo as terras e rios da região.

A Era da Mundialização de Conflitualidades e das incertezas repõe a literatura e a arte como reflexões sobre a sociedade, a ciência e a política. Na América Latina, desde o século XVI, sucederam-se três modos de representação: o discurso da abundância, o discurso da carência e da violência e o discurso do futuro virtual.^[1] Neste século XXI, ainda que os outros persistam, assoma-se a forma da violência:^[2] as metamorfoses do romance histórico, do romance testemunho, do romance policial ou do romance da violência, vem a expressar tais figurações e hibridismos.^[3]

Escreve Enio Passiani (UFRGS), em “Memória, trauma e

Ditadura no Brasil: A literatura testemunhal de Renato Tapajós”, que a violência política exige a restauração da memória contra a indiferença:

“Tal política da memória, por conseguinte, mantém abertas feridas traumáticas e instala um luto insuperável, contribuindo para que o passado não passe, comprometendo o nosso futuro, mesmo quando essa política é invocada em nome da conciliação e da superação em prol da transição (supostamente) harmônica e saudável dos regimes autoritários para os democráticos”.

Precisa o objeto de seu estudo:

“O romance testemunhal, como é o caso do livro de Renato Tapajós, não deixa de representar uma espécie de trabalho coletivo de elaboração do passado traumático uma vez que permite e amplia a circulação social de um conjunto de experiência dolorosas vividas individualmente, mas que são o produto de condições sociais e históricas que ressoam coletivamente, possibilitando o reconhecimento da dor alheia”.

Também o estudo das memórias e trajetórias de mulheres exiladas da América Latina e do Cone Sul, no período ditatorial das décadas de 70 e 80, exige uma abordagem das práticas repressivas estatais e paraestatais, bem como recordar as trajetórias ideológicas.

O texto de Nília Viscardi (UDELAR, Uruguay), em *“Exilios y resistencias de militantes uruguayas: arte, cuerpo y género a 50 años del golpe de estado”* evoca a memória de uma dançarina, Ema Haberli, expressando uma combinatória corpo-solidariedade-trabalho-dança contemporânea e militância ecológica:

“A revisão das biografias de mulheres no exílio centra-se nas diferenças a partir de uma perspectiva de gênero para compreender a memória e reconstruir a própria história oral. A forma como o exílio é percebido e como se dá a resposta às situações de vida que nele surgem mostram diferenças entre homens e mulheres expressas nos problemas de vida que são abordados nas biografias”.

Afinal, trata-se de reconhecer heranças, sofridas e afetuosas, a palmar o futuro, nos versos da cientista poeta Ângela Wyse, Neurocientista (UFRGS):

*“Ouço alguém
pisando o chão
Vejo marcas
positivas deixadas
no
Caminho de
quem muito
andou
E passos na terra
deixada por quem
plantou”^[4]*

No plano das virtualidades futuras, as lutas sociais, os sindicatos e os movimentos sociais traçam, juntamente com segmentos da intelectualidade universitária, uma agenda política para o aprofundamento da

“Há necessidade de se garantir o financiamento adequado das universidades públicas e dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação, inclusive para propiciar aos jovens uma presença relevante no futuro da sociedade.”

democracia na América Latina.

As forças democráticas defendem o papel central das universidades na produção de conhecimento, ciência e tecnologia, seja nos processos de fabricação ou nas tecnologias sociais e, em particular, na construção da cidadania. Inclusive, ressaltam o papel fundamental das associações científicas – como a [**Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência \(SBPC\)**](#) – nessa empreitada.

Da mesma forma, há necessidade de se garantir o financiamento adequado das universidades públicas e dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação, inclusive para propiciar aos jovens uma presença relevante no futuro da sociedade. Acelera-se, ainda, a combinação de práticas de democracia representativa com a democracia participativa (e o orçamento

participativo), assim como a democracia deliberativa (em conselhos, por exemplo).^[5]

Foi possível, então, formular uma agenda para a democratização profunda das sociedades da América Latina, para além das especificidades nacionais.^[6]

- Implementar um marco legal para a ciência, tecnologia e inovação;
- Revitalizar o ensino secundário, combinando a cultura humanista com a educação científica e tecnológica;
- Garantir o papel central das universidades na produção de conhecimento, ciências, produção e tecnologias; em particular, na construção da cidadania. Portanto, o retomar do financiamento adequado das universidades públicas e dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação, inclusive para proporcionar aos jovens papel relevante no futuro da sociedade.
- Importa efetivar uma série de medidas contra a exclusão social e o desemprego, com a redução da pobreza e o aumento real dos salários-mínimos, acentuando a expansão do empreendedorismo, a participação da mulher e a geração de emprego e renda a fim de ampliar a inclusão social.
- Disseminar a inclusão digital em todos os espaços sociais.
- Garantir do Estado Democrático de Direito.
- Combinar as formas da democracia representativa com as formas da democracia participativa e deliberativa.
- Retomar o crescimento económico, com a afirmação da Quarta Revolução Industrial, a economia digital, o fortalecimento da produção industrial e do sector dos serviços, e a expansão das micro e médias empresas.
- Expandir a Reforma Agrária ampla e geral e assegurar um papel relevante aos produtores familiares.
- Afirmar o modo de produção da segurança cidadã, como possibilidade de superação

“Precisamos de ciência alinhada a políticas públicas para que possamos aproveitar nossas vantagens estratégicas e enfrentar nossas vulnerabilidades.”

das violências e da violência de gênero.

- Garantir os territórios, a economia e a cultura dos povos originários.
- Preservar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
- Assegurar a produção da diversidade cultural, da democratização dos meios de comunicação e da valorização da multiplicidade de conhecimentos, num diálogo crítico entre o senso comum, os pontos de vista tradicionais e o conhecimento científico, reafirmando o hibridismo como contribuição universal.
- Reconhecer a diferença, afirmando os direitos humanos coletivos, garantindo os direitos das mulheres, reconhecendo a juventude, e promovendo a diversidade étnica e as ações afirmativas.
- Renovar o multilateralismo nas relações internacionais, afirmando as interfaces Sul-Norte e Sul-Sul, e propondo o desenvolvimento sustentável, em um novo horizonte da cooperação latino-americana.
- Afirmar a Paz como direito universal.

Este número da **Ciência & Cultura** insere-se em um contexto de imaginação econômica, política, científica e cultural, vislumbrando virtualidades para a América Latina do futuro. Pois, segundo o antropólogo Caleb Alves (UFRGS),

*A leitura invade
as linhas da mão
e procura
na indiferença dos pares
qual destino
ainda tem forças
para resgatar
tua humanidade*

Notas

[1] Ortega, Julio. El sujeto dialógico: negociaciones de la modernidad conflictiva. México: FCE, 2010.

[2] Adorno, Sérgio. "Préface de La violence dans l'imaginaire latino-américain". In: CORTEN, André & CÔTÉ, Anne-Élizabeth (Dirs.). La violence dans l'imaginaire latino-américain. Paris: Karthala; Québec: Presses de l'Université du Québec, 2008.

[3] Tavares-dos-Santos, José Vicente. Figuraciones de la violencia (sociología de novelas latinoamericanas). Buenos Aires: TESEO, 2022; Tavares-dos-Santos, José Vicente. O Romance da Violência: sociologia das metamorfoses do romance policial. Porto Alegre: TOMO, 2020; Tavares-dos-Santos, José Vicente e Viscardi, Nilia. "Dossiê Literatura, Sociedade e Violência: apresentação". In: O Público e o Privado. Fortaleza: EdUECE, v.21, n.44, 2023, pp. 7-21.

[4] Wyse, Angela. Neuropoesia. Porto Alegre: TOMO, 2016.

[5] Fedozzi, Luciano. Orçamento Participativo. Reflexões Sobre A Experiência De Porto Alegre. Porto Alegre: TOMO, 2001; Sintomer, Yves. O poder ao povo: júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

[6] Tavares-dos-Santos, José Vicente. "Autoritarismo y crisis de la democracia: el neoliberalismo dependiente conservador en Brasil". In: Torres-Ruiz, René y Darío Salinas (Coords.). Crisis política, autoritarismo y democracia. México: Siglo XXI, 2022.

José Vicente Tavares-dos-Santos é professor do Departamento de Sociologia, aposentado; professor dos Programas de Pós-graduação em Segurança Cidadã, Sociologia e de Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, pesquisador do CNPq e editor deste número da Ciência & Cultura.



Capa. Período turbulento traz questionamentos sobre o futuro da América Latina.

(Foto: [Alexander Schimneck](#)/ Unsplash.com)

Welcome à era da incerteza

Uma reflexão antropolítica sobre um futuro global

Alfredo Pena-Vega

Resumo

“*Welcome à era da incerteza*” é uma reflexão sobre a complexidade da política global, que se tornou o traço essencial da maioria das abordagens antropolíticas. No entanto, ainda não foi objeto de uma abordagem filosófica que a inscreva num discurso de fundamentação ou de fixação epistemológica. Centramos a nossa atenção na consciência ecológica e, como mostramos neste texto, a consciência ecológica encontra simultaneamente, de uma forma global e central, o problema da natureza como natureza, o da sociedade como sociedade e o da humanidade como humanidade. Desta forma, podemos complexificar uma política planetária através de uma pluralidade de desafios.

Palavras-chave: Incerteza; Complexidade; Global; Imprevisível; Desafios; Ecologia; Pensamento; Democracia; Eco-nomia; Social; Educação; Terra; Política planetária.

Introdução

Com incêndios incontroláveis, ondas de calor sem precedentes e inundações gigantescas a varrer o globo, será que ainda é possível ficar de braços cruzados sem questionar fundamentalmente a nossa visão do mundo e o nosso modo de vida?

O nosso mundo está atravessando um período muito turbulento e estão reunidos todos os ingredientes para um certo número de desafios futuros. Numa altura em que os efeitos do aquecimento global continuam a dar sinais de descontrolo – fenómenos excepcionais, subida das temperaturas, inundações, secas, incêndios, etc. – somos confrontados com um novo desafio. Muito recentemente, a ciência ensinou-nos que o sistema de correntes oceânicas que regula o clima de uma parte do planeta poderá entrar em colapso mais cedo do que o previsto.^[1] Esse é mais um aviso sério sobre o estado do nosso planeta: diminuição dos recursos de água potável, aumento das "zonas mortas" nos oceanos, perda catastrófica de biodiversidade, desflorestação a um ritmo vertiginoso. Há muito que os cientistas nos avisam que será demasiado tarde para mudar de rumo, chamando a nossa atenção para as políticas de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e para as medidas de saúde pública.^[2] Entretanto, os nossos decisores políticos continuam sonâmbulos face a uma tragédia anunciada.

A crescente influência dos seres humanos no ambiente natural ao longo dos séculos conduziu a desafios globais significativos na encruzilhada da saúde, dos quais a covid-19 não é, infelizmente, uma das manifestações mais recentes.^[3] Como Settele argumenta, as alterações climáticas e o aumento de pandemias zoonóticas como a covid-19 são o resultado da interferência humana nos ambientes naturais.^[4] Todos nos lembramos do grande confinamento.^[5] Assim, mais de três anos após o início da pandemia e a morte de milhões de pessoas, a questão sobre o coronavírus continua a ser controversa e delicada, com os fatos a tremeluzirem no meio de um emaranhado de análises e hipóteses, como enfeites de Natal numa árvore escura e espinhosa.^[1]

Neste mundo em convulsão, até os defensores do *business-as-usual* se comoveram com o estado do nosso planeta. No Fórum Económico Mundial (Davos), a retórica foi

grandiloquente: "a Terra está aquecendo, o gelo está derretendo, os oceanos estão subindo e se enchendo de plástico. Estamos perdendo espécies, acumulando gases de efeito estufa e ficando sem tempo. Perante estes fatos, é tentador ser derrotista. No entanto, há muitas razões para nos regozijarmos. Uma palavra de ordem: 'sustentável'. Um imperativo que se aplica a todos os domínios da atividade humana – energia, alimentação, vestuário, viagens, cidades, etc.". ^[6] Quando este mesmo Fórum Económico Mundial se reuniu pela primeira vez em 1974, o relatório do Clube de Roma, "[*The Limits to Growth*](#)", já

"Há três anos, as 'comunidades' estão mergulhadas numa grande incerteza: sanitária (pandemias, zoonoses), económica (crise generalizada), política (estreitamento dos princípios democráticos), psicológica (ansiedade, medo do futuro) e moral (enfraquecimento do sentido do dever, corrupção)."

tinha sido publicado em 1972. Segundo este relatório, a análise das causas e das consequências a longo prazo de um crescimento econômico mundial ilimitado conduziria a um futuro "insustentável". Dennis Meadows e os seus coautores explicaram que os limites ecológicos do planeta (em termos de utilização de recursos e de emissões de gases com efeito de estufa) teriam consequências consideráveis para o desenvolvimento global durante o século XX...^[7] Infelizmente, o capitalismo de sempre do Fórum Económico Mundial nunca quis ter em conta as consequências dramáticas do crescimento exponencial num mundo finito, escritas em preto e branco no relatório de Meadows. (Figura 1)

No entanto, 50 anos depois, o reducionismo económico que o próprio homem ocidental engendrou, em particular o neoliberalismo, com o seu dogma do crescimento, da produção industrial em massa de bens materiais e de uma atividade económica que não respeita o ambiente através da sociedade de consumo, não enfraqueceu. "Quem acredita que o crescimento pode ser infinito num mundo finito é um tolo ou um economista", escreveu o economista Kenneth Boulding. Como recordou Aurélio Peccei, "o



Figura 1. Fórum Económico Mundial (Davos) de 2023, com presença de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil
(Foto: Fórum Económico Mundial. Reprodução)

futuro já não é... o que poderia ter sido se os homens tivessem sabido explorar mais eficazmente a sua inteligência e as possibilidades que se lhes abrem. Mas pode ainda tornar-se naquilo que queremos que seja, desde que sejamos razoavelmente realistas" (1983).^[8] Esta visão redutora explica-se pelo fato de a nossa relação com a terra, o meio ambiente e a natureza em geral continuar a ser "estritamente económica, envolvendo apenas privilégios e nenhuma obrigação moral ou cívica, embora toda a evolução nos devesse levar a mudar radicalmente a nossa atitude neste domínio".^[9] Continua a ser uma visão naturalista do mundo.

Encontramo-nos num ponto de virada (*turning point*) decisivo na forma como entendemos e concebemos o nosso destino comum. As polícrises globais estão convergindo, mas a sua simultaneidade não é o resultado de uma infeliz coincidência. São semelhantes a todas as outras que marcaram a história da humanidade. Porém, há uma diferença, na medida em que esta é a primeira polícrise verdadeiramente global do nosso século. Trata-se, antes de mais nada, de uma crise de sentido: já não sabemos habitar a Terra ^[10] e já não sabemos viver com ela e, sobretudo, já não temos imaginação para pensar numa outra Terra. Mesmo que sejamos muito optimistas quanto às capacidades tecnológicas futuras, à capacidade de reciclar ou de economizar as matérias-primas que consumimos, ao controle da poluição, à "transição" ambiental e ao planeamento, não é surpreendente que a ideia de

colapso^[11] seja agora tão temida pelas pessoas que teorizam uma "colapsologia".

A hipótese central deste artigo é que as incertezas que surgiram na sequência da convulsão planetária da pandemia, da escalada da crise climática e do ressurgimento da guerra no coração da Europa são extremamente abrangentes, mas ao mesmo tempo inesperadas e prescientes. Inesperado, porque, por um lado, revela a necessidade de integrar a dúvida e o erro e a multidimensionalidade dos fenômenos no nosso modo de pensar, que deve ser o *sine qua non* da investigação, do exame e da reflexão. Por outro lado, o inesperado tem um papel a desempenhar no anúncio de catástrofes ecológicas e políticas, que constituem uma oportunidade para novas orientações.^[12] Temos de nos confrontar com o problema da evolução do mundo na sua interdependência e globalidade, tentar identificar os limites de um modelo dominante pós-crise e, se possível, evitar reproduzi-los.

Qual é o denominador comum na grande variedade de respostas ao ritmo da mudança e às ameaças ecológicas, climáticas, sociais e políticas? Será a incerteza, o imprevisível? Ou será simultaneamente a dúvida, o erro e as incertezas no conhecimento, na representação e na modelação de sistemas complexos?

Embora a incerteza faça parte da ciência e da investigação há muito tempo, antes do advento da pandemia assistimos a uma espécie de repressão da incerteza na utilização e no raciocínio de certos fenômenos. Como sabemos, em praticamente todos os domínios, sejam eles "da razão" ou não, parece que, fundada ou ilusória, a certeza prevalece sobre a aporia. O desafio, a partir de agora, será o de enfrentar as incertezas.

Realidades complexas do mundo

Se reconhecermos que vivemos num mundo complexo, isso tem implicações importantes na forma como compreendemos esse mundo e como atuamos nele. Os sistemas complexos são constituídos por um grande número de relações não lineares. Para compreender esses sistemas, não podemos ter em conta essas relações, pelo que temos de simplificar. No entanto, esse processo reduz a complexidade do que queremos compreender. Não existe uma forma objetiva de o fazer, porque isso exigiria uma posição a partir da qual pudéssemos aceder a toda a complexidade. Este fato tem duas implicações. Em primeiro

lugar, significa que o nosso conhecimento das coisas complexas é sempre limitado e incompleto. Uma vez que a redução não é objetiva, mas baseada na escolha, temos, em segundo lugar, que reconhecer que estão sempre em jogo questões normativas quando lidamos com coisas complexas.

Essa normatividade pode ser descrita por aquilo a que poderíamos chamar as "realidades complexas do mundo".

Nesta seção, desenvolverei a ideia de uma incerteza da complexidade política. Uma vez que o nosso envolvimento com coisas complexas não pode ser reduzido a um simples cálculo, esta ética é fundamentalmente provisória e sublinha a responsabilidade que devemos assumir pelas nossas decisões, mesmo que

"A necessidade de tomada de consciência deve levar-nos a fixar dois objetivos primordiais: por um lado, assegurar a sobrevivência da humanidade e, por outro, fazê-la sair da barbárie em que ainda está mergulhada."

não possamos prever completamente os seus resultados. Uma vez que as nossas previsões não podem ser extrapolações formais, a vontade contém um elemento de criatividade (por oposição ao cálculo). Temos de imaginar certos aspectos dos resultados possíveis das nossas ações. A imaginação adquire assim uma posição central no nosso envolvimento com o mundo, incluindo quando fazemos ciência. Temos de tentar imaginar futuros melhores para criar as condições em que eles possam ser concretizados.

Estamos perante um dilema: será que estamos conscientes das convulsões do passado, será que a transformação de um modo de vida em que para os países ricos seria inegociável ou, como George H. Bush já declarou na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) em 1992: "o modo de vida americano não é negociável"? Entretanto, o futuro da humanidade está nos cofres dos bilionários senhores da tecnologia digital, que se esforçam por privatizar o nosso futuro com a alegada missão de trabalhar cientificamente para o bem da humanidade. Quando, na realidade, se trata apenas de expropriar o nosso conhecimento e de o controlar através de toda uma série de



Figura 2. O aparecimento do coronavírus contribuiu para uma releitura da nossa visão existencial.

(Foto: © ACNUR/Allana Ferreira)

megaprojetos tecnológicos... tudo apoiado no sonho de conquistar o futuro, para explorar o futuro longínquo, para sermos os únicos senhores... O que significa privatizar o nosso futuro?

Já não estamos nos debates do início dos anos 2000 entre os pessimistas e os otimistas sobre os benefícios da globalização, mas sim numa discussão que se centra hoje sobre o modelo de civilização que queremos: perseverar num modelo de abundância (*hybris*) ou bifurcar (realmente no sentido de bifurcação) para um modelo de sobriedade (neutralidade carbônica, consumo sóbrio, etc.). A alternativa que se nos coloca coletivamente é a seguinte: será o abismo ou será a transformação.

As perspectivas e a exigência de transformação entraram no espírito das pessoas através de uma tomada de consciência coletiva das questões ecológicas, ambientais, políticas e sociais em jogo. Isto implica abandonar a lógica do produtivismo e do consumismo e dar-lhes um novo significado. Contribuir para a emergência de um "modelo alternativo" e torná-lo um objetivo útil de uma "teoria social" para compreender os desafios atuais das nossas sociedades. André Gorz (2008) ^[13] disse um dia que "o capitalismo atingiu um limite, interno e externo, que é incapaz de ultrapassar, e que faz dele um sistema que sobrevive por subterfúgio à crise das suas categorias fundamentais: o trabalho, o valor e o capital". Para ultrapassar esta situação, Félix Guattari afirmava que "para fazer face aos gigantescos desafios do nosso tempo, para reorientar radicalmente os seus objetivos, é necessário passar de uma ecologia do passado, fixada na defesa do que foi alcançado, para uma ecologia futurista,

inteiramente mobilizada para a criação".^[14] Voltaremos mais tarde a essa ideia de ecologia do futuro. Mais recentemente, numa entrevista ao jornal diário *Le Monde*, os antropólogos Philippe Descola e Batiste Morizot argumentaram que a crise climática está inaugurando uma nova época em que os conceitos das Luces têm dificuldade de compreender e que precisamos construir uma sociedade com a Terra. A sua mensagem é: "É tempo de tornar o mundo apto para a vida".^[15]

Uma incerteza de princípio

"Vimos que a partir de um certo número de interações e interdependências, ou mesmo de um certo grau de complicação, torna-se impossível calcular e compreender os micro-processos de um fenômeno".^[16] Assim, colocar questões sobre o ritmo acelerado das mudanças na nossa história sem ter em conta as interações e/ou interdependências torna-se uma tarefa impossível para a compreensão dos fenômenos. Não esqueçamos que a incerteza não diz respeito apenas a medições e previsões. Diz respeito aos conceitos capazes de dar conta de fenômenos complexos. Assim, o conceito de complexidade do mundo revela um princípio de incerteza humana, que está ligado não só às interações que constituem a organização do "coletivo" humano e não humano, mas também aos conceitos fundamentais necessários para conceber plenamente a vida...

Alguns acreditam que as ameaças estão diminuindo, outros que estão evoluindo a uma velocidade vertiginosa, outros ainda que a evolução acabará por ser positiva, ou apocalíptica, ou mesmo que essas ameaças são das muitas que a humanidade tem de ultrapassar. As ameaças são por vezes entendidas em termos de perdas econômicas, de injustiça ou de riscos existenciais com efeitos irreversíveis. Muito recentemente, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, referiu-se a novas medidas para proteger os norte-americanos "da ameaça existencial das alterações climáticas e do calor extremo".^[17] Podemos assim compreender a importância dada às ameaças em termos de presente e de futuro.^[18] Nessa diversidade de pontos de vista, vale a pena destacar o contributo, muitas vezes polêmico, da falácia de que o não acontecimento é uma impossibilidade. Como afirma Dupuy, "um acontecimento que nunca acontece deve ser considerado impossível".^[19] Uma ilustração perfeita disto é o discurso dos pró-

nuclearistas franceses, que acreditam que um acidente nuclear na França é impossível! Trata-se de uma espécie de "negação" da importância de um acontecimento.

No entanto, em toda esta diversidade de pensamentos, surge um postulado segundo o qual seria uma convicção moral ligada à própria possibilidade da humanidade perturbar os sistemas naturais de forma consequente. Poderíamos subscrever em parte este postulado, mas penso que, mais do que uma questão de moralidade, é uma questão de ter em conta as nossas incertezas, que são difíceis de aceitar. Por isso, temos de viver e pensar com elas. A primeira incerteza é a incerteza da vida quotidiana: a incerteza do que vai acontecer no futuro. E, apesar das dificuldades da vida, esta não

*"É preciso
'democratizar a
democracia', o que
significa, antes de mais
nada, desconstruir o
modelo dominante de
globalização. Isto
pressupõe uma maior
integração dos
processos de decisão a
nível mundial."*

é uma má notícia. Outra incerteza, segundo Ord, "é a incerteza moral: a incerteza sobre a natureza dos nossos compromissos éticos".^[18] No entanto, a necessidade de fazer da policrise uma prioridade global não exige certezas. Certamente, de um ponto de vista moral, haveria uma consciência crescente, ainda que por vezes parcial, dos perigos que ameaçam as nossas "coletividade", no sentido de Philippe Descola (2022).^[20]

Em última análise, este reconhecimento das incertezas é o que caracteriza a atual policrise mundial. A procura de uma saída para as perturbações políticas, climáticas e sanitárias é concomitante em termos de desafios. Além disso, a crise climática, as negociações de ontem em Paris (COP21) e as próximas negociações no Dubai (COP28), juntamente com as múltiplas problemáticas que se entrelaçam numa policrise planetária,^[21] realçam a ideia imperativa de uma mudança de "Via" (no sentido moriniano)", como um processo de transformação em relação ao modelo econômico e político dominante. "O colapso climático começou" (setembro 2023), lamentou o Secretário-Geral da ONU numa declaração em resposta ao anúncio de temperaturas recorde no verão no

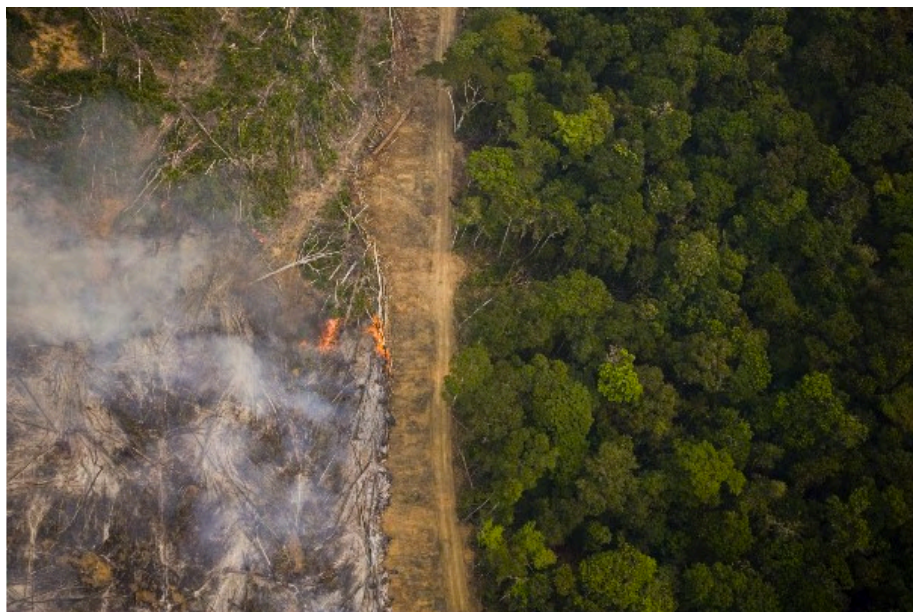


Figura 3. A natureza, bem como os seres humanos e não humanos, tornaram-se meios para atingir um fim: são meros instrumentos para aumentar a rentabilidade das empresas e das sociedades.

(Foto: Daniel Beltra/Greenpeace. Reprodução)

hemisfério norte.

Há três anos, as "comunidades" estão mergulhadas numa grande incerteza: sanitária (pandemias, zoonoses), econômica (crise generalizada), política (estreitamento dos princípios democráticos), psicológica (ansiedade, medo do futuro) e moral (enfraquecimento do sentido do dever, corrupção). Mais do que uma coincidência, há realidades observáveis que não enganam. Para além das catástrofes sanitárias e econômicas, é o conjunto do modelo civilizacional atual posto em causa por essas catástrofes planetárias. Talvez não seja por acaso que os teóricos do colapso tenham um certo sucesso.

Parafraseando René Passet, "O destino do mundo é o de um confronto teórico - ou ideológico, se preferirem - e o de uma luta pelo poder".^[22] A complexidade do mundo incomoda-nos, porque a compartimentação das ciências conduziu a uma enfermidade do pensamento: embora vivamos numa "sociedade do conhecimento", sofremos de deficiências cognitivas e/ou continuamos a conceber a nossa visão do mundo em termos de "racionalidade cognitiva instrumental". Precisamos de um novo impulso para uma política planetária e/ou uma política para a humanidade que salvguarde o melhor da política de desenvolvimento e o melhor de cada civilização.

Os decisores políticos são como a ciência: compartimentados, dispersos, cada um a cuidar do seu próprio jardim. Por que razão, então, é tão difícil que o

objetivo de identificar uma alternativa se concretize na prática? Porque se depara com uma série de interesses econômicos, financeiros e científicos, evidentemente. Mas também, talvez, por uma razão mais sutil e preocupante: a dificuldade de pôr em causa uma visão paradigmática dominante do nosso "coletivo". As certezas que tendem a prevalecer em todo o lado, impedem um pensamento verdadeiramente radical. Então, como pensamos hoje na ideia de desafios relevantes?

Precisamos de começar a moldar um novo imaginário que nos ajude a ler a policrise de uma forma diferente, em outras palavras, a conceber novas questões – ou provas – que sejam diferentes de tudo o que temos teorizado nas últimas décadas. Trata-se de um verdadeiro desafio epistemológico, cujo um dos princípios pode ser retirado da ideia de ruptura epistêmica proposta por Nathan Ballantyne. Segundo o autor, a ruptura epistêmica ocorre quando um cientista ultrapassa claramente o seu campo de estudo e fala sobre um assunto sobre o qual não possui os dados ou o conhecimento necessário para avaliar as provas e/ou os dados.^[23] É verdade que as nossas crenças se baseiam apenas parcialmente numa base de provas relevante. É neste sentido que transgredir os limites do conhecimento exigiria, portanto, uma verdadeira invasão epistêmica. Sem querer extrapolar entre, por um lado, uma abundante acumulação de conhecimentos no domínio climático, dando mesmo origem a uma maior sensibilidade ecológica por parte de parte da população e, por outro lado, uma covid-19 em que não dominamos todas as interações científicas, deixando em aberto a sensação de uma ameaça ainda latente e/ou incerta. Como refere David Quammen, a questão das origens da pandemia continua a dividir as pessoas e tem sido frequentemente politizada. Segundo o autor, continuamos a não ter provas suficientes e definitivas, o que faz com que os especialistas sejam por vezes influenciados pelas suas crenças. Isto deve-se, em parte, ao fato das provas que fornecem as respostas terem se perdido ou simplesmente não estarem ainda disponíveis.

Estamos num nevoeiro. Será que o conhecimento destes fatos pode nos levar a pensar de forma diferente nas nossas convicções sobre o nosso futuro? O aparecimento do coronavírus contribuiu, sem dúvida, para uma releitura da nossa visão existencial. Ainda não sabemos como começou a pandemia. As nossas certezas sobre a verdade científica foram destruídas e a ciência continua a não ter certezas

sobre a sua origem. Esta é uma questão importante. As prioridades de investigação, a preparação global para a pandemia, as políticas de saúde e a opinião pública em relação à própria ciência serão permanentemente afetadas pela resposta à questão da origem – se alguma vez obtivermos uma resposta definitiva.^[1] (Figura 2)

No momento em que os cientistas lutam para impor os seus conhecimentos, os princípios que proponho esboçam o que seria uma verdadeira narrativa para prever o imprevisível. Como sabemos, os acontecimentos são muitas vezes imprevisíveis, e há muitos exemplos históricos disso: a derrota do exército nazista em 1944, a tragédia humana e ecológica de Chernobyl em 1986, a tripla catástrofe de Fukushima em 2011 e a catástrofe sanitária da pandemia em 2020 foram acontecimentos imprevistos. Ninguém previu a derrota dos nazistas pelo exército soviético, nem as duas catástrofes nucleares: com as autoridades japonesas de segurança nuclear a considerarem que um acidente deste tipo era tecnologicamente impensável. Quem poderia imaginar uma crise sanitária mundial? Por fim, se olharmos para a história das grandes catástrofes, verificamos que elas foram concebidas para

mascarar a ideia de que tudo o que é importante é imprevisível. Esses são alguns dos acontecimentos invisíveis na altura, e temos de lidar com o imprevisível. Não sabemos o que é invisível hoje. Pode não haver nada invisível, mas não é certo. Há sempre uma zona obscura, algumas causas ocultas... no coração desta zona obscura, e parafraseando Werner Heisenberg, há um princípio de incerteza. No coração do paradigma da incerteza está o problema da insuficiência da lógica e a necessidade de uma lógica que incorpore o confronto dialético da contradição. A incerteza está, portanto, no próprio coração da lógica. "Há um princípio de incerteza e, como acabamos de discutir, há um princípio de incerteza no coração da lógica".[24]

Uma pluralidade de desafios

Eis-nos, mais uma vez, confrontados com o grande paradoxo: se a globalização – a interdependência de todos os fenômenos planetários – era uma realidade, uma oportunidade e até um risco, estes fenômenos estão conduzindo a uma globalização das ameaças: desequilíbrios da biosfera (ecológicos, climáticos), (bio)tecnológicos (IA, guerra nuclear), sanitários

(pandemias), políticos (as democracias estão regredindo em toda a parte), bem como fatores de exclusão e de marginalização (econômicos, sociais, científicos, culturais), etc... Este é um sinal não só de que a consciência está atrasada em relação aos fatos, mas também de que os fatos estão atrasados em relação à consciência. A necessidade de tomada de consciência deve levar-nos, a nós "humanos" (como dizem os Inuit), a fixar dois objetivos primordiais: por um lado, assegurar a sobrevivência da humanidade e, por outro, fazê-la sair da barbárie em que continua mergulhada. Como atingir esses objetivos?

Lançar as bases de uma reforma e de um alargamento do pensamento (filosófico, político, ecológico), reunindo o que está disperso e recuperando a complexidade dos problemas humanos não humanos, é essencial para a fundação deste novo conceito de "Terra", em que a utopia parece mais realista do que o pragmatismo de gestores tranquilizadores, mas cegos.

Se a policrise é certamente a possibilidade de morte, é também a possibilidade de mudança. A transformação (metamorfose, mutação) que devemos empreender só será possível se aceitarmos que as crises atuais não podem ser resolvidas separadamente. Só podemos responder a uma crise de civilização com uma política de civilização. Não se trata apenas de um chavão ou de uma frase feita para abrilhantar um discurso, mas de uma abordagem global que conduza a um programa concreto e abrangente para enfrentar os desafios do nosso tempo.

Gostaria de retomar aqui uma ideia antiga, mas ainda atual, de Günther Anders (2008),^[25] segundo a qual as nossas reflexões acadêmicas sobre aquilo que Toby Ord chama "riscos existenciais e o futuro da humanidade" (2020),^[18] devem passar para a necessidade de compreender a situação de urgência vital a que a humanidade se encontra exposta. Precisamos de uma filosofia política que esteja à altura dos desafios do nosso destino comum e que rompa com uma filosofia discursiva abstrata que ignora a realidade das catástrofes. Gostaria de colocar a seguinte questão: qual é a natureza complexa do futuro e como essa natureza modifica a estratégia? Reorientar a nossa trajetória significa, em primeiro lugar, admitir e perceber que a superação do "impasse planetário" ^[14] em que nos encontramos exige a compreensão de que a humanidade e a biosfera são inseparáveis, e que o futuro de ambas depende igualmente da nossa "comunidade de destinos terrestres".^[26]

O desafio do pensamento

Esta policrise amplificou-se e aprofundou-se numa crise do pensamento. Vivemos cada vez mais na dependência de um pensamento disjuntivo e unilateral, incapaz de ligar os conhecimentos para compreender as realidades do mundo onde os assuntos e as atividades interagem.^[21] Para ultrapassar essa tendência para disciplinas fechadas, incapazes de conceber a multidimensionalidade e as contradições inerentes a um único acontecimento, é necessária uma verdadeira revolução paradigmática, que rompa completamente com a visão do mundo do passado. Não, não se trata de uma simples mudança, de uma simples permutação, como a permutação entre a Terra e o Sol, para alterar efetivamente toda a nossa visão do mundo. Podemos dizer que, nas teorias científicas, há saltos ontológicos de um universo para outro, eles não se acumulam uns sobre os outros. Ao adotar um modelo crítico não reducionista, Morin convida-nos a afastarmo-nos de um realismo científico reducionista, propondo outra visão do mundo, com interconexões entre laços que se autorreproduzem e auto-organizam, e um método de pensamento baseado num duplo princípio de disjunção e redução, a que chama princípio de simplificação.

A partir do final dos anos 70, a obra de Edgar Morin foi extraordinária, quase heroica (parafraseando Jean Marie Domenach): poética, mitologia, filosofia, biologia, física, pensamento sistêmico, complexo, etc., juntaram-se para constituir a aventura científica do pensamento, e ele esteve em todas as encruzilhadas de uma verdadeira ruptura paradigmática.

Como foi muitas vezes descrito, "a aventura científica é uma aventura complexa em que a incessância empírica da observação, da interrogação e da experimentação trouxe finalmente para o primeiro plano o que tinha sido banido por princípio: a complexidade" [Morin, 1979]. Como diz a ata da universidade de verão, o objetivo é "formular princípios de inteligibilidade complexa" (arquivo, 2010),^[27] ou seja, o princípio da universalidade ("não há ciência senão no geral") deve ser combinado com um princípio de inteligibilidade baseado no local e no singular. O princípio do reconhecimento da irreversibilidade do tempo físico (segundo princípio da termodinâmica) e do tempo biológico (ontogênese, filogenia, evolução) deve ser reproblematicado numa perspectiva de organização antro-po-social. Morin propõe a intervenção da história em todas as descrições e

explicações. Além disso, insiste em três pontos que, a meu ver, não podem ser ignorados paradigmaticamente: a ideia de que o conhecimento das partes conduz ao conhecimento do todo, que por sua vez conduz ao conhecimento das partes; estamos aqui numa posição muito afastada da lógica holística e/ou do reducionismo (a convicção da multidimensionalidade dos fenômenos); a incontornabilidade da problemática da organização, de que alguns dos princípios acabamos de passar em revista (inter-retroação, auto-eco-organização, etc.); e a incontornabilidade de uma dialógica ordem/ desordem/ interação/ organização em toda a procura de inteligibilidade dos fenômenos) e a inescapabilidade de uma dialógica ordem/ desordem/ interação/ organização na busca da inteligibilidade dos fenômenos.

O desafio da democracia

Mais do que uma democracia na defensiva, vivemos uma regressão do nosso sistema democrático. "O paradoxo central do nosso tempo é, sem dúvida, o seguinte. A nossa época pode ser vista simultaneamente como

uma época em que o princípio democrático começa a triunfar plenamente e como uma época da sua possível autodestruição".^[28, 29]

A *Freedom House*, uma organização norte-americana que desde a Segunda Guerra Mundial alerta contra a autocracia e os atentados aos princípios da democracia em todo o mundo, publicou em 2021 um relatório especial sobre um país que geralmente não tem merecido tanta atenção: os Estados Unidos. O relatório sublinha o fato dos Estados Unidos estarem vivendo "uma crise aguda da democracia". No mesmo ano, o Instituto Internacional para a Democracia – um influente grupo de reflexão com sede em Estocolmo – seguiu o exemplo, acrescentando que, pela primeira vez, os Estados Unidos estavam na lista das "democracias em regressão". Além disso, e isto é válido para toda a Europa e mesmo para além dela: estamos num período de regressão e de inadequação democrática.

Embora a Europa, no seu conjunto, partilhe um desejo de democracia, isso não significa que esse desejo de democracia esteja sendo plenamente exercido, ou mesmo que a Europa, no seu conjunto, apresente hoje o rosto de uma democracia rica. Existe a sensação de que, neste momento de crise aguda, para ser breve, os

cidadãos europeus, são pouco democratas ativos, se não mesmo indiferentes, às aspirações e às conquistas históricas da democracia? Haverá um ponto de virada, uma espécie de indiferença, uma passividade democrática?

Quais são as razões das aspirações e tendências nacionalistas ou mesmo neofascistas desfavoráveis às raízes democráticas? Quais são as principais causas desta negligência, se não mesmo erosão, da democracia?

É preciso "democratizar a democracia", o que significa, antes de mais, desconstruir o modelo dominante de globalização. Isto pressupõe uma maior integração dos processos de decisão mundialmente. Em termos concretos, isto significa reformular o papel das Nações Unidas nas relações internacionais e democratizar o funcionamento do seu Conselho de Segurança e a sua relação com a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social. Significa também dar vida, do nível local ao global, a uma "democracia cognitiva" viva, que aproveite a experiência dos cidadãos e redescubra a ambição democrática original: o direito de cada um se ocupar dos assuntos comuns. Em todos os continentes, este regresso dos cidadãos ao centro da deliberação política e da tomada de decisões está dando origem a práticas inovadoras que apontam o caminho para uma necessária "democratização da democracia", condição prévia para que os cidadãos voltem a tomar os seus destinos nas suas próprias mãos. Chegou o momento de transformar esta comunidade involuntária de riscos numa comunidade voluntária de destinos. Por outras palavras, chegou o momento de construir a interdependência como um projeto, comprometendo-nos – como indivíduos, como membros de comunidades e nações distintas e como cidadãos do mundo – a reconhecer a nossa responsabilidade e a agir, diretamente e através de Estados e Comunidades (infra e supranacionais), para identificar, defender e promover os valores e interesses comuns da humanidade.

O desafio de uma eco-nomia diferente

Com a economia a subjugar a condição humana e as finanças a subjugar a economia, as nossas vidas passaram a ter não um valor, mas preços. Uma civilização plenamente humana só pode ser fundada numa ecologia integral, ou seja, na consideração constante do que é infinito nos outros seres humanos e não humanos. Trata-se de criar no nosso tempo, nos nossos vastos territórios e no seio das nossas comunidades, as condições para a renovação da amizade

grega, esse sentimento cívico, político e ético, que mantinha a cidade unida. A *philia* moderna é a fraternidade. Em termos práticos, isso significa ultrapassar o anonimato nas nossas sociedades que, demasiadas vezes, nos isenta do respeito básico que devemos aos outros. As cidades, as zonas suburbanas e as zonas rurais não devem continuar a ser lugares de isolamento e de segregação, mas sim lugares de cultura, de intercâmbio, de partilha, de igual dignidade e de igual criatividade. Esse objetivo, e os valores que lhe estão subjacentes, devem permear todas as políticas erradamente consideradas setoriais, da habitação à saúde, dos transportes à educação, do trabalho à paisagem e à arquitetura.

Os problemas atuais estão enraizados na consciência humana e é preciso enraizar a política que os resolverá. Em termos práticos, isto significa manter e tornar coerente o nosso pensamento sobre a democracia, o ambiente, as relações sociais e uma eco-nomia, não moralizando o capitalismo, mas teorizando outra alternativa ao capitalismo (eco=*oikos*, que significa casa ou lar; *logos*, que significa conhecimento; e *nomia* ou *nomos*, que significa gestão). Assim, a ecologia integral é o conhecimento da casa ou do lar e a economia é a gestão do lar.

Os modelos microeconômicos que estão na origem da crise financeira e econômica baseiam-se no pressuposto irrealista de que a irracionalidade é totalmente individualizada, isolada, desencarnada e instrumental. Temos de reexaminar a própria forma como usamos a razão, para a tornar capaz de apreender a multidimensionalidade das realidades e reconhecer a interação de interações e *feedbacks*. O problema reside na transmissão de conhecimentos, em que o ensino está completamente desfasado da realidade da nossa Terra. Os programas e currículos de economia têm muito pouco a ver com o estudo da gestão dos lares da Terra. Uma grande parte do ensino é dedicada à gestão do dinheiro. A economia foi reduzida a uma simples questão de dinheiro.

Passamos da gestão da casa terrestre para a gestão do dinheiro e das finanças no interesse de um determinado grupo de pessoas e não no interesse de todos os membros de um lar terrestre. Sem ecologia, não há economia. No entanto, sobretudo no ensino das grandes instituições e, em geral, nas universidades do mundo, a economia é ensinada como se não houvesse qualquer ligação entre economia e ecologia.

A natureza, que é outro nome para a ecologia, é vista como um mero recurso para a economia, o que, de fato, significa um recurso para maximizar o lucro através de uma produção e de um consumo cada vez maiores. Desta forma, a natureza foi reduzida a um mero recurso. Do mesmo modo, o homem foi reduzido a um recurso para a economia. Chamamos-lhe "recursos humanos".

A produção, o consumo e a procura incessante de lucro, em nome do crescimento económico, do progresso e do desenvolvimento, tornaram-se os objetivos mais prezados da economia moderna. A natureza, bem como os seres humanos e não humanos, tornaram-se meios para atingir um fim: são meros instrumentos para aumentar a rentabilidade das empresas e das sociedades. (Figura 3)

Temos de ultrapassar os maniqueísmos dogmáticos e as mutilações tecnocráticas que apenas reconhecem realidades arbitrariamente compartimentadas, cegas para o que não pode ser quantificado e que ignoram as complexidades humanas e não humanas. Temos de abandonar a falsa racionalidade. As necessidades humanas nunca são apenas económicas e técnicas: são sempre emocionais, simbólicas e

O desafio ecológico

A crise ecológica planetária, reconhecida cientificamente desde o início dos anos 1970, ameaça não só a nossa biosfera, mas também os seres humanos e não humanos e as nossas civilizações. O desafio consiste em criar uma nova consciência ecológica global, centrada numa visão anti-anthropocêntrica. Um pensamento ecológico que tenha em conta a complexidade dos fenômenos multidimensionais. Esta última justifica-se não só pelas crises ecológicas que vivemos, mas também pelas múltiplas interações complexas que ocorrem na biosfera. A humanidade elevou-se ao cume da natureza – era essa a grande narrativa da "salvação" pelo "progresso" ^[30] – mas permanece no seio da natureza, segundo os "pós-modernos ecológicos". Nessa corrida infernal de devastação ecológica, "os seres humanos tornaram-se a escravatura global da biosfera, mas, ao mesmo tempo, escravizaram-se a ela. Tornou-se o hiperparasita do mundo vivo, mas porque é um parasita, ameaça a sua sobrevivência ao ameaçar desintegrar [o *Oikos*] do qual vive." ^[31] A consciência ecológica global está conduzindo a uma consciência antropolítica e levanta a questão da situação da esfera política na biosfera, ou seja,

dos seres humanos na natureza. Pode e deve o homem ocupar um lugar diferente na natureza?

O desafio ecológico deve ser acompanhado de uma visão de emancipação e de projetos sociais e políticos, em que possamos emancipar-nos da subjugação da dominação econômica, que impôs a sua forma de ver/controlar o mundo, com indicadores e instituições que favoreceram a acumulação desigual de riqueza por alguns, a fragilidade social de muitos e a depredação e devastação ecológica. Essa consciência ecológica planetária é inseparável de uma nova visão de justiça climática e/ou ambiental e mesmo social. A dívida ecológica que os países do Norte têm para com os países do Sul Global é muito maior do que a dívida externa que os países do Sul têm para com os países do Norte. Para resolver o problema da dívida do Sul Global, é imperativo aboli-la pura e simplesmente e substituí-la por investimentos ecológicos por parte dos países do Sul Global. A ecologia política não pode ser isolada. Pode e deve enraizar-se nos princípios das políticas emancipatórias que animaram a nossa história social e republicana, e que irrigaram a consciência cívica dos povos de esquerda em França e noutros países. Desta forma, a ecologia política poderia apressar o advento de uma grande política da humanidade e do bem comum.

No entanto, nos últimos anos, a consciência ecológica global tem defendido a qualidade da vida humana e não humana. Passar do quantitativo ao qualitativo é uma forma de defender a natureza e o ambiente e, ao mesmo tempo, uma defesa de tudo o que pode ser feito politicamente para evitar a destruição dos nossos recursos naturais no sentido mais amplo do termo. Precisamos de uma política de alcance totalmente planetário, que englobe as inter-retroações entre a biosfera e a esfera antropolítica; a da "consciência ecológica em toda a sua amplitude antro-po-eco-planetária". ^[32] A visão de uma consciência planetária consiste em perceber todos os fenômenos na sua dimensionalidade e na sua relação com o meio ambiente.

Finalmente, gostaria de terminar essa apresentação com dois pontos adicionais, o primeiro dos quais é ontológico, relativo ao debate ainda em aberto sobre a nossa relação com a natureza, um ponto de vista que partilho com Serge Audier. A ideia de que o debate "permanece em aberto, para nós e para os outros, sobre se devemos renunciar pura e simplesmente ao conceito de natureza [...], é evidente que estamos, de qualquer modo,

condenados a conceber a 'natureza' e a agir com ela de novas maneiras".[30] A segunda é epistemológica, com a sua ênfase no *anthropos* como força de transformação do planeta, dando origem à noção de Antropoceno,^[33] uma nova era geológica marcada pela marca decisiva e irreversível da humanidade. No entanto, as verdadeiras causas desta hipotética "nova era geológica" permanecem um mistério. A crise ecológica seria, portanto, uma oportunidade/ desafio para abrir caminho a outros imaginários.^[34]

O desafio social

Esqueçemo-nos de que uma sociedade é muito mais do que a soma dos indivíduos que a compõem. "A sustentabilidade social do nosso modelo de desenvolvimento não está mais assegurada do que a sua sustentabilidade ecológica [...] Não preciso de vos lembrar a longa lista de problemas cujo agravamento já provocou um recuo geral não só nas práticas mas também nos ideais democráticos à escala mundial".^[28] É nesse contexto que a ideologia capitalista generalizou a mercantilização e o dogma do crescimento, erradicando a dádiva e a contradádiva, a solidariedade, o serviço gratuito e os bens comuns não monetários, destruindo assim muitos dos tecidos sociais da nossa comunidade. O desenvolvimento industrial impôs a lógica da máquina, a ditadura da produtividade a todo o custo, do cronômetro e do curto prazo, a precariedade e o sofrimento no trabalho, em cada vez mais sectores da nossa vida. A compartimentação do trabalho, das administrações e, em última análise, das nossas vidas, conduziu a uma burocratização generalizada, ao impedimento da iniciativa e da responsabilidade e, em última análise, à diminuição da nossa qualidade e do nosso poder de vida, como o demonstra o consumo desenfreado de drogas, ansiolíticos, antidepressivos e soporíferos. O desenvolvimento urbano trouxe novas liberdades e atividades de lazer, mas também acelerou a fragmentação das sociedades, que o enorme crescimento das redes de Internet não é suficiente para compensar. Ligadas como nunca, as nossas sociedades são também sociedades da solidão. A evolução da família, para citar apenas um exemplo, trouxe novas liberdades, mas também novas formas de subjugação e de fragilidade. O desafio civilizacional consiste em repensar, no nosso tempo, a relação entre as liberdades individuais e a segurança coletiva. No decurso de uma longa luta iniciada no século

XIX, os partidos e sindicatos operários souberam tecer redes de solidariedade eficazes e conquistar uma proteção legítima. A ação histórica do socialismo e dos partidos de esquerda em França e na Europa tinha conseguido criar um Estado-Providência, ao qual a Libertação deu um grande impulso em França.

Mas, sob os golpes ideológicos e as práticas dogmáticas do capitalismo, e também como resultado de profundas mudanças sociais e culturais, a sua eficácia e legitimidade foram enfraquecidas, com a frieza administrativa e uma abordagem contabilística estreita a prevalecerem demasiadas vezes sobre a atenção às necessidades individuais. Por todo o país, há homens e mulheres de boa vontade dispostos a dar o seu tempo, força e calor à criação de novas formas de solidariedade. Cada um de nós é simultaneamente tentado a retirar-se e pronto a ajudar os outros. Os nossos poderes públicos, o Estado, as regiões e os municípios, devem criar as condições para reunir e sintetizar as energias da solidariedade e da fraternidade. A fraternidade tornou-se o elo que faltava no lema da nossa República. Precisamos de criar espaços de encontro que rompam o anonimato moderno, Casas de Fraternidade que reúnam

instituições, associações e grupos de todo o tipo que partilhem um objetivo comum de serviço ao próximo e de solidariedade entre cidadãos. Podemos criar um serviço cívico de fraternidade.

Podemos re-humanizar as nossas grandes máquinas tecno-burocráticas e responder à mercantilização de tudo e de todos com uma rebelião ética, uma insurreição da vontade e um renascimento cívico. Podemos optar por cuidar uns dos outros e recorrer às reservas de generosidade que existem em cada um de nós e que estão apenas à espera de serem ativadas por políticas públicas inspiradas em valores partilhados muito para além das fronteiras partidárias, como testemunham tantas iniciativas dos nossos concidadãos no terreno. Desse modo, podemos renovar os laços quebrados pela luta de todos contra todos e tornar possível a aspiração universal de se inventar e de assumir o controlo da sua própria vida.

O desafio educativo

A educação é a base da "cidadania global". São as nossas crianças que forjarão a civilização global deste século cidadão. É a elas que devemos dar os conhecimentos, as competências, o saber-fazer e as chaves para compreender a

complexidade do mundo. A nossa missão coletiva foi definida por Jean-Jacques Rousseau no *"Émile"*: "Quero ensinar-lhe a viver". Devemos dar aos nossos filhos os meios para enfrentar os problemas fundamentais e globais com que se confrontam cada indivíduo, cada sociedade e toda a humanidade. Estes problemas estão atualmente desintegrados em e por disciplinas demasiado compartimentadas. É necessário reformar o ensino universitário para o tornar transdisciplinar. Mas, no primeiro extremo da cadeia educativa, é igualmente necessária uma reforma da educação e dos cuidados na primeira infância. Os brilhantes resultados obtidos, por exemplo, num país como a Finlândia, mostram-nos a estreita relação entre o bem-estar na escola e o desempenho escolar. Uma vez que a desconfiança que rege as nossas sociedades está enraizada na consciência dos seres humanos desde a mais tenra idade, é na consciência dos seres humanos que a educação para a autoconfiança e para a confiança nos outros deve enraizar-se desde a mais tenra idade.

O desafio da política planetária

A Europa, a África, a América Latina, a China, a Índia, etc. não vivem no vazio nem num mundo estático. Pode influenciar o curso do mundo, tal como só pode estar sujeita a ele. Mas a relação problemática que se estabeleceu entre o local e o global, com a impressão desencorajadora de que já não temos qualquer poder para lutar contra a desordem das coisas, é acompanhada por uma dúvida compreensível sobre a capacidade da união Europeia (UE) para encorajar a emergência de uma nova política da humanidade. A necessária mudança do atual modelo dominante de desenvolvimento em relação ao paradigma que o sustenta e a continuação da transformação das estruturas da sociedade atual exigem uma estratégia social e política que nos permita avançar na direção certa e que ultrapasse as visões anacrônicas que nos trouxeram a esse estado de "risco existencial". Começemos, portanto, ao nosso próprio nível, por escolher uma política de humanidade exemplar que tenha um impacto global. Começemos por aplicar nas nossas próprias latitudes o que recomendamos para o mundo e que muitos outros partilham. Em suma, façamos corresponder as nossas palavras aos nossos atos para construir outra forma de viver em conjunto que reconcilie o que durante demasiado tempo foi contrariado por uma cultura colonial ultrapassada, responsável pelas nossas

barbáries modernas.

Numa altura em que a era planetária atravessa uma grande crise (ou melhor, uma série de crises concomitantes: ecológica, sanitária, climática, social, econômica, energética, alimentar, ética, etc.), o futuro nunca pareceu tão incerto. As incertezas aumentaram em todo o lado, em tudo. Entramos na "era da incerteza". A maioria dos governos vê-se confrontada com problemas de tal complexidade que a sua capacidade de os compreender, controlar e, a *fortiori*, "resolver", fica seriamente comprometida. Para os decisores políticos, esta complexidade torna cada vez mais difícil conceber soluções simples que sejam aceitáveis para todos. Por quê? Porque perdemos a evolução linear, o futuro programado e as perguntas favoráveis. E cita, como "caso típico de governação complexa", a preocupante tempestade viral global que levou muita gente a afirmar que estamos todos no mesmo barco.^[35]

A urgência das situações atuais não deve fazer-nos esquecer que as soluções não existem enquanto tais. Nem deve fazer-nos esquecer que a capacidade das sociedades humanas para darem conta das questões globais dependerá de uma capacidade geral de partilhar diagnósticos, certamente, de debater propostas, certamente, mas, mais ainda, de assumir uma série de desafios que implicam uma série de reformas. Esta perspectiva deve ter como objetivo definir condições de convivência com o ambiente, a ética, a política, etc. Qualquer abordagem que seja mais fundamental do que investir em possíveis reformas de estruturas, sistemas ou circuitos específicos, ou instituições que só podem ser consequências do primeiro ato acima previsto (desafios). Reforma, outra palavra cujo significado não escapou à lamentável simplificação política. Onde havia complexidade, havia simplicidade. Lamentar este fato é uma coisa, mas criar as condições para uma revisão profunda desta terminologia exige também um trabalho aprofundado Pena-Vega (2009).^[36]

Encontramo-nos agora numa encruzilhada. Há dois caminhos que se abrem para nós, mas não são igualmente belos. Aquele que continua a trajetória que já seguimos há demasiado tempo é enganadoramente perigoso. É o caminho onde tudo se desmorona no início deste século,^[37] no momento em que nos prometem todas as velocidades, o imediato, mas também a falta de uma compreensão profunda da história e da coletividade humana e não humana, que conduz diretamente ao desastre. O segundo

caminho não é de modo algum uma vitória garantida, mas oferece-nos – quem sabe – a nossa última e única hipótese de chegar a um destino que garanta a preservação da nossa "civilização". Essa reflexão apenas dá uma ideia da imensidão deste trabalho, das lutas, das tomadas de posse e, além disso, oculta o fato que existe realmente uma escolha: não o *happy end* de uma solução discursiva, mas um *happy beginning* através da ação, através de uma possível transformação social radical...^[38]

Alfredo Pena-Vega é professor/pesquisador em socioecologia no Instituto de Antropologia Política, antigo IIAC-Centro Edgar Morin, *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS-CNRS), Paris, diretor científico do programa internacional, Global Youth Climate Pact.

Referências

- [1] QUAMMEN, Davin (2023). The Ongoing Mystery of Covid's Origin. The New York Times.
- [2] KLENERT, D.; FUNKE, F.; MATTAUCH, L.; O'CALLAGHAN, B. Five Lessons from COVID-19 for Advancing Climate Change Mitigation. *Environmental and Resource Economics*, n. 76, p. 751-778, 2020.
- [3] GOUDIE, S. A. *Humain Impact on the Natural Environment. Pass, Present and Future*. Oxford: Wiley Blackwell, 2019. 457 p.
- [4] SETTELE, S.; CORTNIE, S. Lives or Livelihoods? Perceived Tradeoffs and Policy Demand. April 25, 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3589891. Acesso em: 13 maio 2021.
- [5] LATOUR, Bruno (2021). Où Suis-je ? Leçons du confinement à l'usage terrestre. *Les Empêcheurs de Penser en Rond*.
- [6] DAVOS. World Economic Forum. Davos, 2021. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: 13 maio 2021.
- [7] Meadows, Randers, 2004 - MEADOWS, Denis, MEADOWS, D. ; RANDERS, J. *Les limites à la croissance. The 30- Year Update*. Paris : Edition Rue de l'Échiquier, 2004. 394 p.
- [8] PECCEI, A. Agenda for the End of the century. In: CONFERENCE BOGOTA. *Development in a World of Peace*. Bogota : Club of Rome, 1983.
- [9] AUDIER, Serge (2020). *La cité écologique. Pour une éco-républicanisme*. Paris, La Découverte.
- [10] MORIZOT, Batiste (2020). *Manières d'être vivant*. Actes Sud.
- [11] TAINTER, J. *The Collaphe of Complex Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 250 p.
- [12] CYRULNIK, Boris (2021). *Des âmes et des saisons*. Odile Jacob
- [13] GORZ, André (2008). *Ecologica*. Paris, Galilée.
- [14] GUATTARI, Felix (2013). *Qu'est-ce que l'Ecosophie?* Paris, Editions Lignes
- [15] TRUONG, Nicolas. « L'Inexploré », une invitation à redécouvrir ce qui nous relie à nos milieux de vie. *Le Monde*. paris. 9 de junho de 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2023/06/09/l-inexplore-une-invitation-a-redecouvrir-ce-qui-nous-relie-a-nos-milieux-de-vie_6176848_3232.html
- [16] MORIN, Edgar (1980). *La Méthode II. La vie de la vie*. Editions du Seuil.
- [17] NOOR, Dharma. Biden announces new measures to protect Americans from extreme heat. *The Guardian*. 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/jul/27/biden-extreme-heat-worker-protection>
- [18] ORD, T. *The Precipice. Existential Riskan the Future of Humanity*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2020. 468 p.
- [19] DUPUY, Jean Pierre (2021). *La catastrophe ou la vie. Pensées par temps de pandémie*. Paris, Éditions du Seuil.
- [20] DESCOLA, Philippe, PIGNOCCHI, Alessandro (2022). *Ethnographies des mondes à avenir*. Editions du Seuil.
- [21] MORIN, Edgar. Edgar Morin: 'France's crisis must be situated in the complexity of multiple global crises and in the context of the decline of democracies'. *Le Monde*. Paris. 8 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2023/08/08/edgar-morin-france-s-crisis-must-be-situated-in-the-complexity-of-multiple-global-crises-and-in-the-context-of-the-decline-of-democracies_6085549_23.html
- [22] PASSET, R. *Eloge du mondialisme par un "anti" présumé*. Paris, Fayard, 2001. 167 p
- [23] BALLANTYNE, Nathan. The significance of unpossessed evidence. *The Philosophical Quarterly*, Oxford, v. 65, n. 260, p. 315-335, 2015.
- [24] PENA-VEGA, Alfredo (2017). "Dialoguer avec l'incertitude. Quand le doute est une chose sûre et les connaissances incertaines." *Gazeta de antropología* 33.
- [25] ANDERS, Günther (2008). *Hiroshima est partout*. Paris, Editions du Seuil.
- [26] MORIN, Edgar (1993). *Terre-Patrie (avec Anne-Brigitte Kern)*, Editions du Seuil.
- [27] MORIN, Edgar. *Le paradigme perdu : la nature humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1973. (Coll. Points Essais, n. 109). 240 p.
- [28] SECOND MANIFESTE CONVIVIALISTE (2020). *Pour un Monde Post- Néolibéral*. Actes Sud.
- [29] CAILLE, Alain/Les convivialistes (2016). *Eléments d'une politique conviviale*. Le Bord de l'eau.
- [30] AUDIER, S. *La cité écologique. Pour une éco-république*. Paris: La Découverte, 2020. 747 p.
- [31] MORIN, E. *O paradigma perdido: a natureza humana*. 4. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988. 222 p.
- [32] MORIN, E. *Terra-Pátria / Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern / traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva*. — Porto Alegre: Sulina, 1980.
- [33] CRUTZEN, Paul (2002). *Geology of Mankind*, *Nature* (6867)
- [34] ZALASIEWICZ, Jan (2019). *Atlas de Anthropocene* (sous la direction de François Gemenne, Aleksandar Rankovic). SciencesPo Les Presse.
- [35] ZIZEK, Slavoj (2020). *Dans la tempête virale*. Actes Sud
- [36] PENA-VEGA, Alfredo (2009). *Pour une politique de l'humanité* (sous la direction d'Edgar Morin). Editions Atlantique.
- [37] VIRILIO, P. *The Art of the Motor*. U of Minnesota Press, 1995 - 168 p.
- [38] PENA-VEGA, Alfredo (2023). *Terre-Patrie* (sous la direction, Martin Hebert, Francine Saillant, Sarah Bourdages)



Capa. a estratégia de integração econômica deve estar aliada a mecanismos de realização da democracia
(Foto: wirestock/ Freepik. Reprodução)

América Latina: integração e democracia

A estratégia de integração econômica deve estar aliada a mecanismos de salvaguarda da democracia

Benício Viero Schmidt

Resumo

A integração da América Latina aqui é examinada da perspectiva econômica, particularmente sob o ponto de vista da produção de mercadorias e do comércio intrarregional, a partir dos dados da CEPAL. A integração é uma etapa de agregação de interesses que leva à formação de “blocos econômicos”, que por sua vez, vão de zona de livre comércio, à união aduaneira, ao mercado comum e finalmente à união econômica e monetária. Neste sentido, o Mercosul é um processo, por exemplo. Outrossim, a estratégia de integração econômica deve estar aliada a mecanismos de realização da democracia, para gerar uma sociedade pluralista e participante. Aqui são avaliadas as condições de realização de ambas as dimensões.

Palavras-chave: América Latina; Integração; Democracia.

A utopia de integração da América Latina vem do século 19, após o êxito dos movimentos independentistas, com a proclamação de repúblicas soberanas, com exceção do Brasil imperial. Conflitos internos e externos têm impedido esta movimentação integracionista, desde então. Aqui retomamos o caminho contemporâneo da integração, a partir das estratégias econômicas propostas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).^[1] Depois analisaremos as perspectivas políticas e democráticas.

Entre 1995 e 2021, o valor das exportações regionais de manufaturas foi quintuplicado (CEPAL, 2022), passando a cerca de 800 milhões de dólares e totalizando 5% das exportações mundiais em 2021. As exportações da região cresceram mais do que o nível mundial devido ao papel do México, em franca integração com os Estados Unidos no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Nas duas últimas décadas este dinamismo não foi mantido, havendo um déficit no comércio exterior de manufaturas, alcançando 6% do produto interno bruto (PIB) da região em 2021. As exportações (2021) de manufaturas da região correspondem a 66% do total exportado, mas que sem o México caem para 41%. As



Figura 1. Encerramento do Trigésimo oitavo Período de Sessões da CEPAL.
(Foto: CEPAL. Reprodução)

exportações de manufaturas estão concentradas no México e no Brasil; havendo saliência destas exportações também na América Central e no México, mais do que na América do Sul. Esta tem se especializado em matérias-primas, impulsionada pela demanda chinesa. A participação do Brasil nas manufaturas decresceu de 75% a 48% em 2019-2021. (Figura 1)

As relações da América do Sul têm no Mercado Comum do Sul (Mercosul, 1991) – composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com Venezuela suspensa desde 2017 – uma instância estratégica, pondo em ação um projeto de *zona de livre comércio*, a primeira etapa das diferentes formas de integração entre dois ou mais países, compreendendo uma política comercial conjunta e uma tarifa externa comum (TEC), conformando assim uma *união aduaneira*. Todavia, mesmo no âmbito do Mercosul, as assimetrias entre os países são enormes e diferenciadas. O Brasil tem na região 14,1% de suas importações, principalmente da Argentina; enquanto 14,2% de suas exportações têm por destino a região. A Argentina importa 34,1% da região e exporta 31,6% de sua produção aos pares latino-americanos. Já o Paraguai exporta 74,3% para a região, dela importando 58,9%. E, em um caso extremo, a Bolívia importa 46,6% e exporta 74,3% de sua produção para a região, principalmente para o Brasil (gás).

Em contraste com América do Sul, o peso das manufaturas exportadas por Guatemala, Honduras e Nicarágua cresceu em função de maior integração centro-americana por meio do Tratado de Livre Comércio entre Centro América, República Dominicana e Estados Unidos (CAFTA, 2004). Insumos médicos e têxteis foram os produtos

privilegiados.

Quanto ao México, seu segmento exportador é o de manufaturas de tecnologia média, destacando-se veículos e seus componentes, representando quase a metade do valor total das exportações mexicanas. Outrossim, há uma grande heterogeneidade nos padrões exportadores na região: as exportações de alta e mediana tecnologia alcançam o nível máximo com 80% para o México, indo para 40% para seis países e alcançando 10% em 11. A região só alcança superávits significativos em alimentos, bebidas, tabaco e automotores. Os déficits em química, farmácia, máquinas e aparelhos eletrônicos são notáveis nas duas últimas décadas.

O destino das exportações regionais varia: incluindo México, 57% se destinam aos Estados Unidos, tendo a própria região como o segundo mercado com 15%, seguindo a União Europeia e Reino Unido com 7%. As exportações manufatureiras do México (84%), vão para os Estados Unidos. A própria região é o seu principal mercado das manufaturas. A China e os outros mercados asiáticos absorvem poucas manufaturas da região coberta pela CEPAL (3% e 4%, respectivamente), ainda que no caso da América do Sul a China alcance 10%.

A capacidade exportadora da região, em relação às manufaturas, varia muito dependendo do setor. O México representa quase 90% das remessas totais dos dois principais setores exportadores: automotor e eletrônica. Este país inclui também três quartos das exportações de maquinaria e equipamentos não elétricos, seguido do Brasil, com quase 20%. A origem das exportações é mais diversa nos alimentos, bebidas e tabaco, química e farmácia, confecções e calçados. O primeiro setor se deve aos recursos abundantes, especialmente na América do Sul. No caso de têxteis e calçados se deve aos países centro-americanos e caribenhos cujas exportações se dão sob regime de *maquila* e se orientam principalmente ao mercado norte-americano.

Por meio de múltiplos Tratados e Acordos,^[2] a América Latina e o Caribe têm aumentado seus raios de ação. A conjuntura aponta para uma recuperação de certos setores, como o turismo e os serviços em geral, mas ainda não indicam solidez nas relações intrarregionais; com carente integração do bloco, ao contrário dos países da Ásia-Pacífico. A crise dos mercados e a covid-19 têm favorecido uma estratégia que desafia a globalização com as políticas de blocos regionais. Isso funciona como uma forma de

defesa, favorecida pela contiguidade dos países envolvidos, superando em termos a tensão entre os conceitos de regionalismo aberto versus fechado, ao longo dos embates entre a CEPAL e os governos neoliberais da América Latina e do Caribe sobre o papel do Estado na política protecionista ancorada no desenvolvimentismo latino-americano.^[3] Lembrando ainda que o Chile experimentou a primeira real experiência neoliberal ortodoxa mundial durante o regime Pinochet (1973-1990), com contraditórios resultados da inserção do país no mercado internacional.^[4] Claro, também, é o crescente papel da China como exportadora e importadora de produtos na região, onde, de modo particular, rebaixa o papel do Brasil e da Argentina, por exemplo, como associados ao destino do bloco latino-americano. Ambos os países têm perdido mercados na região para os chineses, de modo crescente. Todavia, paradoxalmente, a China

“Por meio de múltiplos Tratados e Acordos, a América Latina e o Caribe têm aumentado seus raios de ação.”

poderá beneficiar a integração da região por seus investimentos em infraestrutura (energia e transportes) no âmbito da política do *silk road* (rota da seda).

Este quadro indica enorme fragilidade da integração latino-americana no contexto econômico internacional. O comércio de bens e serviços entre os pares da América Latina e do Caribe aponta para uma crescente presença da China e igualmente para crescente integração do México e da América Central com a zona de influência dos Estados Unidos; bem como pela falta de complementariedade geral entre as economias nacionais. Isso se deve a vários fatores, indo do tamanho desigual dos mercados, territórios e populações até o fato da industrialização na região estar baseada nas estratégias próprias das empresas multinacionais, que obedecem às decisões de suas matrizes, sem maiores considerações de caráter macroeconômico. Fatores que estão longe de serem substituídos pelos requisitos das teorias cepalinas, ainda com força retórica nas disputas políticas regionais. As condições para um *regionalismo fechado*, com pretensões autonomista e protecionistas estão longe de alcançáveis. Agora a hegemonia ideológica e



Figura 2. América latina enfrenta desnacionalização de sua indústria.

(Foto: Agência de Notícias da Indústria. Reprodução)

programática é na direção de um *regionalismo aberto*, com crescente adesão dos países da região às estratégias mundiais geradoras de valor, estejam onde estiverem. Por enquanto, isso leva à maior presença dos países do Leste Asiático, que juntamente com a União Europeia e os Estados Unidos, catalisam a importação dos bens e serviços latino-americanos.

Enquanto assim se configura a integração do ponto de vista econômico, resta a exploração do espaço político ocupado pela região, no que concerne à solidificação da democracia. Realizar a democracia, como ideia-força, exige esclarecer procedimentos e políticas. No sentido comum, a formalização de procedimentos típicos ao conceito de democracia, como a realização de eleições periódicas, poderia ser suficiente. Todavia, na verdade o conceito democrático exige condições que ultrapassam esta dimensão, pois a legitimação dos regimes democráticos também abarca a existência necessária de políticas públicas de proteção social, de formas previstas de participação popular para garantir a cidadania, e assim por diante. Tudo isso exige a conformidade com a contemporaneidade mundial, que tem destacado a emergência de novos processos de formação da opinião pública, com o uso de redes sociais, campanhas políticas com apelo à psicologia comportamental, uso de inteligência artificial partindo de dados publicamente disponíveis sobre perfis dos cidadãos e de grupos. e outros recursos disponíveis pelo acervo das ciências sociais contemporâneas.^[5]

Além disso, o contexto é marcado pelo ressurgimento, após a terceira onda de democratização pós-fascismo europeu e ditaduras na América Latina, de ideologias caracterizadas por adesão à xenofobia, misoginia

e outras virtualidades.

Estas características açulam sentimentos atávicos de busca de identidade e participação social efetiva em um quadro de instabilidade criado pelas dimensões de insegurança econômica (inflação, crises cíclicas, mudança de moedas, etc.), incertezas sociais valorativas diante de novos padrões civilizatórios, quebra dos caminhos tradicionais de mobilidade social através de gerações e assim por diante. Trata-se de um conjunto de novos ingredientes nas conjunturas conhecidas pós-Segunda Guerra Mundial: a revivescência de movimentos integristas oriundos do pensamento católico tradicional, cruzados com ondas do novo evangelismo e, curiosamente também ancorados em formas perversas de realização socialista (Venezuela e Nicarágua). Afinal, um corpo ideológico antiliberal que desafia até mesmo as mínimas formalidades dos procedimentos democráticos, como a realização de eleições periódicas. Por enquanto, eleições são toleráveis, mas seus resultados estarão sempre sob suspeição, independentemente das circunstâncias, como ocorre no Brasil pós-Bolsonaro.

No caso latino-americano, um caminho interessante a ser explorado está nas relações entre um lento e acidentado processo de solidificação democrático – sempre sob contestação – e suas relações com um híbrido sistema produtivo, onde Estado e empresas privadas, com forte presença de multinacionais, compartilham a hegemonia econômica. As relações entre o capitalismo peculiar latino-americano e a democracia liberal que tenta se impor devem ser vistos em suas imbricações práticas.

Neste sentido, Brasil e Chile oferecem exemplos de relações estreitas entre autoritarismo e projetos econômicos, gerando resultados de largo alcance. O Brasil com o regime militar (1964-85) estabelecendo novos padrões de ocupação econômica do território (Itaipu, regiões metropolitanas como eixos de desenvolvimento urbano, energia nuclear, energia de fontes alternativas, etc.), levando o país a altos níveis de crescimento, com altas taxas de repressão e controle político. Um caso de estreita relação entre ditadura e economia. Já o Chile de Pinochet (1973-90) foi o primeiro experimento mundial de política neoliberal na conformação de um novo Estado privatizador e altamente repressivo. Pinochet, com os *Chicago Boys*, antecedeu Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979-90)^[6] e Ronald Reagan (Estados Unidos, 1981-89) na aplicação do receituário neoliberal, sob

a égide do Consenso de Washington. Ambos os casos, Brasil e Chile, são exemplos em que as condições políticas repressivas funcionam como o suporte institucional para reversões de políticas econômicas. Sem as respectivas ditaduras, mudanças econômicas não poderiam ser realizadas – pelo menos no relativamente curto período de implantação que ocorreram. O custo de transação foi alto, com violência institucional disseminada, nos dois casos exemplares. Realizar a democracia em consonância com políticas de desenvolvimento econômico aceleradas é sempre um desafio hercúleo. A solução latino-americana foi conseguida por meio de sistemas ditatoriais, com perseguição aos movimentos sociais organizados, aos

“A legitimação dos regimes democráticos também abarca a existência necessária de políticas públicas de proteção social, de formas previstas de participação popular para garantir a cidadania, e assim por diante.”

sindicatos e com variados graus de desnacionalização e concentração econômica.

De outro lado, e, em geral, as condições políticas oferecidas pela América Latina, após um período de normalidade e de paz relativa (anos 1980), não são as melhores. Há uma instabilidade econômica evidente devido à inflação alta (Argentina), dolarização (Equador) e *bitcoin* (El Salvador), fraturas entre as elites (Peru), dificuldades no âmbito das coalizões vencedoras para estabelecer prioridades (Colômbia e Chile) e – em quase todos os casos – crescente presença do narcotráfico em eventos eleitorais, como tem sido o caso do Equador, com assassinatos de candidato a presidente e outros militantes, e assim por diante.

“Tem havido crescente desnacionalização do parque produtivo latino-americano, alta concentração econômica e aumento das dívidas públicas frente ao PIB regional. Situação que convive com pressões políticas e sociais que desembocam em violentos eventos eleitorais em todo o território.”

Parte das causas desta situação recorrente tem sido posta à luz pela crescente globalização da economia, com seus efeitos pertinentes na região.^[7] Tem havido crescente desnacionalização do parque produtivo latino-americano, alta concentração econômica e aumento das dívidas públicas frente ao PIB regional. Situação que convive com pressões políticas e sociais que desembocam em violentos eventos eleitorais em todo o território.^[8] (Figura 2)

As condições atuais de integração não podem mais ser satisfeitas pela mera contiguidade territorial entre países. Hoje a conformação de blocos econômicos – uma forma superior de integração – é bastante frágil ainda na América Latina, agravada que é pela maciça presença chinesa como importadora de *commodities* e exportadora de bens manufaturados, bem como gigantescos investimentos em infraestrutura (comunicações e energia principalmente), em prejuízo de maior comércio intrarregional. Do ponto de vista político, a região convive entre formalismos eleitorais e profundas clivagens ideológicas, que provocam uma consistente má qualidade da democracia.^[9] Estamos longe da integração e da democracia desejadas na América Latina.

Benício Viero Schmidt é doutor em ciência política e professor aposentado da Universidade de Brasília (UNB). Foi diretor de cooperação internacional da CAPES (2004-2006).

Referências

- [1] Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe**, 2022 (LC/PUB.2022/23-P), Santiago, 2023.
- [2] ALMEIDA, P.R., **Integração Regional**. São Paulo: Saraiva, 2013, 171 p.; GARCIA, E.V., **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 336 p.
- [3] LOVE, J., **A Construção do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 643 p.
- [4] EDWARDS, S., **The Chile Project**. Princeton: Princeton University Press, 2023, 442 p.
- [5] HELD, D., **La Democracia y el Orden Mundial**. Barcelona: Paidós, 1997, 381 p.
- [6] KISSINGER, H., **Liderança, seis estudos sobre estratégia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2023, 454 p.
- [7] BELLUZZO, L.G. & GALIPOLO, G., **A Escassez na Abundância Capitalista**. São Paulo: Contracorrente, 2019, 207 p.
- [8] LATINOBAROMETRO, **Informe 2023**. Santiago, 2023, 167 p.
- [9] SCHMIDT, B.V. & MACHADO, L.Z., **Desafios à Democracia no Brasil**, in XAVIER, L. et al., **A Qualidade da Democracia no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019, pp.25-48, 597 p.



Capa. Processo de integração econômica na América do Sul (AS) deve atuar na esfera de cooperação comercial, na dinamização da infraestrutura produtiva e no desenvolvimento social

(Foto: Freepik.com. Reprodução)

Uma proposição para a integração econômica da América do Sul: o caso da UNASUL

Integração econômica da América do Sul deve assegurar estabilidade econômica e social

Fernando Ferrari Filho

Resumo

O artigo, partindo da iniciativa do governo Lula da Silva III de que o processo de integração econômica da América do Sul (AS) deve ser resgatado e tendo como referência a UNASUL, criada em 2007, propõe uma agenda propositiva para a integração econômica da AS que seja capaz de assegurar a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento econômico e social de seus países membros. A proposição tem como base a análise revolucionária de Keynes (1944/1980) apresentada em sua *Proposals for an International Clearing Union*, que, diga-se de passagem, subsidiou os argumentos britânicos quando da realização da Conferência de Bretton Woods, em 1944, que foi responsável pela criação e vigência do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods no período 1946-1971.

Palavras-chave: Integração econômica da América do Sul; UNASUL; Keynes

Introdução

No início de seu terceiro mandato presidencial, Luís Inácio Lula da Silva, através de suas viagens internacionais e participações em fóruns econômicos globais, tem procurado fazer com que o Brasil volte a ser um dos protagonistas no cenário político-econômico mundial. Nessa direção, o presidente propõe o resgate do processo de integração econômica da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2007, que foi, por questões político-ideológicas, completamente abandonado durante o período 2016-2022. (Figura 1)

Com a proposição de se resgatar a UNASUL, a ideia é que seja consolidado um processo de integração econômica na América do Sul (AS), seja na esfera de cooperação comercial, monetária e financeira, seja na dinamização da infraestrutura produtiva (tais como estradas, transportes, telecomunicações e geração e transmissão de energia), para viabilizar a estabilidade macroeconômica – entendida como inflação sob controle, crescimento econômico sustentável e equilíbrios fiscal e de balanço de pagamentos – e o desenvolvimento econômico e social, tanto de seus países membros, quanto do bloco regional.

Diante desse contexto,



Figura 1. Lula defende retomada da Unasul em reunião com 11 presidentes sul-americanos em Brasília em maio deste ano.

(Foto: Rafa Neddemeyer/ Agência Brasil. Reprodução)

surge a seguinte pergunta: será o atual arranjo institucional da UNASUL viável para integrar economicamente a AS de maneira que sejam possíveis a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento econômico e social da Região?

A presente contribuição visa responder à referida pergunta e, para tanto, se concentra nos seguintes objetivos: primeiro, é argumentado que a UNASUL, a partir da proposição de um conjunto de institucionalidades, pode ser um relevante projeto de integração econômica que evite situações econômicas disruptivas no bloco econômico e assegure a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento econômico e social dos seus países membros. Em segundo lugar, é proposto, tendo como referência a análise revolucionária de Keynes (1944/1980)^[1] apresentada em sua *Proposals for an International Clearing Union (ICU)* – que, diga-se de passagem, subsidiou os argumentos britânicos quando da realização da Conferência de Bretton Woods, em 1944 –, um arranjo institucional para a UNASUL que seja capaz de possibilitar a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento econômico e social dos países da Região e do próprio bloco econômico.

Além desta Introdução, o artigo conta com mais três seções. A segunda seção apresenta uma breve análise histórica da integração econômica da AS. A terceira seção, baseada em Keynes (1944/1980),^[1] propõe um arranjo institucional para a UNASUL. A última seção traz as considerações finais.

Um breve histórico do processo de integração econômica da AS

Historicamente, a ideia de integração econômica na AS inicia-se em 1960, quando alguns acordos comerciais foram assinados no âmbito da Associação de Livre Comércio da América Latina (ALALC). A ALALC foi uma tentativa malsucedida de se criar uma área de livre comércio na América Latina (AL). Os países membros eram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela tornaram-se países membros da ALALC. Em 1980, a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento Integrado (ALADI). Naquela ocasião, Cuba também se tornou um país membro.

Concomitantemente à proposta de uma integração regional mais ampla da AL, como a ALADI, em 1969 e em 1991 dois blocos sub-regionais foram criados: a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL.

A CAN tinha como objetivo estabilizar economicamente e desenvolver socialmente a região andina, cujos países membros originais eram Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Em 1977, por motivos políticos, o Chile decidiu deixar a CAN e, em 2006, a Venezuela também a deixou.

O Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criou o MERCOSUL. Este bloco econômico tinha como objetivo assegurar a estabilidade econômica e promover acordos de livre comércio entre os países membros, bem como preservar a normalidade democrática das nações. Em 2012, a Venezuela tornou-se um país membro, mas em 2016 sua participação no bloco econômico foi suspensa. Em termos econômicos, o principal avanço foi a adoção de uma Tarifa Externa Comum, que consiste no imposto padronizado de importação cobrado dos países que não pertencem ao MERCOSUL. (Figura 2)

Nos anos 2000, o processo de integração sul-americano tornou-se mais dinâmico à medida que um conjunto de institucionalidades foi criado para impulsionar as relações econômicas e financeiras da AS. Entre as institucionalidades criadas, destacam-se:

- (i) Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), criado em 2004 e implementado em 2005,

que visa à transferência de recursos financeiros para os países menos desenvolvidos do bloco econômico para que haja a redução das disparidades estrutural-produtivas existentes entre os países membros do MERCOSUL;

- (ii) Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SPML), implementado em outubro de 2008, no qual Argentina e Brasil facilitam, através de suas próprias moedas, o sistema de pagamentos para operações comerciais

“Histórica e analiticamente, o processo de integração na América do Sul tornou-se uma realidade. No entanto, ainda existem problemas econômicos a serem superados, principalmente os relacionados às desigualdades e assimetrias econômicas dos países da região.”

bilaterais entre ambos os países. Em outras palavras, o SPML visa eliminar o dólar norte-americano como intermediário das relações comerciais entre os dois países;

(iii) Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE), criado em 2009 pelos governos da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) – Antígua e Barbados, Bolívia, Cuba, Domínica, Equador, Granadinas, Nicarágua, São Vicente e Venezuela – objetivou adotar uma moeda de compensação, denominada SUCRE, para facilitar os pagamentos das relações comerciais e dinamizar os créditos recíprocos dos países da ALBA.

Por fim, quando CAN e MERCOSUL enfrentaram adversidades econômicas, devido às recorrentes crises financeiras e cambiais em níveis internacional e regional, e instabilidades políticas, visando evitar à ruptura desses blocos econômicos, foi criado, em 2007, a UNASUL, a partir de um tratado assinado entre os países membros da CAN e do MERCOSUL. Na ocasião, os principais objetivos da



Figura 2. Mercosul foi criado em 1991 para integrar economicamente os países sul-americanos.

(Foto: Mercosul. Reprodução)

UNASUL eram: a coordenação política, a articulação de acordos de livre comércio, a dinamização da infraestrutura regional – especialmente, em termos de energia e comunicações – a integração financeira, as cooperações tecnológica, educacional e cultural, a integração entre empresas e sociedade civil e o desenvolvimento regional, entre outros.

Com a UNASUL, outra institucionalidade foi criada para financiar e integrar os países membros: Banco do Sul. O principal objetivo do Banco consiste em emprestar dinheiro aos países membros da UNASUL para projetos em programas sociais e de infraestrutura. Em suma, a ideia é que o Banco do Sul seja uma alternativa aos recursos comumente disponibilizados pelo Banco Mundial.

Atualmente, todos os países da AS são membros permanentes da UNASUL: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Em 2020, a população total dos países da UNASUL era de aproximadamente 432 milhões de pessoas (UNDP, 2023),^[2] ao passo que o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita, ambos em paridade do poder de compra, eram, ao final de 2022, respectivamente, ao redor de US\$ 9,2 trilhões e US\$ 20.900,00 (IMF, 2023).^[3]

Se a UNASUL passou a ser uma das prioridades do

governo Lula da Silva III no que diz respeito ao processo de integração econômica da AS, o que fazer para que a UNASUL seja, efetivamente, uma alternativa econômica viável para que os países sul-americanos, ao se integrarem regionalmente, tenham estabilidade macroeconômica e desenvolvimento econômico e social?

Um arranjo institucional para a UNASUL

Histórica e analiticamente, o processo de integração na AS tornou-se uma realidade. No entanto, ainda existem problemas econômicos a serem superados, principalmente os relacionados às desigualdades e assimetrias econômicas dos países da Região, que acabam trazendo consequências perversas para os países menos desenvolvidos, tais como baixa produtividade da mão de obra, pouco influxo de capitais, integração financeira incipiente, dependência do intercâmbio intrarregional e exportações concentradas em *commodities*.

Supondo que uma efetiva integração econômica da AS possa ser consolidada através da UNASUL, a presente seção propõe um arranjo institucional, baseado em um *Regional Market Maker*, que seja capaz de: (i) dinamizar as relações comerciais e financeiras, (ii) disciplinar e padronizar as políticas macroeconômicas, (iii) mitigar as assimetrias econômico-estruturais e (iv) prevenir quaisquer situações disruptivas decorrentes de crises financeiras e cambiais dos países membros do bloco econômico. Para tanto, a referência será a análise revolucionária de Keynes (1944/1980)^[1] apresentada em sua *ICU*.

Uma síntese da proposição de Keynes para a ordem econômica mundial

Nos anos 1940, as atenções de Keynes estavam voltadas, por um lado, para os problemas de financiamento dos gastos de guerra da Inglaterra com a Segunda Guerra Mundial (SGM) e, por outro lado, para as discussões e proposições sobre a reorganização da ordem econômica mundial.

No que diz respeito às atenções de Keynes sobre a necessidade de se reorganizar a ordem econômica mundial, suas ideias e proposições se encontram na *ICU* (KEYNES, 1944/1980: 168-195).^[1] Segundo Keynes, a reorganização da ordem econômica mundial após a SGM deveria estar centrada em cinco pontos gerais: a criação de um

International Market Maker, responsável por uma moeda de compensações; os regimes monetário e cambial; os mecanismos de política comercial; a organização dos mercados de bens e serviços, em termos tanto de produção, quanto de distribuição; e a regulação dos fluxos de capital, tanto de risco (investimentos produtivos), quanto de *portfólio* (especulativos).

Tendo como referência estes cinco pontos, Keynes propôs os seguintes princípios para a *ICU*:

- (1) Criação de uma autoridade monetária internacional, *ICU*, responsável pela administração e distribuição da moeda de compensações (denominada *bancor*), cuja liquidez estaria associada à dinâmica

“A criação das institucionalidades estimula a demanda efetiva regional, mitiga as disparidades estrutural-produtivas regionais e preserva a economia regional dos impactos de crises externas.”

das relações comerciais e financeiras entre os países membros (KEYNES, 1944/1980: 170).^[1] A *ICU* deveria ser fundamental para expandir a demanda efetiva global e estabilizar os preços mundiais.

(2) O *bancor* seria uma moeda de reserva internacional, criada pela *ICU*, que tão somente compensaria as transações comerciais e financeiras entre os países e, portanto, não seria passível de entesouramento por parte dos agentes econômicos (KEYNES, 1944/1980: 171).^[1] Por sua vez, no que diz respeito à taxa de câmbio, esta deveria ser fixa, porém ajustável (KEYNES, 1944/1980: 185).^[1] Em outras

palavras, o regime cambial deveria ser operacionalizado à *la* um *dirty floating system*.

(3) As relações comerciais em nível internacional não poderiam prescindir de “acordos bilaterais [...] subsídios às exportações [...] e tarifas moderadas [principalmente para setores

industrialização incipiente]” (KEYNES, 1944/1980: 188, tradução do autor).^[1] Em suma, Keynes, apesar de ser um defensor das políticas de livre-comércio, entendia que políticas comerciais protecionistas deveriam fazer parte da ordem econômica mundial pós-SGM, pois o sistema capitalista dos anos 1940 não tinha como fundamentos o *laissez-faire*.

(4) A *ICU* deveria criar “conselhos reguladores” para não somente controlar os ciclos econômicos, mas, também, estabilizar os preços internacionais, principalmente aqueles que não eram determinados pelas forças de mercado.

(5) Objetivando a expansão da demanda efetiva global, “[...] movimentos de controle de capitais, tanto de entrada, quanto de saída, deveriam ser permanentes [...]” (KEYNES, 1944/1980: 185, tradução do autor).^[1] Ademais, a ordem econômica mundial deveria “facilitar a restauração do crédito internacional para [...] a geração de novos investimentos” (KEYNES, 1944/1980: 186, tradução do autor).^[1]

Em síntese, a proposta de Keynes para a reforma da ordem econômica mundial, apesar de não ter sido vitoriosa na Conferência de Bretton Woods, foi importante para a articulação do sistema monetário internacional que vigorou entre 1946 e 1971 e foi, inclusive, um dos responsáveis pelo longo ciclo de prosperidade da economia mundial.

As institucionalidades para a UNASUL

Tendo como referência os princípios da *ICU* para a ordem econômica mundial, esta subseção apresenta um arranjo econômico regional para a UNASUL.

A ideia é propor a criação de um *Regional Market Maker*, denominado Conselho Regional da UNASUL (CRU), com poderes para: (i) coordenar as políticas macroeconômicas, (ii) arbitrar os instrumentos de política comercial, (iii) incentivar a utilização de um SPML para as transações comerciais e, ao mesmo tempo, criar um meio de pagamento regional, denominado Unidade Monetária Regional de Compensação (UMRC), cuja liquidez total deve ser determinada pela participação percentual de cada país no volume total do comércio intrarregional da UNASUL, (iv) estabilizar o regime cambial, (v) mitigar ou eliminar os desequilíbrios de balanço de pagamentos, (vi) restringir os

movimentos de capitais de *portfólio*, (vii) estimular as transferências fiscais para reduzir as disparidades econômicas entre os países e (viii) atuar de forma contra cíclica para reduzir ou prevenir o impacto de choques econômicos exógenos e disruptivos.

Para tanto, o CRU deve ter as seguintes institucionalidades:

(1) **Comitê de Coordenação Macroeconômica** para operacionalizar, contraciclicamente, as políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial). Em outras palavras: a política fiscal, sem negligenciar a necessidade de equilibrar intertemporalmente o orçamento público e estabilizar e/ou reduzir a dívida pública, deve ser expansionista em períodos de crise e neutra em momentos de prosperidade; política monetária operacionalizada discricionariamente, seja para manter a inflação sob controle, seja, principalmente, para estimular os níveis de investimento e, por conseguinte, a demanda efetiva; e sistema cambial relativamente estável, *à la crawling-peg*, para que a taxa câmbio real-efetiva seja competitiva e impeça as operações de *carry trade* dos fluxos de capitais especulativos.

(2) **FOCEM Regional** para mitigar e/ou eliminar as disparidades estrutural-produtivas do sistema econômico.

(3) **Bancos Centrais Prestamistas de Última Instância** para evitar o colapso do sistema financeiro e, por conseguinte, o contágio disruptivo na atividade econômica.

(4) **UMRC** para prover créditos, tanto de curto prazo com finalidades emergenciais, tais como cobrir os desequilíbrios de balanço de pagamentos, quanto de longo prazo para gerar investimentos na atividade econômica e em programas sociais.

(5) **União Aduaneira** e, por conseguinte, **Tarifa Externa Comum** para estabelecerem procedimentos, regras e direitos tarifários para os produtos comercializados internacionalmente.

(6) **SMPL** para impulsionar as relações comerciais e financeiras entre os países membros da AS.

institucionalidades acima propostas, em nosso ponto de vista, estimula a demanda efetiva regional, mitiga as disparidades estrutural-produtivas regionais, preserva a economia regional dos impactos de crises externas, padroniza os impostos – e, portanto, os preços finais – que incidem sobre os produtos exportados e importados, cria um fundo de reservas internacionais para ser disponibilizado em situações de crises de balanço de pagamentos dos países membros e propicia, através do SPML, a expansão do comércio, principalmente das micro e pequenas empresas.

“Em um mundo globalizado financeiramente e com significativas desigualdades econômico-sociais entre os países desenvolvidos, emergentes e não desenvolvidos, as relações comerciais e financeiras Sul-Sul devem ser estimuladas.”

À guisa de conclusão, a criação das

Considerações finais

Nos governos Lula da Silva I e II, período 2003-2010, as relações comerciais (exportações e importações) do Brasil com o resto do mundo foram diversificadas, tanto em termos de produtos exportados e importados, quanto no que diz respeito aos seus parceiros comerciais, cuja consequência foi uma expressiva elevação da *performance* da balança comercial: conjuntamente as exportações e as importações aumentaram de US\$ 107,6 bilhões, em 2002, para US\$ 383,5 bilhões, em 2010 (IPEADATA, 2023).^[4]

Por sua vez, o comércio intrarregional da AS, no mesmo período, também cresceu substancialmente: o total das exportações e importações entre os países da Região se elevou de US\$ 73,1 bilhões para US\$ 201,8 bilhões, um aumento de 176,1% (ECLAC, 2023).^[5]

Diante destes números, faz sentido o presidente Lula da Silva, em seu terceiro mandato, não somente buscar inserir, novamente, o Brasil no cenário político e econômico internacional – diga-se de passagem, não é demais ressaltar, mais uma vez, que o Brasil perdeu espaço no referido cenário principalmente durante o governo Jair Bolsonaro –, mas, também, resgatar o processo

de integração econômica da AS a partir da UNASUL

Entendendo que a UNASUL é um relevante processo de integração econômica na AS e ciente de que, em um mundo globalizado financeiramente e com significativas desigualdades econômico-sociais entre os países desenvolvidos, emergentes e não desenvolvidos, as relações comerciais e financeiras Sul-Sul devem ser estimuladas e as integrações econômicas regionais (blocos econômicos) são, na impossibilidade de se ter uma nova ordem econômica mundial, o *second best*, o artigo propôs um arranjo institucional para a UNASUL.

Nesse particular, a partir da *ICU* de Keynes, foi proposta a criação de um *Regional Market Maker*, CRU, alicerçado em alguns princípios e institucionalidades, alguns atualmente existentes e outros a serem criados.

Finalizando, uma reflexão. Se, economicamente, a criação da CRU parece ser viável, talvez as dificuldades para a sua execução sejam, entre outras, as seguintes: por um lado, Chile, Colômbia e Peru participam da Aliança do Pacífico, que tem por objetivo estabelecer o livre comércio no bloco econômico, e Mercosul e União Europeia buscam fechar um acordo com vários protocolos de livre comércio; e, por outro lado, alguns países da UNASUL se opõem, por questões políticas, à participação da Venezuela em quaisquer projetos de integração econômica da AS.

Enfim, se a CRU é factível, a sua implementação será, parafraseando Lennon & McCartney, um “*long and winding road*”.

Fernando Ferrari Filho é professor titular aposentado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Referências

- [1] KEYNES, J.M. (1944/1980). *Activities 1940-1944: Shaping the Post-War World, the Clearing Union*. London: Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Vol. 25, editado por Moggridge, D.).
- [2] UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2023). *Human Development Reports*. Disponível em <http://www.hdr.undp.org>. Acessado em 10 de julho.
- [3] INTERNATIONAL MONETARY FUND (2023). *Data and Statistics*. Disponível em <http://www.imf.org>. Acessado em 10 de julho.
- [4] IPEADATA (2023). *Séries Históricas*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessado em 10 de julho.
- [5] ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA (2013). *Información Estadística*. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acessado em 10 de julho.



Capa. Desfile de 7 de setembro em 1972. Ditadura militar brasileira causou traumas que impactam na sociedade até hoje.
(Foto: Acervo Arquivo Nacional. Reprodução)

Memória, trauma e Ditadura no Brasil: A literatura testemunhal de Renato Tapajós

O romance testemunhal “Em câmara lenta” amplia a circulação social de experiências vividas individualmente, mas produtos de condições que ressoam coletivamente

Enio Passiani

Resumo

As sociedades capitalistas modernas ocidentais foram, ao longo do século XX, sacudidas por eventos catastróficos e traumáticos, como o Holocausto em território europeu, e as Ditaduras Militares na América Latina – acontecimentos que, desafiando qualquer tentativa de representação, convocam os(as) sobreviventes ao seu testemunho, como necessária luta histórica contra o seu esquecimento. Nesse sentido, a literatura, como forma figurada da memória, constitui instrumento de luta contra a injustiça e a favor da reparação, como que ocupando o vazio deixado pelo testemunho jurídico, que, diante dos escombros da história, ou se cala ou é calado pelo poder político constituído. Contra o recalque patrocinado por nossas elites impõe-se a literatura testemunhal, como é o caso do livro “*Em câmara lenta*”, de Renato Tapajós, objeto de análise sociológica deste artigo.

Palavras-chave: Literatura testemunhal; Ditadura Militar no Brasil; Trauma histórico; Memória; *Em câmara lenta*; Renato Tapajós

Desde a Ditadura Militar, ao longo de seus 21 anos, e mesmo após – inclusive bem recentemente, durante os quatro anos de governo fascista do agora inelegível Jair Bolsonaro – parte considerável de nossas elites políticas e econômicas, com o auxílio de setores da mídia e mesmo de intelectuais e pseudointelectuais, empreenderam e empreendem um revisionismo histórico que trata um regime de exceção como revolução para o bem do país, produzindo silêncios e apagamentos atordoantes, instituindo uma política da memória que pressupõe, igualmente, a fabricação de esquecimentos: dos(as) torturados(as), dos(as) assassinados(as), dos(as) desaparecidos(as). É o que Feierstein (2019)^[1] chamou de “pacto denegativo”, que consiste na (re)produção do consenso nunca explicitamente formulado acerca da representação do trauma; é a produção e reprodução de mecanismos coletivos de alienação e distanciamento que geram uma espécie de desensibilização diante das experiências traumáticas, o que implica uma indiferença em relação às vítimas e aos fatos e ações que engendraram dor, angústia e morte.^[2] Os esquecimentos e silenciamentos produzidos e



Figura 1. O romance testemunhal “Em câmara lenta”, de Renato Tapajós.
(Imagem: Capa por Daniel Brito. Editora Carambaia)

até oficializados promovem o anestesiamento geral e a desresponsabilização histórica.

Tal política da memória, por conseguinte, mantém abertas feridas traumáticas e instala um luto insuperável, contribuindo para que o passado não passe, comprometendo o nosso futuro, mesmo quando essa política é invocada em nome da conciliação e da superação em prol da transição (supostamente) harmônica e saudável dos regimes autoritários para os democráticos.^[3]

Vivemos, ontem e hoje, autênticas batalhas por corações e mentes que supõem disputas acirradas em torno das memórias. Nesse contexto assume especial importância os testemunhos das vítimas da violência estatal, que se estabelecem como espécie de contramemórias àquelas hegemônicas, que se recusam a compartilhar uma conciliação artificial, falaciosa e frágil entre o passado e o presente, entre vítimas do regime e seus torturadores e algozes.

Dentre tantas memórias traumáticas, a arte testemunhal ocupa lugar de destaque. Os traumas, por sua própria natureza, resistem à representação, uma vez que os acontecimentos traumáticos provocam rachaduras na capacidade narrativa, criando certa impossibilidade de dar sentido a tais acontecimentos em virtude da dor

experimentada que, a um só tempo, pede o esquecimento para que não se repita e se reviva o momento de sofrimento, mas exige sua narração para que se possa ao menos tentar a sua superação. O trauma, segundo o já citado sociólogo argentino Daniel Feierstein (2019),^[1] consiste na experiência que carece de representação em virtude de seu caráter demolidor.

As artes, pontua Andreas Huyssen (2014),^[4] conseguem formular e comunicar aquilo que parece, à primeira vista, informulável e incomunicável; a potência da imaginação estética encontra maneiras de dizer o indizível. Ou seja: “O trauma encontra na imaginação um meio para a sua narração” (Seligmann-Silva, 2014).^[5] De acordo com Seligmann-Silva (2014),^[5] particularmente no contexto latino-americano, o testemunho estético adquiriu centralidade no âmbito da resistência às ditaduras que assolaram o continente – e que ainda se fazem sentir, principalmente no Brasil – servindo de arma importante na luta contra o negacionismo e o silêncio que geralmente acompanham o gesto genocida.

Nesse sentido, o romance testemunhal “*Em câmara lenta*”, do belenense Renato Tapajós, ocupa, creio, posição destacada. Escrito durante a prisão do autor (entre 1969 e 1974), publicado pela primeira vez em 1977, censurado e republicado em 1979, o romance apresenta narração com certa cronologia, mas sem ser linear, misturando presente e passado, que oscila entre primeira e terceira pessoas, com frases lacunares, que não encontram termo – revelando a dificuldade em verbalizar o evento traumático ^[6, 7] – e cuja espinha dorsal que organiza todo o romance é constituída por uma cena recorrente, que se repete seis vezes ao longo da narrativa, mas nunca da mesma maneira, pois a cada repetição novas informações são acrescentadas e a cena vai se completando aos poucos, lentamente, até que o último excerto configure uma totalidade definida em detalhes, ocupando cerca de cinco páginas. É como se todo o livro fosse uma tentativa de narrar o inenarrável, que surge aos pedaços e em solavancos.^[5] A experiência traumática produz uma memória fragmentada, que encontra forma e expressão numa narrativa igualmente fragmentada. A sintaxe, portanto, encontra-se fraturada porque o próprio tempo do trauma é repetitivo e fragmentado.^[8] (Figura 1)

Reproduzo, para fins ilustrativos e argumentativos, o primeiro, o segundo e o terceiro trechos:

Trecho 1:

Como em câmara lenta: ela se voltou para trás. Sua mão descreveu um longo arco, em direção ao banco traseiro, mas interrompeu o gesto e desceu suavemente pela abertura da bolsa, escondida entre os dois bancos da frente, pouco atrás do freio de mão. O rosto impassível olhava para a maleta que o outro segurava,

“Desde a Ditadura Militar parte considerável de nossas elites políticas e econômicas, com o auxílio de setores da mídia e mesmo de intelectuais e pseudointelectuais, empreenderam e empreendem um revisionismo histórico que trata um regime de exceção como revolução para o bem do país, produzindo silêncios e apagamentos atordoantes.”

mas os dedos se fecharam sobre a corronha do revólver que estava na bolsa. E, num movimento único, corpo, rosto e braço giraram novamente, o cabelo curto sublinhando o levantar da cabeça, os olhos, agora duros, apanhando de relance a imagem do policial que bloqueava a porta. O revólver disparou, clarão e estampido rompendo o silêncio (Tapajós, 2022; p. 13).^[9]

Trecho 2:

Como em câmara lenta: o policial pediu para ver o que tinha na maleta e na maleta tinha uma metralhadora; ela se voltou para trás. Sua mão descreveu um longo arco, em direção ao banco traseiro, mas interrompeu o gesto e desceu suavemente pela abertura da bolsa, escondida entre os dois bancos da frente, pouco atrás do freio de mão. O rosto impassível

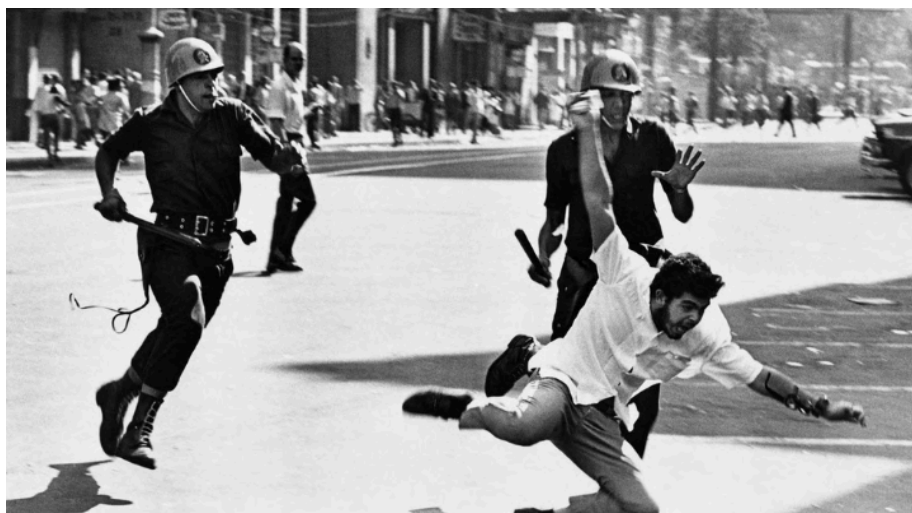


Figura 2. Jovem é perseguido por policiais durante uma manifestação estudantil na ditadura militar no dia que ficou conhecido como "sexta-feira sangrenta", no Rio de Janeiro.

(Foto: Evandro Teixeira. Reprodução)

olhava para a maleta que o outro segurava, mas os dedos se fecharam sobre a corronha do revólver que estava na bolsa. E num movimento único, corpo, rosto e braço giraram, o cabelo curto sublinhando o levantar da cabeça, os olhos, agora duros, apanhando de relance a imagem do policial que bloqueava a porta. O revólver disparou, clarão e estampido rompendo o silêncio. O policial atingido na testa, foi lançado para trás, rolando no chão. As portas do carro se abriram simultaneamente e os três saltaram, disparando suas armas e correndo, cada um para um lado, por entre os carros parados no bloqueio e que ocupavam toda a rua. Ela atirou outra vez e outro policial, que levantava uma metralhadora, caiu. Ela correu por entre os carros e quase todos os policiais foram atrás dela, atirando sempre (Tapajós, 2022; p. 21, 22).^[9]

Trecho 3:

Como em câmara lenta: ele percebeu que a rua estava bloqueada por uma batida policial. Olhou para os lados e percebeu que não havia por onde escapar: atrás, outros carros já paravam, cortando a possibilidade de manobrar e fugir pela contramão. Parou o carro lentamente. Um policial aproximou-se e pediu os documentos. Ele os entregou; o policial examinou-os devagar. Estavam em ordem. Com os documentos na mão, o policial deu a volta no carro, olhou pela janela onde ela estava, examinando o interior do carro para ver se havia algo de suspeito. Ela sorriu timidamente, como que acanhada com o exame. No banco traseiro, um outro companheiro

segurava uma maleta escura; o policial pediu para ver o que tinha na maleta e na maleta tinha uma metralhadora; ela se voltou para trás. Sua mão descreveu um longo arco em direção ao banco traseiro, mas interrompeu o gesto e desceu suavemente pela abertura da bolsa, escondida entre os dois bancos da frente, pouco atrás do freio de mão. O rosto impassível olhava para a maleta que o outro segurava, mas os dedos se fecharam sobre a coronha do revólver que estava na bolsa. E num movimento único, corpo, rosto e braço giraram novamente, o cabelo curto sublinhando o levantar da cabeça, os olhos, agora, duros, apanhando de relance a imagem do policial que bloqueava a porta. O revólver disparou, clarão e estampido rompendo o silêncio. O policial, atingido na testa, foi lançado para trás, rolando no chão. As portas do carro se abriram simultaneamente e os três saltaram, disparando suas armas e correndo, cada um para um lado, por entre os carros parados no bloqueio e que ocupavam toda a rua. Ela atirou outra vez e outro policial, que levantava uma metralhadora, caiu. Ela correu por entre os carros e quase todos os policiais foram atrás dela, atirando sempre. Ela saiu da área do bloqueio, correndo pela margem de um barranco, enquanto ele dobrou uma esquina em outra direção e conseguiu escapar. Ela corria e atirava para trás, o vento batendo em seus cabelos. A carga do revólver se esgotou e ela continuou em sua corrida (Tapajós, 2022; p. 48, 49).^[9]

Observamos que a reiteração apresentada em cada trecho assume uma feição literária nada simples, primeiro porque não se limita a acrescentar informações a partir de um ponto específico, numa simples operação somatória, isto é, não se encerra um período para, a partir dele, o autor apresentar novos elementos. Ou, simplesmente: não ocorre simples enxerto. É como se o texto crescesse para frente e para trás, acrescentando informações nos dois sentidos, detalhando-a cada vez mais e, ainda, sinalizando passado e presente como tempos enganchados, imbricados e não compactados e estanques. Em segundo lugar, a modulação literária da iteração ocorre igualmente a partir da repetição de palavras e trechos que servem, na mesma tacada, para ampliar o caráter dramático da cena, provocando uma espécie de ressonância no/a leitor/a e, por fim, para conferir

um ritmo cinematográfico sempre anunciado logo de cara: “em câmara lenta”. No entanto, a meu ver, o manejo narrativo da cena fá-la oscilar entre a aceleração e a lentidão, cuja combinação de ritmos serve para enfatizar aspectos distintos a cada recorrência.

A repetição de cena que vertebra o romance não deixa ser uma espécie de preparação até o brutal desenlace final, como se o autor estivesse não apenas nos preparando para o desfecho traumático, mas preparando-se a si mesmo para a narração do ato final. A estratégia narrativa adotada por Tapajós traduz literariamente o trabalho de elaboração do trauma tal como proposto pela

*“As artes, pontua
Andreas Huyssen
(2014), conseguem
formular e comunicar
aquilo que parece, à
primeira vista,
informulável e
incomunicável; a
potência da
imaginação estética,
nesse sentido,
encontra maneiras de
dizer o indizível.”*

psicanálise. Para o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (2011b),^[10] a situação traumática experimentada no passado continua a irromper no presente como uma lembrança da experiência vivida, uma experiência permanente recorrentemente revivida, produzindo um efeito duradouro.

A reiteração contínua de experiências traumáticas nos sonhos, como uma compulsão, corresponde a uma espécie de refúgio da alma atormentada na própria doença; é como se houvesse uma fuga para a doença sob o impulso dos conflitos psíquicos. No texto *"Psicanálise das neuroses de guerra"*, de 1918, Ferenczi, a partir de estudos anteriores aos seus, afirma que as neuroses de guerra não resultam de lesões mecânicas, mas de uma "comoção brutal" que pode, inclusive, se manifestar muito depois da experiência traumática vivida no front de batalha. Pode haver um lapso de tempo entre a experiência vivida e os seus efeitos psíquicos. O trauma produzido a partir de experiências dolorosas no campo de batalha prova, assinala Ferenczi, que o trauma provém de fora, impossível de ser ligado a qualquer forma de representação, restando ao indivíduo, por conseguinte,

repeti-lo buscando, de algum modo, elaborá-lo. A repetição tem por função conduzir o trauma a uma resolução, se possível, definitiva. No caso do romance aqui discutido, o trauma encontrou na imaginação literária um meio para a sua narração.^[11, 12] (Figura 2)

No entanto, o romance de Tapajós não se limita a narrar um trauma apenas individual. Muito pelo contrário. Primeiro porque a repetição dos episódios sobre a captura, tortura e morte da companheira – de lutas e amorosa – revela, no fundo, um trauma que não foi apenas de uma pessoa, mas de muitas, causada justamente pela violência da Ditadura Militar.^[7] Em segundo lugar, porque a narrativa testemunhal implica a necessidade de contar aos(as) outros(as), tornar, em alguma medida, o(a) outro(a) participante da experiência vivida,^[7] estabelecendo uma ponte com os(as) outros(as), vivos(as) e mortos(as), contemporâneos(as) à narrativa e os(as) que vem depois dela. Em suma, a narrativa testemunhal pressupõe a alteridade porque dela necessita. Nesse sentido, "(...) a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade".^[7]

O romance testemunhal, como é o caso do livro de Renato Tapajós, não deixa de representar uma espécie de trabalho coletivo de elaboração do passado traumático, uma vez que permite e amplia a circulação social de um conjunto de experiência dolorosas vividas individualmente, mas que são o produto de condições sociais e históricas que ressoam coletivamente, possibilitando o reconhecimento da dor alheia.^[4] Para Elizabeth Jelin (2021),^[13] é somente quando se estabelece o diálogo, a interação entre aquele(a) que narra e aquele(a) que escuta, é que se torna possível construir os sentidos sobre o trauma histórico. A narrativa testemunhal, nos termos de Jelin, convida ao diálogo e estabelece a presença de um "eu plural", representativo de uma condição social e de um cenário de luta política. O romance testemunhal desfaz a dicotomia simples e redutora entre indivíduo e sociedade; antes, revela a sua articulação profunda.

Por fim, no caso específico do romance *"Em câmara lenta"*, como já sugerido aqui, há uma "labiríntica trama de vozes" porque à fragmentação da memória traumática corresponde a fragmentação da própria voz narrativa, segundo Seligmann-Silva (2014).^[5] A meu ver, há outra

interpretação possível, de caráter mais sociológico, a respeito de tal “sintaxe fraturada” que não descarta a de Seligmann-Silva, mas a ela se soma. A oscilação do foco narrativo entre a primeira e a terceira pessoas do singular, entre um “eu” e um “ele” que narram, entre um narrador presente na ação e um onisciente, demonstram que tal narrador é e não é o personagem central, que coincide e não coincide, ao mesmo tempo, ao autor, porque o narrador, assim como as demais personagens do romance, equivale a condensações figurativas de muitas experiências reais possíveis, não se limitando a nenhuma delas em particular. Cada personagem não corresponde a uma singularidade, mas a compósitos de experiências, assemelhando-se mais a tipos sociais.

Em câmara lenta, assim como outras obras testemunhais, literárias e não-literárias, contribui para a construção de memórias coletivas sempre em disputa, é bom lembrar, em relação à Ditadura, visando a justiça e a reparação, ajudando a inspirar o respeito pelos direitos humanos e a cristalização de uma cultura mais democrática. Num país que, historicamente, promoveu a privatização do trauma e impediu a constituição de uma memória pública, convenhamos, não é pouco...

Enio Passiani é professor do Departamento de Sociologia, dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Editor Adjunto da revista *Sociologias*.

Bibliografia

- [1] FEIERSTEIN, Daniel. *Memorias y representaciones. Sobre la elaboración del genocidio*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2019.
- [2] LASCH, Markus. Em *Câmara lenta: representações do trauma no romance de Renato Tapajós*. *Remate de males*, Campinas-SP, (30.2), p. 277-291, Jul./Dez. 2010.
- [3] SAVELSBERG, Joachim J. Violações de direitos humanos, lei e memória coletiva. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, no. 2, p. 13-37, nov. de 2007.
- [4] HUYSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. In: _____. *Culturas do passado-presente. Modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- [5] SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, no. 43, p. 13-34, 2014.
- [6] SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, no. 1, p. 65-82, 2008.
- [7] SILVEIRA, Tuani de Oliveira. A violência e a fragmentação no livro em *Câmara lenta*, de Renato Tapajós. *Scripta Alumni, Uniandrade*, no. 20,

2018, s.p.

[8] CANDIDO, Antonio. Parecer. In: TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Carambaia, 2022.

[9] TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Carambaia, 2022.

[10] FERENCZI, Sándor. Reflexões sobre o trauma. *Psicanálise IV. Obras completas volume 4*. São Paulo: Martins Fontes, 2011b.

[11] FERENCZI, Sándor. Dois tipos de neurose de guerra (histeria). In: _____. *Psicanálise II. Obras completas volume 2*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

[12] FERENCZI, Sándor. *Psicanálise das neuroses de guerra*. In: _____. *Psicanálise III. Obras completas volume 3*. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

[13] JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2021.

*“O romance
testemunhal não deixa
de representar uma
espécie de trabalho
coletivo de elaboração
do passado traumático
uma vez que permite e
amplia a circulação
social de um conjunto
de experiência
dolorosas vividas
individualmente, mas
produto de condições
sociais e históricas que
ressoam
coletivamente.”*



Capa. Passeata dos Cem Mil, considerada a mais importante manifestação da resistência estudantil contra a ditadura.
(Foto: Arquivo Nacional. Reprodução)

Memória e reconstruções sociais

Memória social e Comissões da Verdade: o caso das Universidades Públicas no Ceará

César Barreira

Resumo

Este estudo trabalha a relação entre memória social e os trabalhos das comissões da verdade nas Universidades públicas. Em busca de encontrar um caminho para esse desafio, o presente artigo divide-se em dois momentos. No primeiro, o tema será problematizado com base em algumas reflexões de estudiosos que se debruçaram sobre a matéria. Maurice Halbwachs, pioneiro no estudo da memória, acentua seu caráter social relacionado à estrutura material de grupos e populações. Outro autor de destaque nessa reflexão é Michael Pollak, cujo interesse acadêmico esteve direcionado, de início, para as relações entre Política e Ciências Sociais. A referência a esses supostos está longe de esgotar o tema, destacando-se no caso desse artigo, duas questões. A primeira destaca a ideia da memória como fato social e a segunda refere-se à vigência política da memória que se pluraliza e opõe a memória oficial e a memória de coletivos dominados em vários momentos da história. O segundo momento aborda os trabalhos da Comissão “*Memória e Verdade das Universidades Públicas do Estado do Ceará*”. A pesquisa teve como foco a memória e a constituição da verdade, principalmente, com amparo nos depoimentos de ex-estudantes ou ex-professores, classificados como militantes políticos, que sofreram violações dos direitos humanos, no âmbito das Universidades, por parte dos órgãos de repressão, do regime militar implantado no Brasil em 1964.

Palavras-chave: Memória; Verdade; Direitos Humanos; Universidade; Ditadura.

Introdução

Reportar-se a memória é adentrar uma temática com várias possibilidades de análises. Em busca de encontrar um caminho para esse desafio, o presente artigo divide-se em dois momentos. No primeiro, o tema será problematizado com base em algumas reflexões de estudiosos que se debruçaram sobre a matéria. O segundo momento aborda os trabalhos, da Comissão *"Memória e Verdade das Universidades Públicas do Estado do Ceará"*, constituído a partir do depoimento de antigos militantes políticos ligados a essas instituições.

Maurice Halbwachs, pioneiro no estudo da memória, acentua seu caráter social relacionado à estrutura material de grupos e populações. O autor fez parte de uma geração de intelectuais que procurava desenvolver uma ciência aplicada à solução de problemas sociais. O conceito de memória social trabalhado pelo autor foi desenvolvido sobretudo na obra *"Os quadros sociais da Memória"* (1952), apontando delineações claras sobre o que seria uma sociologia baseada no tema da rememoração. Nela, Halbwachs dialogou com a Psicologia (Freud) e com a Filosofia (Bergson), elaborando uma abordagem alicerçada na Sociologia de Émile Durkheim. Concluiu serem as lembranças frutos de quadros socialmente adquiridos, não havendo criação ou inspiração no ato de lembrar. Nesse sentido, o que existe é uma complexa combinação de variados quadros adquiridos socialmente no percurso dos indivíduos, sendo os atos de lembrar e esquecer associados à vida social. No intercurso das ideias, a memória, até então, amplamente reconhecida como determinada por aspectos subjetivos, passou a ser objeto de estudo como fato social.

Outro autor digno de destaque nessa reflexão é Michael Pollak, cujo interesse acadêmico esteve direcionado, de início, para as relações entre Política e Ciências Sociais, tema de sua tese de doutorado orientada por Pierre Bourdieu e defendida na *École Pratique des Hautes Études*, em 1975. Na ocasião, os diversos ambientes investigativos confluíam para uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações-limite. A primeira proposição, expressa por vários estudiosos desta área do conhecimento, repousa na ideia de que o conceito de memória social é transdisciplinar, não pertencendo a qualquer disciplina específica. (Figura 1)

É importante evidenciar que os textos sobre Memória Social, de Pollak, quase sempre, iniciam perguntando: O que

é memória social?

A ligação entre memória e identidade social, especificamente, no âmbito das histórias de vida, é para o sociólogo vianês uma tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que é apto a relacioná-los, a exemplo da memória política.

O ponto de relevo está no fato de que, para Michael Pollak, se for levado em conta certo número de conceitos usados frequentemente na História, principalmente da França, há algumas designações atribuídas a determinados períodos, que aludem diretamente a fatos de memória, muito mais do que a acontecimentos ou eventos

"Com implantação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foi configurado um novo momento no plano da repressão, instaurando-se um clima de terror nas universidades, ocorrendo várias prisões e expulsões de estudantes, forçando a que uma boa parcela deles entrasse na clandestinidade."

históricos não trabalhados por memórias. Por exemplo, quando se fala nos “anos sombrios” para designar a época do Estado Francês de Vichy – a conhecida *República-Fantoche* – sob o marechal Henri Philippe Pétain, ou se a fala nos reporta aos “trinta gloriosos”, que são os 30 anos posteriores a 1945, essas expressões remetem mais a noções de memória.

Em termos metodológicos, Pollak analisa elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. Considera que em primeiro lugar estão os acontecimentos vividos pessoalmente. Depois, as ocorrências “vivas por tabela”, ou seja, experimentadas pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais ela nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se fez parte deles.

Os acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar a todos os eventos não situados no âmbito do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com

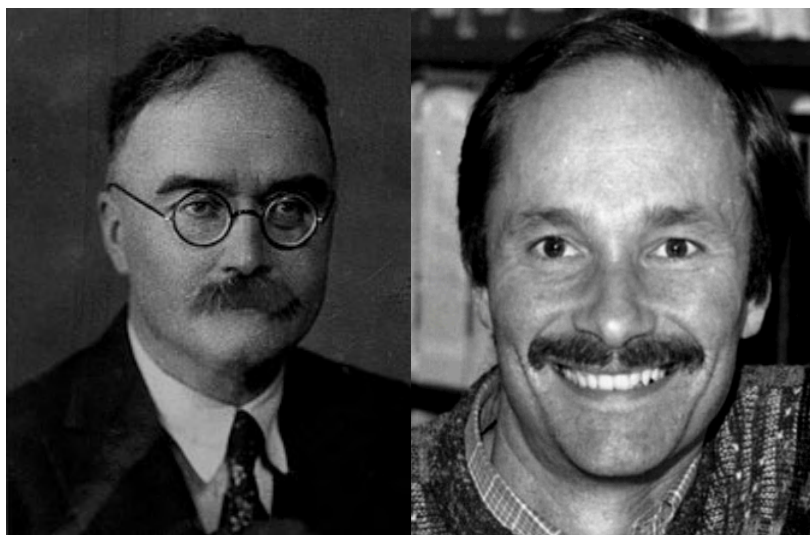


Figura 1: Maurice Halbwachs e Michael Pollak, figuras pioneiras no estudo da memória, identidade e sociedade.

(Imagem: Reprodução)

determinado passado, tão robusto ao ponto de ser suscetível de se referir a uma memória quase que herdada. Além dos acontecimentos e das pessoas, Pollak arrola os lugares. Existem *loci* da memória, particularmente ligados a uma lembrança, pessoal, mas também desprovida de apoio no tempo cronológico. Exemplificando, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito intenso na memória da pessoa, independentemente da data real em que a vivência sucedeu. Na memória mais pública é provável haver lugares de apoio referentes aqueles de comemoração; locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma personagem, são constitutivos de ambientes importantes para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertença a esse grupo.

Além de diversas projeções, que, recorrentemente, sucedem em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que resta gravado como data precisa de um acontecimento, revelando seletividade.

As pesquisas de Pollak, ao privilegiarem a análise dos excluídos, marginalizados e minorias, ressaltaram, na história oral, a importância de memórias subterrâneas que se opõem à “memória oficial”, no caso, a memória nacional.

A referência a esses supostos estão longe de esgotar o tema, destacando-se no caso desse artigo duas questões. A primeira destaca a ideia da memória como fato social e a segunda refere-se à vigência política da memória que se pluraliza e opõe a memória oficial e a memória de coletivos dominados em vários momentos da história. Tomo esta

última elaboração de Pollak para pensar a oposição entre memória e verdade que deu subsídio ao investimento narrado a seguir referente ao estudo sobre a Comissão da Verdade das Universidades Públicas do Ceará.

Memória e verdade

A pesquisa teve como foco a memória e a constituição da verdade, principalmente, com amparo nos depoimentos de ex-estudantes ou ex-professores, classificados como militantes políticos, que sofreram violações dos direitos humanos, no âmbito das Universidades públicas, por parte dos órgãos de repressão do regime militar implantado no Brasil em 1964.

Em 2013, foi criada, em comum acordo entre os reitores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), uma “Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará”. Esta foi destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar, com apoio de setores civis, que vigorou no País de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes das duas academias. As contribuições dessa Comissão serviram de subsídios para a Comissão Nacional da Verdade, no que se referem, fundamentalmente, à identificação e a informações sobre professores, alunos e funcionários presos e que sofreram torturas, desapareceram ou foram mortos, bem como os docentes banidos e os alunos impedidos de frequentar as universidades. A Comissão das Universidades do Estado do Ceará trabalhou, principalmente, como fonte de dados, os depoimentos prestados à Comissão por professores, estudantes e funcionários vítimas dos órgãos de repressão. (Figura 2)

Os depoimentos de pessoas que passaram por violações dos direitos humanos ocupam lugar central nas configurações de reconstituições da memória de uma verdade, ainda em grande parte desconhecida. Os depoentes foram escolhidos ou selecionados com amparo numa pesquisa exploratória, com pessoas que vivenciaram os momentos mais intensos de repressão nas universidades e que conheciam professores, estudantes e funcionários que haviam sido expulsos da vida acadêmica, presos ou submetidos à vida clandestina. Preparada uma lista inicial de nomes, esta foi sendo acrescida de outras indicações. O rol

dos depoentes convidados foi elaborado da maneira mais ampla possível, buscando cobrir um conjunto plenamente representativo em termos de momentos históricos vividos, inserções políticas e gravidades das violações sofridas.

Analisar a documentação relativa à ditadura militar no âmbito das universidades públicas do Estado do Ceará, no período de 1964 a 1985, implicou adentrar o terreno de uma violência política cometida contra a comunidade acadêmica dessas instituições e abordar as práticas adotadas pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro.

Praticamente a totalidade dos depoentes vitimados pela repressão foi detida e presa ilegalmente,

“Um dos aspectos que demarcam os prejuízos na universidade resultante do golpe de 1964 é o tempo que alguns estudantes levaram para a conclusão dos seus cursos, provocados por prisões, afastamentos ou expulsões e a vida clandestina.”

com encarceramentos de variadas durações, mas que, na totalidade, nunca obedeciam a qualquer norma legal.

Um aspecto importante, ressaltado nos depoimentos, é que, do mesmo modo como os aparelhos ideológicos da repressão, contavam com todo um aparato para que suas ações fossem concretizadas, ganhando destaque pessoas infiltradas irregularmente nas Universidades, alguns professores, funcionários ou estudantes que exerciam o papel de colaboradores, o movimento estudantil também se organizou como podia. Nesta perspectiva, estruturaram suas redes sociais informais a fim de que suas ações fossem concretizadas. Assim, tinham sua rede sintagmática e paradigmática para divulgar suas ações e se protegerem dos organismos repressores.

O desmantelamento ou a “operação-limpeza” nas universidades, como relatado nos depoimentos, ocorreu, clara e principalmente, pela expulsão de alguns professores e na intervenção das entidades estudantis. Se esse processo, no primeiro momento, levou a um recuo dos movimentos de contestação no interior das universidades, logo em seguida, ressurgiram as



Figura 2: A Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará destinou-se a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar, contra docentes, alunos e funcionários das duas academias.

(Foto: Arquivo UNE. Reprodução)

contestações, principalmente por parte do movimento estudantil. Com implantação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foi configurado um novo momento no plano da repressão, instaurando-se um clima de terror nas universidades, ocorrendo várias prisões e expulsões de estudantes, forçando a que uma boa parcela deles entrasse na clandestinidade.

A ilegalidade, como ressaltado, marcou profundamente as prisões, tendo como aspectos delineadores a ausência de processos judiciais e o uso da força e da violência. As prisões ocorriam, na sua maioria, nas residências dos pais dos estudantes, sendo sequenciadas por torturas físicas e psicológicas.

As ilegalidades e não transparências marcaram os processos de expulsão. Em alguns casos, o Decreto-Lei 477 era acionado e, em sua maioria, decorriam de um ato administrativo da direção da universidade, constando afirmações como: “suspensa matrícula por ordem superior”. Um dos aspectos que demarcam os prejuízos na universidade resultante do golpe de 1964 é o tempo que alguns estudantes levaram para a conclusão dos seus cursos, provocados por prisões, afastamentos ou expulsões e a vida clandestina.

Um aspecto importante na conformação do movimento estudantil é configurado nas perdas políticas e de cidadania sofridas à extensão do tempo. Os espaços políticos e culturais então utilizados pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos centros acadêmicos são praticamente irrecuperáveis. Estes ocupavam uma pauta

acadêmica, política e cultural antes de 1964 e totalmente cerceada em 1968.

Segundo os depoimentos, as práticas ditatoriais no Estado castraram e alijaram, em boa parte da vida política brasileira, toda uma geração que estava sendo formada e gestada na prática política estudantil; uma liderança que vivenciava práticas democráticas, em um clima político de compartilhamento.

Os depoimentos, colhidos pela Comissão da Verdade das Universidades Públicas do Ceará, podem ser nomeados como uma tentativa de resgatar as histórias de vida de militantes políticos que foram vítimas do regime, a partir do golpe militar de 1964.

Durante os depoimentos ficou muito presente a discussão que Halbwachs fez sobre os atos de lembrar e esquecer, associados com a vida social. Os militantes políticos utilizaram imagens do passado, nos seus depoimentos, como participantes de comunidades afetivas.

A transdisciplinariedade da memória social, enfatizada por Pollak, evidenciou-se no fato de tratar a memória como não pertencente a qualquer disciplina específica.

Um aspecto, também, presente na construção dos relatos das histórias de vida configurou um fenômeno de projeção ou de identificação com determinados fatos do passado dos “anos sombrios”. Os depoimentos, seguindo a perspectiva de Pollak indicaram fatores de projeção e socialização política associados ao sofrimento, risco de vida e dificuldade posterior de recomposição de caminhos.

Notas

BARREIRA, César, BAIMA, E., PINTO, Virginia Bentes. A Repressão após o Golpe Militar de 1964 e a Resistência Universitária – as graves violações dos Direitos Humanos. In: DIÓGENES, Osmar Maia, GONÇALVES, Daniel, MARQUES, Paulo R.E.O. (Org.), **Ainda 1964: história, política e sensibilidade**. Fortaleza: Edições INESP, 2014.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço, in **Mousein**, São Paulo, vol. 3, nº 5, jan. /Jul. 2009.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô e BORRENCHE, M.(orgs.). **Trilhas do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **Morfologia Social**. São Paulo: Edições 70, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de la Memória**, Barcelona: Antropos, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a probabilidade dos lugares**. São Paulo: *Projeto História PUC/São Paulo*, nº 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

César Barreira é professor em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É pesquisador do CNPq (nível I-A), fundador do Laboratório de Estudos da Violência da UFC e líder do Grupo de Pesquisa em Poder, Violência e Cidadania do CNPq.

“As práticas ditatoriais no Estado castraram e alijaram, em boa parte da vida política brasileira, toda uma geração que estava sendo formada e gestada na prática política estudantil; uma liderança que vivenciava práticas democráticas, em um clima político de compartilhamento.”



Capa. La bailarina uruguaya Ema Haberli, exiliada en París durante la dictadura que tuvo lugar en Uruguay entre 1973 y 1985.

(Fotografía: Nahuel Pagani. Reprodução)

Exilios y resistencias de militantes uruguayas

Arte, cuerpo y género a 50 años del golpe de estado

Nilia Viscardi

Resumen

Ema Haberli – exiliada en París durante la dictadura que tuvo lugar en Uruguay entre 1973 y 1985- se dedicó a la danza moderna y contemporánea. Creadora y artista, se abocó a la docencia tanto desde la gimnasia consciente como desde la coreografía y la danza. El análisis de su trayecto vital se inscribe en el estudio de las trayectorias de migrantes calificadas en peligro. Desde una perspectiva de género, colabora en reconstrucción de la historia y la memoria del exilio uruguayo y en el estudio del proceso de recomposición democrática posterior a 1985 visibilizando las particularidades que el mismo tuvo a nivel cultural en el campo artístico y de la danza.

Palavras-chave: Cuerpo; Arte; Política; Exilio; Género; Memoria

Historia oral, género y exilio

Este trabajo se propone abordar las biografías de mujeres en exilio focalizando las diferencias desde una perspectiva de género para comprender la memoria y reconstruir la propia historia oral. El modo en que se percibe el exilio y se da respuesta a las situaciones vitales que en él se generan muestran diferencias entre hombres. Para dar cuenta de esta diferencia, analizamos la biografía de una bailarina uruguaya – Ema Haberli – exiliada en París durante la dictadura que tuvo lugar en Uruguay entre 1973 y 1985. (Figura 1)

Ema nació en nueva Helvecia (Uruguay) en 1939. Perteneciente a una familia de pioneros que fundaron la también llamada Colonia Suiza, se formó en danza desde muy pequeña. En su infancia, desarrolló un amor profundo a la Naturaleza, que la llevó a posicionarse como una militante defensora de los derechos humanos, denunciando toda forma de convivencia que no fuera respetuosa de la vida y sustentable para todas las especies. Radicada en Montevideo a los 11 años de edad, continuó su formación con importantes maestros de la época. Con un importante compromiso en su formación en distintos estilos, fue perfilándose tempranamente como una innovadora dedicándose a la danza moderna y contemporánea. Casada con Numen Vilariño, músico y actor, han sido militantes a través del arte. Estuvo exiliada en París once años (1975 a 1986) donde nunca dejó de formarse y de formar a otros, fundando varias escuelas de danza en Francia. Desde su regreso al Uruguay en 1986 se dedicó a la docencia como coreógrafa y a trabajar con personas que desean recuperar su corporalidad.

El análisis de su trayecto vital se amplía con el estudio de otras notas biográficas comparables disponibles en la base de datos conformada en Géó-Recits.^[i] Asimismo, en el acervo de investigaciones existentes en el campo de estudios que los exilios de las dictaduras del Cono Sur en América Latina han generado. Desde su generación, el proyecto ha avanzado sustantivamente en la generación de notas biográficas de mujeres migrantes calificadas universitarias de Uruguay y últimamente surgió la importancia de profundizar en el campo de las artistas en tanto mujeres pertenecientes a un campo del saber poco explorado en el exilio uruguayo.^[ii] En nuestro caso, la generación del corpus de noticias creado por el equipo de

Pascale Laborier en el sitio Géó-Recits permite conservar la historia y la memoria del exilio uruguayo integrando las memorias en una noticia biográfica que conjuga otros elementos para dar cuenta de este relato: recursos audiovisuales y localización geográfica en movimiento.

El trayecto vital

Una artista joven, una bailarina comprometida

Con su llegada a

“La relación entre maternidad y constitución de la identidad en los exilios es relevante. El éxito que tuvieron las madres de plaza de mayo y las mujeres que han luchado por la verdad en relación al problema de los desaparecidos han mostrado la importancia que la maternidad tiene, como categoría social, para habilitar la escucha de reclamos por derechos humanos y por justicia social.”

Montevideo a los 12 años de edad, Ema continúa sus estudios de danza y música, teniendo como maestros a Alberto Pouyanne, quien fuera el primer director del Ballet del SODRE. Aunque Pouyanne era una figura ortodoxamente clásica, impulsó la danza moderna invitando a Alexander y Clotilde Sakharoff a impartir clases. Asimismo, se formó con René Gérard con quien estudió danza clásica y de carácter. En danza moderna y técnica se formó con Hebe Rosa. En esa etapa, se vincula al Movimiento de Teatro Independiente por un lado y al estudio Bayerthal de Gimnasia Consciente donde tomó cursos de Sensibilización Espacial, estudios del cuerpo a través de la Anatomía, estudios de Ritmo, de Plástica basado en la Historia del Arte, de quinetografía (escritura de la danza) y de pedagogía de la gimnasia consciente. Impartió clases en el Estudio Bayerthal como asistente desde 1957 hasta 1961. Su pedagogía, también se nutre de una composición original de diferentes elementos críticos del Ballet tradicional en sus métodos y prácticas recuperados a partir de la experiencia y pedagogía de la danza contemporánea y de la experiencia en el Estudio Bayerthal.

Entre las agrupaciones teatrales del Teatro



Figura 1. Ema Haberli fundó el Centro de Arte junto con Numen Vilariño en 1969. Espectáculos nacionales de danza, poesía y música.
(Fotografía: archivodanza)

Independiente podemos mencionar El Galpón, el Teatro Circular de Montevideo (TCM) y Teatro Uno. Las premisas que guiaban esa independencia fueron base de la creación de la Federación Uruguaya de Teatros Independientes (F.U.T.I) en 1947 que buscaba la independencia de toda sujeción comercial o estatal limitativa. Asimismo, el teatro de arte – una búsqueda por medio de la continua experimentación – el impulso al teatro Nacional, la idea de teatro popular y la organización democrática del mismo, en el sentido de un trabajo colectivo. La centralidad de la noción de intercambio cultural, militancia en el sentido de una activa participación con respecto a la situación del hombre en la comunidad son elementos claves.^[1] Aunque el concepto de independencia era clave, también de su sentir y ser de izquierda iba de la mano de valores, de principios, de ideales y de sueños.^[2] Estos son elementos constitutivos del trabajo de Ema Häberli, que marcarán todo su trabajo en escena. En la década de los sesenta comienza a dar sus primeros recitales como solista. Es en este momento en que conoce a su esposo, Numen Vilariño. Conforman, junto a la poetisa Idea Vilariño, un trío de estudios superiores de teatro, música, poesía, danza y coreografías. En 1969 funda junto a Numen Vilariño el Centro de Arte. Nacieron espectáculos de danza, poesía y música con una “entrega total a los sueños relacionados al arte, la enseñanza y la militancia política”.

Exilio en Francia: danza, aprendizaje y enseñanza (1975-1986)

Decidida su participación en el XIII Festival Internacional de la Danza en el Théâtre des Champs-Élysées de París, no puede volver al país hasta 1986. Este evento fue muy especial en el sentido de que la danza abrió las puertas a todo el mundo. Bailó allí un trozo de “América Mágica” y “Silencio, los tres estados”, una puesta en escena en silencio cuya coreografía pertenecía a Hebe Rosa. Participa, en 1976 en el Festival de Avignon. Es su sólida y original formación artística la que le permite encontrar, gracias a sus saberes, refugio en Francia. En esa época, prosiguió su formación a la vez que se consolidó como docente en varias ciudades francesas, teniendo su centro de actividades en París en el Estudio-Taller. *“Once años ‘anclados en París’- como dice el tango. Fue un período difícil pero fermental donde reforcé mi técnica, conocí y me conecté con valiosa gente del arte y donde fui apreciada como profesional después de intensas búsquedas e intentos.”*

Regreso al Centro de Arte en Montevideo (1986)

De regreso a Uruguay, se instala en Montevideo y reabre las puertas del Centro de Arte junto a su marido Numen Vilariño. Allí, forma bailarinas, grupos de danza y trabaja hasta el día de hoy en la rehabilitación de cuerpos “... que han sido olvidados, no queridos o maltratados por sus propios propietarios”^[3] Isadora Duncan, Joaquín Torres García, José Limón, Camille Claudel, Pablo Picasso, Daniel Viglietti, Astor Piazzola, eran algunas de las tantas figuras de un vasto campo de arte contemporáneo en el “Centro de Arte” que dirigían Numen Vilariño y Ema Haberli. (Figura 2)

Género y exilios

La revisión de las biografías de mujeres en exilio focaliza las diferencias desde una *perspectiva de género* para comprender la memoria y *reconstruir la propia historia oral*. El modo en que se percibe el exilio y se da respuesta a las situaciones vitales que en él se generan muestran diferencias entre hombres y mujeres expresadas en las problemáticas vitales que se abordan en las biografías, en las cuales la transición biografía-vida cotidiana juega un rol importante.^[4] En nuestro caso, la generación del corpus de noticias creado por el equipo de Pascale Laborier en el sitio Géó-Recits permite conservar la historia y la memoria del exilio uruguayo ^[5,6] integrando las memorias en una noticia biográfica que conjuga otros elementos para dar cuenta de

este relato: recursos audiovisuales y localización geográfica en movimiento.

Por otra parte, es de relevancia la *visibilización de las mujeres*, que ha sido paulatina y lenta a nivel de la historiografía nacional. La existencia de mujeres “notables” entre las cuales figuran muchas mujeres calificadas o sabias y, asimismo, el impacto del trabajo de estas mujeres con posterioridad al exilio, ha colaborado en el reclamo por su visibilización y reconocimiento ^[7] en Uruguay y en la región. En este sentido, el trabajo en este período se ha orientado a fortalecer los lazos con colegas de Brasil

“El estudio de las memorias y trayectorias de mujeres exiliadas de América Latina y del Cono Sur en el período dictatorial de los años 70 y 80 permite un abordaje a las prácticas represivas estatales y paraestatales, así como a las trayectorias ideológicas y la circulación de las ideas.”

para ampliar este corpus y la base de interpretaciones. En sí, la biografía de Ema Haberli abona a la consolidación de algunas tendencias observadas en otros relatos de mujeres en el exilio. La trasposición de la militancia en el trabajo y el cuidado, por ejemplo.^[8] La danza ocupa, sin embargo, un lugar central en tanto la ocupación en el cuerpo permite aliar cuerpo y voz. Se puede bailar la "canción del exilio" (masculina)^[iii] poniendo el "cuerpo" (sin voz femenina) en juego.

Por otra parte, las nociones de *desaparecidos* y *sobrevivientes* quedan también a la luz del análisis en juego. Claramente, en los exiliados del período dictatorial, el significado de las muertes es importante. A su vez, en la mayoría de los casos, eso los constituye en tanto sobrevivientes de esta experiencia, con lo cual se amplía el trabajo relativo a esta categoría y sus continuidades^[9] que he desarrollado en otras investigaciones.^[10] Asimismo, la relación entre maternidad y constitución de la identidad en los exilios es relevante. El éxito que tuvieron las madres de plaza de mayo y las mujeres que han luchado por la verdad en relación al problema de los desaparecidos han mostrado la importancia que la



Figura 2. Danza teatro, dirigida por Ema Haberli, en la ACJ el 24 de noviembre de 2016. Montevideo, Uruguay.
(Fotografía: ACJ)

maternidad tiene, como categoría social, para habilitar la escucha de reclamos por derechos humanos y por justicia social.^[10,11]

Pero la *maternidad*, que usualmente empodera,^[12] aquí es interpelada pues la militancia altera el orden de género^[8] lo cual conlleva una seria dificultad para establecer relatos biográficos cuando las consecuencias de la militancia suponen la puesta en riesgo de la maternidad (por alejamiento, secuestro, muerte, separaciones, encarcelamiento). Entonces, puede por un lado generar un silenciamiento en torno a la propia trayectoria personal y política, a la vez que es un lugar de enunciación por reclamos de derechos humanos, elementos todos presentes en la trayectoria de Ema. Teóricamente, la constatación de este fenómeno permite un vínculo con el problema de la construcción de legitimidad en otros escenarios de violación de los derechos humanos que no se asocian al período dictatorial.^[13] Concretamente, en diferentes contextos de la región, han sido las madres las que han hecho escuchar su voz en reclamos de justicia frente a las desapariciones o violaciones de los derechos humanos vinculados a contextos de violencia económica, social, policial y judicial en las sociedades actuales.^[14, 15]

En este sentido, el estudio de las *memorias* y *trayectorias de mujeres exiliadas* de América Latina y del Cono Sur en el período dictatorial de los años 70 y 80 permite un abordaje a las prácticas *represivas estatales* y *paraestatales*, así como a las trayectorias ideológicas y la circulación de las ideas. La empresa de reconstrucción de la memoria de mujeres militantes interpela algunos sentidos

que han primado en la construcción del exilio. Es fundamental introducir, por un lado, la perspectiva del trauma y su impacto ^[16] que trabajan sobre trauma-informed.^[17] El arte es paradigmático en este sentido, mayormente la “canción del exilio” relaciona la varón con la hombría y silencio a la mujer. Tal como lo establece Cardozo (2023),^[18] esto genera una relación entre memoria y vergüenza. Prima, en la voz de las mujeres, la referencia a la casa, la maternidad.^[4,19, 20] Se torna difícil hablar de política ya que las mujeres atienden fundamentalmente dos cosas: la casa y el trabajo. El exilio es – y fue para el caso de Ema – el descubrimiento de un mundo diferente que trastoca estos dos órdenes.

Las voces de las mujeres exiliadas muestran una *división de roles de género*, en la cual el *trabajo político* para ellas se centraba en la *solidaridad* entendida como resolución de los problemas generados en la vida cotidiana sin que ello signifique un trabajo a nivel de partidos políticos. Resaltando el trabajo, más que integrarse a la discusión política lo que aparece – y el relato oral de Ema Haberli lo muestra – es la idea de “apoyar”, “sostener”: el cuidado, el hogar, el apoyo a los presos políticos. La importancia que la visibilidad y construcción social de estas categorías adquirió en las dos primeras décadas del siglo XXI es fundamental para comprender la elaboración que la mirada sobre la propia vida ha tenido en la construcción de los relatos. Los feminismos presentes a partir de los 1980 en Europa y en Francia notoriamente habilitaron paulatinamente una revisión de la propia vida y en la actualidad interpretamos muchas de estas biografías desde las categorías de *cuidados* ^[21] *feminismos y resistencias*,^[8] transformando la mirada a la memoria.

Arte, cuerpo y política

En relación a las bailarinas y al arte, en tanto saber académico y universitario cuenta con una legitimidad indiscutible, la *danza* tiene otro estatuto. Ha sido, en este sentido, una diferencia en los migrantes forzados la pertenencia o adscripción a un campo del saber legitimado e institucionalizado como el de las ciencias o humanidades con desarrollo académico en universidades.^[22] En el caso de los artistas y de la danza en particular, la recuperación de una *tecnología de la enseñanza* – la gimnasia consciente – de trabajo en el bienestar y *conocimiento del cuerpo*, habilitó la

posibilidad de una salida profesional. En el caso estudiado, la *institucionalización de la danza en Francia*, permitió recursos para la sobrevivencia (Fédération Française de Danse - FFD). Ha sido notable, en este sentido, la lucha por el reconocimiento del sentido artístico de su obra como bailarina, que configura una forma particular de comprender y mirar el campo del arte, de la danza y del cuerpo. Asimismo, la relación con la educación del cuerpo y la danza. Su biografía muestra que la formación en el cuerpo oficia como sostén laboral antes que la danza. A su vez, por vía de su trabajo en la FFD, Ema colabora en la

“Las voces de las mujeres exiliadas muestran una división de roles de género, en la cual el trabajo político para ellas se centraba en la solidaridad entendida como resolución de los problemas generados en la vida cotidiana sin que ello signifique un trabajo a nivel de partidos políticos.”

expansión de la práctica de la danza contemporánea en el norte de Francia y cerca de París.

Algunos conceptos claves pueden estructurarse en una cartografía conceptual que deriva del análisis transversal de las notas biográficas y de los trabajos de investigación relativos al tema. La *noción de solidaridad* y sus sentidos, atados al *trabajo*, la *resistencia*, la *familia* y los *cuidados* para el caso de las mujeres en general y de Ema Haberli en particular. Desde una perspectiva de género, se expresa el lugar de lo femenino en alianza con las nociones de *familia* – cómo núcleo político y de resistencia – y *maternidad*. La afectación del exilio sobre la vida familiar supuso, en su caso, un riesgo a su maternidad en tanto debió partir sin su hija aunque logró, gracias a la solidaridad internacional y particularmente al lugar que tuvo Francia y la Cimade en ella, recuperarla.

Por otra parte, desde el punto de vista de las migraciones artísticas, la noción de cuerpo habilita a una recuperación del planteo de Butler (2006)^[23] y se resignifica: *cuerpo*, *precariedad*, *solidaridad*. Complementariamente, tanto el campo del saber legítimo e institucionalizado^[24] se tensiona, como la cuestión del lugar del arte – y de un arte, la

danza – y, dentro de la danza, la lucha por el reconocimiento en el campo cultural francés de un tipo de danza, la *danza moderna*,^[25,26] *militante* y *latinoamericana* que creció en el contexto del *teatro independiente* en Uruguay.^[2] Su danza evoca el dolor contra la injusticia, la tortura, un principio de humanidad revierte la jaula de hierro del ejercicio práctico de la violencia.^[27,28,29] La biografía de Ema Haberli, en la cual me he concentrado en este período de trabajo, expresa esta alianza: *cuerpo-solidaridad-trabajo-danza contemporánea-militancia*. En su obra posterior al retorno al país, la militancia de izquierda se ha unido al debate ecológico. La danza clásica se interpela como saber desde la danza moderna por un lado y la emergencia de otra noción de cuerpo que la gimnasia consciente y la técnica Bayhertal sustentan. El concepto de solidaridad que su danza viabiliza canaliza un tipo de relación de interacción en que los sujetos recíprocamente participan en sus vidas diferenciables, "...porque se valoran entre sí en forma simétrica."^[30] El análisis del lugar de la danza como resistencia y militancia nos muestra que el *cuerpo* despierta una nueva alianza, anticipo de una solidaridad que ningún signo político puede nominar. Es en la filosofía de Butler (2000)^[31] en que encontramos los principios para interpretar tal situación: la precariedad, el cuerpo, tienen efectos performativos que la obra de Haberli expresa. Es lo que la danza permite objetivar. Una brecha, también, en las estructuras elementales de la violencia de género,^[32] siendo que la danza y la gimnasia que ha trabajado Ema se ha configurado como un espacio de mujeres en que la experiencia del cuerpo es fundamental y habilitando otros soportes y movilizaciones de sentido fuera de la política partidaria, experiencia esta común a los exilios y los insilios en las mujeres, como lo muestra la biografía de Nita Samunisky, militante feminista Uruguayana cuyo trabajo se ha utilizado como contrapunto de interpretación. Su militancia, en el país de la dictadura y en insilio. Alumna de d'Inx Bayerthal^[iv] al igual que Ema Haberli, su militancia se canalizó por la realización de clases de gimnasia consciente, el encuentro cotidiano y de mujeres y el trabajo en el bienestar de las mujeres.

Nilia Viscardi es licenciada en Sociología por la Universidad de la República Oriental del Uruguay (1996); magíster y doctora en Sociología por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (1999). En la Udelar, se desempeña actualmente como profesora agregada de la Facultad de Ciencias Sociales y de la Facultad de Humanidades y Ciencias. Integra el Sistema Nacional de Investigadores de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación.

Notas

[i] El proyecto GÉO-RÉCITS -Cartographies de parcours de migrants dits “qualifiés”- cuenta hoy con 207 notas <https://georecits.hypotheses.org/>

[ii] La acumulación académica ha dado cuenta de la perspectiva de género desde perspectivas multidisciplinares, entre otras, para temas como prisión política, memoria y memoria de segunda generación. En este sentido son fundamentales los trabajos de Johnson (2000);^[33] Ruiz (2010, 2013 y 2014);^[34,35,36] Sapriza (2015);^[37] y De Giorgi (2015, 2020).^[8,38] Sobre el exilio uruguayo en general existe una abundante bibliografía: Schelotto.

[iii] Marina Cardozo (2023)^[39] identifica la voz del exilio en el canto como una voz masculina. Ejemplo de ello en el exilio de uruguayos en Francia es la obra de Daniel Viglietti, en cuyo repertorio de canciones se ha concentrado Ema Haberli como bailarina.

[iv] Gimnasia Consciente Bayerthal. <https://www.facebook.com/people/Gimnasia-Consciente-Bayerthal/100081888383552/>

Bibliografía

- [1] Pignataro, Jorge (1997). La aventura del teatro independiente uruguayo, Montevideo, Ed. Cal y Canto, 1997.
- [2] Scaraffuni, Luciana (2016) El Teatro Militante: subversiones y resistencias durante la dictadura cívico-militar uruguaya (1973-1985). En: *Artelogie Recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l'Amérique latine*. Publicado el 26 enero 2016, consultado el 25 de noviembre de 2022. URL : <http://journals.openedition.org/artelogie/422> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/artelogie.422>
- [3] Martirena, Edith (2011) Ema Häberli. Desde los pies y las manos a la mujer-artista-maestra. Tradinco: Montevideo.
- [4] Ruiz, Marisa (2022). Revisitando subjetividades: Exiliadas uruguayas a través de sus cartas, 1976-1985. *Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea*. Año 9, N° 16. Córdoba, junio - noviembre 2022: 23-40.
- [5] Jalabert, Lorenzo; López Mazz, José; Merklen, Denis (2022) “La dictadura desde Francia”, Urdidumbre, Montevideo.
- [6] Rico, Álvaro (coord.) (2008), *Historia reciente, historia en discusión*. Montevideo: Tradinco-Cruz del Sur.
- [7] Jensen, Silvina (2022) Los exilios políticos argentinos del pasado reciente en perspectiva de género. Una revisión historiográfica. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas / Vol. 24, Revista en línea del Grupo de Investigación de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas / INCIHUSA - CONICET / Mendoza / Dossier (1-18)*
- [8] de Giorgi, Ana Laura . (2015b). Entre el pasado y el presente. Entre lo personal y lo político: Narrativas y apuestas de las expresas políticas en Uruguay. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 7(15), 202-228. doi: <https://doi.org/10.5965/2175180307152015202>
- [9] Gatti, Gabriel (ed.) (2017). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Siglo del Hombre Editores-Universidad de los Andes, Bogotá.
- [10] Tenenbaum, Gabriel; Fuentes, Mauricio; Viscardi, Nilia; Salamano, Ignacio; Espíndola, Fabiana (2021). “Relatos de muerte. Homicidios de jóvenes montevidianos en ajustes de cuentas y conflictos entre grupos”. Obsur, Anii, FCHE, FCS. Montevideo: Mastergraf.
- [11] Tavares dos Santos, José Vicente; Viscardi, Nilia; Chinas, Carmen; Silva, Lívio. (2023) “La difícil democracia: violencia social, militarización de las políticas de seguridad y luchas por los derechos humanos” En: *Derechos en cuestión : amenazas y desafíos para las democracias / Jorge Orlando Blanco Suárez ... [et al.] ; prólogo de María Fernanda Sañudo Pazos ... [et al.]*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO. Libro digital, PDF - (Becas de investigación): 323-430. https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2770&campo=titulo&texto=
- [12] Viscardi, Nilia (2021) “Adolescentes infractoras. El lado femenino de la exclusión”. En: *Colegiado del Departamento de Sociología (Dir.) “Del Instituto de Ciencias Sociales al Departamento de Sociología. Colección sesenta años de la creación del Instituto de Ciencias Sociales”*. Montevideo: Doble clic, p. 111-152
- [13] Viscardi, Nilia (2023) ¿Qué es vivir bajo el régimen de la bestia? Una mirada a la violencia del presente desde la novela de Butazzoni. En: *Literatura, sociedade e violencia*. Rev. “O público e o privado (PP)” Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), v. 22, No. 43.
- [14] Bermúdez, Natalia (2019) Grutas y altares moralizados. O de cómo territorializar las muertes violentas en sectores populares (Córdoba, Argentina). *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, 9(2). <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/3267>
- [15] Pita, María Victoria (2001) La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. Familiares de víctimas del terrorismo de estado y de la violencia institucional en Argentina. *Arenal: Revista de historia de las mujeres*, ISSN 1134-6396, ISSN-e 2792-1565, Vol. 8, N° 1, 2001 (Ejemplar dedicado a: Género y usos del tiempo), págs. 127-154
- [16] Ernst-Vintila, A., Delouvée, S., & Roland-Lévy, C. (2011). Under threat. Lay thinking about terrorism and the three-dimensional model of personal involvement: a social psychological analysis. *Journal of Risk Research*, 14(3), 297-324.
- [17] Harris, M. & Fallot, R. (2001). Using trauma theory to design service systems. *New directions in mental health services*, Jossey-Bass, 89, Spring.

- [18] Cardozo, Marina (2023). "Exiliadas en Suecia. Trayectorias de mujeres en el exilio durante la dictadura Uruguay". En: Jornada Internacional "A 50 años del golpe de Estado en Uruguay. Mujeres, dictaduras y exilios. Dictaduras y resistencias." FHCE, Montevideo, 14-15 de marzo de 2023.
- [19] Álvarez, Victoria (2019): "Un tiempo suspendido. Vida cotidiana y devenir feminista de las mujeres argentinas exiliadas durante la última dictadura militar (1976-1983)", Arenal. Revista de historia de las mujeres, Vol. 26, n° 2, julio-diciembre de 2019, pp.427-447.
- [20] Dutrénil Bielous, S. (2005). Se Cruzan los Relatos: Memoria Personal y Reconstrucción Histórica. Estudios Sociales, 25(1), 119-146. <https://doi.org/10.14409/es.v25i1.2519>
- [21] Batthyány, Karina (2015) "Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales." Naciones Unidas, Santiago de Chile.
- [22] Depaule, Judith (2023) « Le spectacle comme autre forme de cartographie » En : Cartographier les parcours d'exil. Journées d'études. 28-29 novembre 2023, Global/ Institut Convergences Migrations, CERCEC) – ISP/Paris Nanterre, La Contemporaine, Parix X, France.
- [23] Butler, Judith. Deshacer el género. Paidós, Barcelona, 2006.
- [24] Bourdieu, Pierre (2003) «Un arte medio. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía» Editorial Gustavo Gili, S.L., Barcelona.
- [25] Naser, Lucía, ¿Danza contemporánea? Vamos a ver danza contemporánea. Programa de Formación de Públicos, Ficha Didáctica 3. Danza Contemporánea. Teatro Solís, Montevideo.
- [26] Pérez Buchelli, E. (2019). Arte y política. Mujeres artistas y artes de acción en los sesenta y setenta. Montevideo: Editorial Yaguru.
- [27] Chadwick, W. (1999). Mujer, arte y sociedad. Ediciones Destino.
- [28] Garat, V., Guerra, C., Naser, L. (coord) (2015) El libro de la danza Uruguay, Montevideo, Editorial HUM
- [29] Laban, R. (1993). Danza educativa moderna. Barcelona: Paidós.
- [30] Honneth, Axel. La lucha por el reconocimiento. Crítica, Barcelona, 1992.
- [31] Butler, Judith. Cuerpos aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea. Paidós, Buenos Aires, 2000.
- [32] Segato, Rita (2003). Las estructuras elementales de la violencia. Ensayo sobre género entre la antropología y el psicoanálisis y los derechos humanos. Universidad Nacional de Quilmes. Buenos Aires003.
- [33] Johnson, Niki (2000): The rights to have rights: Gender politics, citizenship and the state in Uruguay. Tesis de doctorado, Queen Mary University of London, Londres.
- [34] Ruiz, Marisa (2010): Ciudadanas en tiempo de incertidumbre. Solidaridad, resistencia y lucha contra la impunidad (1972-1989), Doble Clic, Montevideo.
- [35] Ruiz, Marisa (2013): "Las prisioneras, a la búsqueda de la memoria perdida de Punta de Rieles", Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX, año 4, vol. 4, Dossier, pp. 79-88
- [36] Ruiz, Marisa (2014): "Escenas de la vida ciudadana de las uruguayas en la posdictadura", en Caravelle, Cahiers du monde hispanique et luso bresilien, n° 102, pp. 65-85.
- [37] Sapriza, Graciela (2015): "Nos habíamos amado tanto. Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público", Estudios Feministas, vol. 23, n° 3, pp. 939-958.
- [38] de Giorgi, Ana Laura . (2020). *Historia de un amor no correspondido. Feminismo Izquierda en los ochenta*. Montevideo: Sujetos Editores.
- [39] Cardozo Prieto, Marina (2011): "Era otro mundo, ¿o no?", Amerika. Mémoires, identités, territoires, n° 5 [En línea]. <https://doi.org/10.4000/amerika.2736>



Capa. Reunião em Brasília este ano contou com participação de 11 chefes de Estado para definir integração na América do Sul.

(Foto: Rafa Neddemeyer/Agência Brasil. Reprodução)

Integração regional latino-americana: os desafios transcendem fronteiras

A formação de um bloco econômico pode proporcionar desenvolvimento, estimular a tecnologia e, especialmente, melhorar a qualidade de vida das populações da região

Bianca Bosso

Desde o final dos anos 1950, diversos especialistas defendem que a criação de blocos econômicos envolvendo as nações latino-americanas pode ser uma ferramenta poderosa para alavancar a economia e valorizar a relevância internacional da região. Na época, o cenário pós-guerra, marcado por crises financeiras, crescimento populacional e dificuldades de diálogo na comunidade internacional, era favorável a instigar o desejo de construir um conjunto mais influente de países, unindo forças de Estados vizinhos, mas,

que até então, mantinham relações limitadas durante a resolução de seus desafios. Movidas por esse cenário surgem, nas décadas de 1950 e 1960, as primeiras tentativas de integrar a economia da América-Latina, lideradas pela [Comissão Econômica para](#)

a [América Latina e o Caribe \(CEPAL\)](#) e pela [Associação Latino-Americana de Livre-Comércio \(ALALC\)](#).

Apesar do conceito promissor e do cenário favorável, essas e outras iniciativas integracionistas enfrentaram desafios que, ao menos temporariamente, puseram fim ao sonho de unificar a economia latino-americana. Regimes políticos, dificuldades econômicas e a ausência de mecanismos para tomadas de decisões mais justa foram somente alguns dos obstáculos que levaram ao fim da ALALC e ao enfraquecimento da proposta do CEPAL. “O avanço das relações e das articulações do Brasil com os vizinhos data mais do fim do período militar”, explica Luciano Wexell Severo, ex-consultor da CEPAL e professor do curso de Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento da [Universidade Federal da Integração Latino-Americana \(UNILA\)](#).

Com o colapso da ALALC e a democratização, a construção de blocos econômicos regionais menores, formados apenas por parte dos países da região, foi favorecida. Alguns dos frutos dessas agregações, como a [Associação Latino-Americana de Integração](#)



Figura 1. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é uma iniciativa que persiste até hoje e contribui para facilitar o comércio entre os países-membros.
(Foto: Mercosul. Divulgação)

([ALADI](#)) e o [Mercado Comum do Sul \(Mercosul\)](#), persistem até hoje e contribuem, por exemplo, para facilitar o comércio entre os países-membros. (Figura 1)

Desafios

Segundo Márcio Bobik, professor do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da [Universidade de São Paulo \(USP\)](#), os problemas econômicos internos ainda costumam ser os principais inimigos da cooperação econômica regional no século XXI. O pesquisador conta que tais questões podem se manifestar de formas diferentes, como em taxas de câmbio instáveis e alta inflação, que afetam os custos das operações entre os países, desencorajam investimentos e diminuem o poder competitivo com relação às outras nações do mundo.

Márcio Bobik destaca também que, mesmo com o avanço de regimes democráticos na América-Latina, a situação política dos países ainda se mostra como um dos desafios a ser superado. “Tormentas políticas internas, bem como divergências em políticas monetárias e fiscais, dificultam a criação de um consenso em torno do avanço da integração”, afirma o pesquisador. Ele explica que a política é apenas um dos problemas internos que pode dificultar o caminho até a integração e que ainda não há respostas

sobre como incorporar a resolução desses problemas no processo integrativo.

Nesse cenário, talvez, a união com os países vizinhos seja uma alternativa para colaborar para a solução das tormentas internas de cada nação - mas, para isso, é necessário que os líderes políticos entendam se e como o processo integrativo pode atuar como um facilitador. Para Luciano Severo, na América-Latina, é o Brasil quem deve disseminar essa noção para os demais países: "é papel do Brasil atrair os países vizinhos para um processo de dinamismo econômico, político, democrático e socialmente inclusivo, fazendo com que eles se sintam beneficiados por esse processo de integração; todos esperam essa liderança do Brasil". O pesquisador explica que as dimensões continentais e o posicionamento geográfico do Brasil, que garante fronteiras diretas com nove dos 11 países sul-americanos, pode proporcionar uma articulação comercial e econômica inédita: "temos metade do território, metade da população, metade da economia e mais de 60% da produção industrial da América do Sul. O Brasil tem que crescer e com o seu crescimento, promover e estimular o crescimento dos vizinhos".

Para dar início a essa estratégia, Luciano Severo menciona que, primeiro, é essencial impulsionar o fluxo comercial de produtos industriais dentro da América-Latina. "Hoje, o Brasil vende para o mundo produtos de baixo valor agregado, sem muita intensidade tecnológica, como insumos básicos e matérias-primas. Quando observamos as relações com os países vizinhos, é diferente: vendemos produtos manufaturados, como motocicletas, automóveis, ceifadeiras e tratores", explica. Com isso em mente, o ex-consultor da CEPAL defende que "a capacidade de explorar a face mais desenvolvida e moderna da economia brasileira, a indústria, é com o mercado regional". Ele destaca que as trocas de produtos mais elaborados estimulam a economia, mas também são combustíveis potentes para a tecnologia, a ciência, a geração de empregos e renda e a capacitação e inovação tecnológica, áreas de extrema relevância em um processo que busca alavancar o desenvolvimento. "É essencial compreender que é importante vender commodities para a Ásia e para o mundo, mas é fundamental ampliar essa articulação com os vizinhos", completa o professor. (Figura 2)

Integração

De acordo com a linha de pensamento de Luciano Severo, o Brasil parece estar no caminho certo para tornar o sonho da integração uma realidade ainda mais difundida. No dia 30 de maio de 2023, cinco meses após a posse de seu terceiro mandato, o presidente Lula reuniu em Brasília, pela primeira vez depois de oito anos, os 12 presidentes ou chefes de Estado de países da região. "Há claramente uma intenção do governo brasileiro de voltar a estimular a articulação regional. Por exemplo, o governo tem a ideia clara de voltar à carteira de projetos do [COSIPLAN](#), o Comitê Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento, que está paralisado desde 2017, 2018". O COSIPLAN é um importante articulador da integração infraestrutural e política na América-Latina e iniciativas que direcionam à adesão de seus projetos evidenciam a busca por uma

"Tormentas políticas internas, bem como divergências em políticas monetárias e fiscais, dificultam a criação de um consenso em torno do avanço da integração."

maior união com os Estados vizinhos.

Para além das questões levantadas por Luciano Severo, Márcio Bobik acrescenta que o caminho para estabelecer mecanismos integrativos mais complexos, com a promoção de um mercado comum generalizado e, talvez, até mesmo de uma moeda comum aos países latino-americanos, envolve mais uma série de requisitos que ainda não são atendidos, mas devem começar a ser discutidos a fim de avançar no processo. “É necessário, pelo menos, a compatibilização dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e a definição clara dos objetivos da integração. A estabilidade macroeconômica regional, que se manifesta pela baixa inflação e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, por exemplo, e a estabilidade política e institucional dos países que se integram, também são essenciais”, diz.

Para Luciano Severo, ao menos um desses requisitos já



Figura 2. As trocas de produtos mais elaborados estimulam a economia e também o desenvolvimento de tecnologias, a geração de empregos e renda e a inovação tecnológica.

(Foto: Alberto Coutinho/GOVBA via Fotos Públicas. Reprodução)

tem resposta certa. O pesquisador defende que, além de proporcionar desenvolvimento econômico e financeiro, estimular a tecnologia e a união entre os países, a formação de um bloco econômico tem como principal objetivo e desafio melhorar a qualidade de vida das populações da região. “Aumentar o abastecimento de água potável, o saneamento básico, a oferta de hospitais, de centros médicos, a oferta de instituições de ensino, emprego com carteira assinada, de qualidade, com boa remuneração... Essa é a finalidade”, conclui.

*“É papel do Brasil
atrair os países vizinhos
para um processo de
dinamismo econômico,
político democrático e
socialmente inclusivo.”*

Bianca Bosso é especialista em Jornalismo Científico e Bacharela em Ciências Biológicas (Unicamp). Iniciou sua trajetória na Divulgação Científica no ano de 2018. Já desenvolveu pautas para revistas como Ciência & Cultura, ComCiência e Ciência Hoje, além de sites como Agência Bori, Jornal da Unicamp, Portal Campinas Inovadora e blog Ciência na Rua.



Capa. A valorização de uma identidade latino-americana decolonial e interseccional é fundamental para uma integração educacional da região

(Foto: Divulgação)

Por onde anda a integração latino-americana pela educação?

Pensadores de diversas correntes e visões apresentam críticas e sugestões para um desafio que atravessa cinco séculos

Bruno Cesar Dias

Expectativa: uma América unida e soberana, pavimentada pelas riquezas naturais e pela educação. Realidade: um continente extremamente desigual, com sistemas educacionais de grande incompatibilidade, com barreiras linguísticas e políticas, dependente e tutelado pelas agências econômicas e internacionais para efetivar sua

inserção no cenário global. O sonho de lideranças históricas e intelectuais, como Simón Bolívar (Venezuela), José Martí (Cuba) e Darcy Ribeiro (Brasil), de uma integração latino-

americana pela educação, patina diante de um mundo que atravessa a quarta revolução industrial, o domínio da financeirização e as emergências climáticas.

Os caminhos a serem trilhados – mobilidade, integração curricular e políticas de cooperação – são sabidos, porém, tímidos, isolados e distantes de serem implementados enquanto uma política pública continental. Entretanto, a valorização de uma identidade latino-americana decolonial e interseccional, tendo a diversidade como seu maior ativo educacional, talvez seja o farol necessário para iluminar essa estrada.

As marcas da origem colonial que ainda nos constitui

Nossas veias abertas ainda carregam e expõem marcas de mais de 500 anos de colonização. Na educação isso não seria diferente. A primeira universidade no continente foi a *Universidad Autónoma de Santo Domingo*, na República Dominicana, criada através da *Bula In Apostolatus Culmine*, emitida em 28 de outubro de 1538, pelo Papa Paulo III, que elevou o Colégio de Estudo Geral que os Dominicanos dirigiam na sede do primeiro vice-reinado espanhol instalado nas Américas. (Figura 1)



Figura 1. A primeira universidade no continente foi a *Universidad Autónoma de Santo Domingo*, na República Dominicana, criada em 1538.

(Foto: Arquivo. Reprodução)

O modelo das universidades confessionais imperou na América Espanhola. À medida que os vice-reinados foram constituindo suas repúblicas, arranjos independentes foram organizados. O Brasil só começaria a ter suas instituições de ensino a partir do século XIX.

Essa herança e os modelos decorrentes adotados pelos países estão entre as primeiras dificuldades para uma efetiva integração latino-americana. Helena Sampaio, professora da Faculdade de Educação na [Universidade Estadual de Campinas \(Unicamp\)](#) e secretária de regulação e supervisão da educação superior do [Ministério da Educação \(MEC\)](#), identifica nas reformas educacionais da década de 1970 um dos momentos recentes no qual a distinção desses caminhos foi aprofundada. “Foram desenvolvimentos muito diferentes. México e Argentina fizeram uma expansão da universidade pública nos anos 1970, criando mega-universidades nacionais, como a *Universidad Nacional de México* e a *Universidad de Buenos Aires*. São países com acesso universal à formação superior. A nossa reforma universitária, de 1968, foi no sentido de criar uma universidade de pesquisa, um modelo menor, mais caro e descentralizado, com uma abertura já bastante considerável, desde então, para a massificação de vagas pelo setor privado. Já Chile, Colômbia e Peru mantiveram uma forte tradição de universidades confessionais. São

sistemas muito heterogêneos, com modelos próprios e diferenças muito grandes, o que impede uma maior mobilidade e acreditação das formações”, destaca a pesquisadora, responsável pela criação do primeiro núcleo de pesquisas dedicado ao tema, [o Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo](#).

Para Marcelo Knobel, professor do Instituto de Física “Gleb Wataghin” e ex-reitor da Unicamp, a marca colonial ainda orienta os nossos olhares e anseios para o norte global, mantendo-nos de costas para os países vizinhos. “Carregamos da nossa história colonial a visão de que o que vem do Norte global e países desenvolvidos é melhor. Nossas universidades acabam contribuindo e colaborando com instituições lá longe e nem sequer conversam com uma universidade instalada na sua mesma cidade, quanto menos com universidades da América Latina”, reforça.

Experiências pontuais evidenciam baixo compromisso institucional

Contudo, existem, sim, experiências exitosas. Há 13 anos, o doutorado latino-americano em educação forma professores para educação básica interessados no debate e numa maior mobilidade entre os países latino-americanos. Entre as 11 instituições integrantes, a Faculdade de Educação da [Universidade Federal de Minas Gerais \(UFMG\)](#) é uma das sedes do Programa, e conta com mais de 50 teses defendidas. “Orientamos estudantes de vários países da América Latina, do México, de Cuba, da Argentina, Chile e Colômbia, que é o país que mais envia estudantes”, explica Dalila Andrade, professora da Faculdade de Educação da UFMG e diretora de cooperação institucional e inovação do [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico \(CNPq\)](#). Ela destaca que o [Programa Institucional de Internacionalização \(PrInt\)](#) da [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(Capes\)](#) tem sido mais aberto às instituições fora do Norte Global. Por parte do CNPq, a pesquisadora ressalta uma nova coordenação de internacionalização, que tem construído acordos bilaterais e por grupos de país, como com os BRICs, em processos cofinanciados e/ou com demandas específicas. Atualmente, não há nenhuma linha específica para a América do Sul ou América Latina, mas é possível projetos e candidaturas

individuais também para bolsas no exterior, desde que já com algum grau de interlocução com a instituição parceira.

De todas as iniciativas em ensino superior, a grande aposta brasileira é a [Universidade Federal da Integração Latino-Americana \(Unila\)](#). Criada no movimento de ampliação dos cursos superiores conhecido como o [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais \(Reuni\)](#), a proposta foi apresentada pelo governo federal em 2007 e aprovada por unanimidade em todas as comissões, tanto na Câmara dos Deputados, sendo sancionada (Lei nº 12.189) em 12 de janeiro de 2010. Atualmente, a universidade conta com 29 cursos e recebe estudantes de 10 diferentes

“A valorização de uma identidade latino-americana decolonial e interseccional, tendo a diversidade como seu maior ativo educacional, talvez seja o farol necessário para iluminar essa estrada.”

nacionalidades.

“Embora a Unila seja um projeto de integração latino-americana, ela ainda é uma iniciativa nascente, e que não conta com apoio financeiro de nenhum outro país. No momento, ainda funciona mais como um espaço de integração”, avalia Erico Massoli Pereira, secretário do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea Latino-Americana (PPGICAL/Unila). Doutor em Relações Internacionais, em sua tese de doutorado, Erico Pereira estudou a fundo as instituições responsáveis pela produção de discursos e olhares sobre a América Latina em diversos momentos – com destaque para a [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe \(CEPAL\)](#), o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP), o Itamaraty, o [Conselho Latino-americano de Ciências](#)

“A marca colonial ainda orienta os nossos olhares e anseios para o norte global, mantendo-nos de costas para os países vizinhos.”



Figura 2. O novo ensino médio dificultou ainda mais a possibilidade de uma integração na educação, segundo especialistas.

(Foto: Gabriel Jabur/ Agência Brasil. Reprodução)

[Sociais \(CLACSO\)](#), e mais recentes, como o [Foro de São Paulo](#). “Na pesquisa na área em regionalismo e integração, a perspectiva econômica, política e comercial se impõe. Na década de 1970, por exemplo, houve um certo momento que a CEPAL era a grande referência. Contudo, a sequência de golpes de Estado por que passou o continente a esvaziou, ainda que ela seja uma grande referência hoje. A educação e a cultura, infelizmente, ficam para trás. Pensando na educação superior, diria então que é um tema bastante pantanoso dadas circunstâncias tão diversas e plurais em que a gente vive”, detalha o pesquisador.

Na educação básica, língua ainda é uma barreira, aprofundada por mecanismos de avaliação sob organismos internacionais

Se no cenário da educação superior a força dos modelos históricos e econômicos dificulta um processo mais autônomo, na educação básica a principal barreira ainda é a linguística. E se os organismos internacionais deveriam fazer pressão para uma melhor integração e superação dessa barreira, suas escolhas por modelos avaliativos reforçam e aprofundam as dificuldades.

A baixa ou quase nula existência de disciplinas de língua espanhola ficou ainda mais precarizada com as novas mudanças da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que não mais prevê o ensino de espanhol como obrigatório, mas somente nos itinerários formativos e de acordo com a

decisão e o desejo da escola e da comunidade. A exceção são algumas escolas de fronteira, que adotam o modelo bilíngue.

O novo ensino médio, segundo os especialistas, dificultou ainda mais a possibilidade de uma integração na fase de formação que, para muitos, seria a essencial. “Vemos uma lógica de revisões curriculares e de flexibilização dos conteúdos feitas na base da pressão que visa acelerar a formação, tanto na graduação como no ensino médio, com menos gastos e com menos custos. É um modelo drástico, impositivo e retrógrado, que ao aliar itinerários formativos com educação integral leva a uma expulsão dos jovens pobres da escola”, aponta Eblin Farage, professora da Escola de Serviço Social da [Universidade Federal Fluminense \(UFF\)](#) e ex-presidente do [Sindicato Nacional de docentes do Ensino Superior \(ANDES-SN\)](#). (Figura 2)

Para a pesquisadora, que trabalha com questões de educação em comunidades periféricas no Rio de Janeiro, o modelo dos itinerários, além de limitar a formação, leva a prejuízos econômicos. “Nesse modelo, se 30 jovens saem de uma escola de um ano para o outro, essas vagas ficam ociosas porque só poderiam ser aproveitadas por jovens que tivessem feito o mesmo itinerário no primeiro ano. Então, começa-se o ensino médio com um determinado número de alunos e se formam muito menos. Isso é gasto público, e é ainda mais aprofundado com os exames de avaliação ditados pelos organismos internacionais”, alerta Eblin Farage.

Para Luis Bonilla, professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da [Universidade Federal de Sergipe \(UFS\)](#). Para ele, a [Unesco](#) cedeu às pressões dos organismos econômicos e, a partir da década de 1970, vem fazendo um movimento de facilitar e validar modelos internacionais que visam somente a reprodução da mão de obra internacional. “A padronização representa um problema para o sistema mundial do capital e a sua dinâmica é típica da reprodução biopolítica que domestica corpos e mentes. O atual sistema capitalista, no quadro da transição para a quarta revolução industrial, está a gerar um novo regime de reprodução de dados e informações, que exige a libertação dos corpos e das mentes (dentro dos parâmetros da alienação) para que gerem os mais elevados níveis de dados que permite a projeção e sofisticação do controle

social. Esse é o problema do modelo curricular prescrito, das avaliações padronizadas que hoje não servem nem a um projeto emancipatório, nem à reprodução capitalista”, completa.

Alternativas para uma identidade latino-americana na educação

Diante de tantas dificuldades apontadas, seria possível, então, pensar numa real integração latino-americana pela educação? Para Marcelo Knobel e Helena Sampaio, o modelo de consórcios que tem sido empregado pela União Europeia é uma possibilidade para a América Latina, mas que passa, necessariamente, por uma melhoria na compreensão dos sistemas de acreditação e validação de créditos. “Precisamos de uma modernização na organização do sistema de educação superior latino-americanos

“Uma integração pela educação passa centralmente por uma crítica contundente aos modelos atuais e um aumento substancial em investimentos.”

que permita realmente essa integração tanto na área do ensino como na área de pesquisa e extensão”, ressalta Marcelo Knobel. “Precisamos de uma equivalência de créditos de forma automática, pensada por áreas do conhecimento e que atendam áreas de desenvolvimento estratégico para América Latina”, reforça Helena Sampaio.

A partir de outras perspectivas, Eblin Farage e Luis Bonilla acreditam que uma integração pela educação passa centralmente por uma crítica contundente aos modelos atuais e um aumento substancial em investimentos. “Vivemos um modelo adoecido de competição entre docentes, entre programas, entre estados e, logicamente, entre países. É preciso haver uma pressão sobre as agências fomentadoras e grandes organismos internacionais, que não pode ser somente do movimento sindical; precisa ser abraçado pelas sociedades científicas, pelas associações docentes. Todos precisam questionar a regra, pois a regra está errada, vivemos um modelo absolutamente enlouquecedor”, destaca Farage.

“O investimento em ciência na América Latina não ultrapassa 2% e quem mais contribui são México, Brasil e

Argentina. O investimento na ciência, que ainda é muito baixo, é complementado pelos esforços de integração nos BRICs ou de ligação a processos de análise educacional levada a cabo pelo G20. As elites dominantes da maioria dos países da região. Apesar disso, nas últimas décadas tem crescido no seio das pessoas um espírito de integração e de compromisso comum que permite construir aquele *ethos* continental, que supera as ações dos blocos econômicos de integração. A construção dessa identidade comum tem um capítulo importante na educação, um espaço que deve permitir-nos conhecer e reconhecer-nos como parte de um território e destino comum. Portanto, a urgência de retomar os estudos de história da nossa América rebelde desde a escola primária até universidade, onde o sujeito da mudança se manifesta em todas as suas múltiplas expressões e nos permite construir um horizonte comum”, conclui Bonilla.

Bruno Cesar Dias é jornalista e doutorando em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz.



Capa. Colaboração entre países da América Latina é fundamental para a preservação e o desenvolvimento da Amazônia
(Imagem: Vecstock/ [Freepik](#))

Desenvolvimento sustentável na Amazônia: colaboração, pesquisa e financiamento na América Latina

Proteção ambiental é um passo importante no desenvolvimento econômico da região

Mariana Hafiz

No começo de agosto, representantes de oito países-membros da [Organização do Tratado de Cooperação Amazônica \(OTCA\)](#) se reuniram para discutir o futuro do desenvolvimento sustentável da região. Na ocasião, participantes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela levantaram ações e oportunidades necessárias para impulsionar uma cooperação coordenada.

Foram mencionadas a necessidade de implementar políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, o

combate ao desmatamento ilegal e a conservação do patrimônio genético da floresta. Também destacou-se a importância de incluir os povos originários em todos os debates envolvendo o desenvolvimento sustentável da Amazônia nos próximos anos, incluindo mulheres e

amazônidas urbanos.

Conforme disse o embaixador Ruy Pereira no evento, diretor [da Agência Brasileira para Cooperação \(ABC\)](#), todas essas iniciativas são importantes regionalmente porque os impactos em um continente interconectado como a América do Sul são inevitáveis em todos os seus países.

Ciência

A relevância de aprofundar as pesquisas científicas sobre os temas também foi apontada como um elemento central das estratégias futuras para o desenvolvimento da região amazônica. Uma das prioridades, conforme apontaram Radjindredath Narain, assessor de políticas do Ministério de Planejamento Espacial e Meio Ambiente do Suriname, e Ali Peña, vice-presidente do Instituto Geográfico Venezuelano Simon Bolívar, é ampliar o financiamento de pesquisas sobre mudanças climáticas, uma vez que eles consideram a proteção ambiental um passo importante no desenvolvimento econômico da região.

Neste sentido, o Brasil tem desenvolvido atividades de pesquisa abrangentes e inovadoras para estudar os impactos das mudanças



Figura 1. AmazonFACE simulará situações de temperaturas elevadas esperadas para o futuro e gerará dados sobre como o ecossistema responde a elas por meio de torres espalhadas pela floresta

(Imagem: Unicamp/ amazonface.unicamp.br)

climáticas na floresta Amazônica. Em iniciativa envolvendo mais de 40 pesquisadores do Brasil, Estados Unidos, Europa e Austrália, um experimento está sendo construído para medir como a floresta amazônica responde a condições de altas quantidades de gás carbônico (CO₂) atmosférico – uma das principais causas das mudanças climáticas.

Trata-se do [AmazonFACE](#), localizado em uma floresta da bacia Amazônica próxima a Manaus e esperado para começar a operar em 2024. Por meio de torres espalhadas pela floresta, o projeto simulará situações de temperaturas elevadas esperadas para o futuro e gerará dados sobre como o ecossistema responde a elas. (Figura 1) O [relatório](#) do projeto aponta que, ao mesmo tempo em que altas taxas de CO₂ causam mudanças climáticas – provocando aumento de temperaturas e ocorrência crescente de fenômenos extremos – é possível que o CO₂ em excesso seja aproveitado para aumentar a produtividade da floresta, por meio da fotossíntese. Por isso, uma das hipóteses que o projeto busca verificar é a possibilidade da floresta utilizar o gás carbônico para manter o seu equilíbrio, possivelmente se protegendo dos impactos das mudanças climáticas.

“O experimento vai nos dar muitos *insights* de como a floresta pode se comportar e o quão resiliente ela estará às mudanças climáticas e isso reverbera em muitos setores

socioeconômicos na região”, explica David Lapola, coordenador do programa AmazonFACE. Segundo o pesquisador da [Universidade Estadual de Campinas \(Unicamp\)](#), o projeto afetará diretamente as políticas públicas relacionadas às maneiras com que o Brasil reporta as suas emissões de carbono à [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas](#) (*United Nations Framework Convention on Climate Change* - UNFCCC) e ao mercado de carbono. Além disso, poderá afetar indiretamente as futuras regulamentações de produção agrícola, extrativismo, produção de energia, pesca e transporte.

O projeto usa a tecnologia FACE (*Free-Air CO₂ Emission*), tradicionalmente utilizada em florestas temperadas de outros continentes. É a primeira vez que ela será aplicada no Brasil e no contexto de uma floresta tropical – que possui particularidades importantes para o estudo de mudanças climáticas, como temperaturas mais elevadas e maior biodiversidade. Essas florestas também têm uma composição de nutrientes diferentes às florestas temperadas, que pode afetar a maneira com que ela se comporta frente a temperaturas elevadas.

Dada a inovação, a colaboração internacional com países experientes na tecnologia é importante, além de garantir diversidade na equipe. No momento, o projeto recebe apoio financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação do Brasil (MCTI) e do governo do Reino Unido para a construção da infraestrutura.

Indo por outro caminho, pesquisadores da [Universidade Federal do Amazonas \(Ufam\)](#) exploram essas questões partindo de métodos da Antropologia. No projeto [Nova Cartografia Social da Amazônia](#), integrantes de povos e comunidades tradicionais da Amazônia são convidados a produzirem seus próprios mapas da região, utilizando a sua própria terminologia e linguagem. “O nosso projeto cria condições das pessoas produzirem seus próprios mapas. Esses mapas podem ser – e têm sido – elementos de defesa e de força para garantir territórios e para denunciar desmatamentos, queimadas e devastação em tempo real”, explica Alfredo Wagner, professor da UFAM e coordenador do projeto. (Figura 2)

Alfredo Wagner detalha que, no que diz respeito às iniciativas de garantir desenvolvimento sustentável e levantar ações para combater mudanças climáticas, o projeto dá

condições para os povos que habitam a região promoverem as suas próprias formas de proteção e defesa dos territórios, independentemente de empresas, ONGs e partidos políticos. Ele destaca que essas são comunidades que, tradicionalmente, atuam na preservação dos recursos naturais dos seus territórios e de áreas preservadas, incluindo as terras e rios da região.

Colaboração

Ao longo dos seus 13 anos de atuação, o projeto coordenado por Alfredo Wagner conta com mapas criados por povos de todos os oito estados brasileiros da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Também existem materiais feitos em parceria com outros países amazônicos, incluindo Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa e

“As comunidades tradicionalmente atuam na preservação dos recursos naturais dos seus territórios e de áreas preservadas, incluindo as terras e rios da região.”

Suriname. “Essa abrangência tem sido responsável pelo êxito do projeto e ela também é importante para entendermos que essas realidades da pan-Amazônia não são exclusivas do nosso país. Há também florestas tropicais na América Central, por exemplo”, destaca.

A importância de aumentar as colaborações entre países da Pan-Amazônia também é reconhecida pela equipe do AmazonFACE, que se reuniu, no final de agosto, com a OTCA. A intenção é que, daqui para frente, sejam discutidas e implementadas oportunidades de pesquisa envolvendo mais países da região. “Como o experimento é relevante para toda a Amazônia, faz muito sentido a gente poder atrair a comunidade de toda a Pan-

“Não só as colaborações são necessárias para o avanço das pautas de desenvolvimento sustentável, como é importante garantir que as instituições científicas e os profissionais de pesquisa da região estejam devidamente amparadas.”

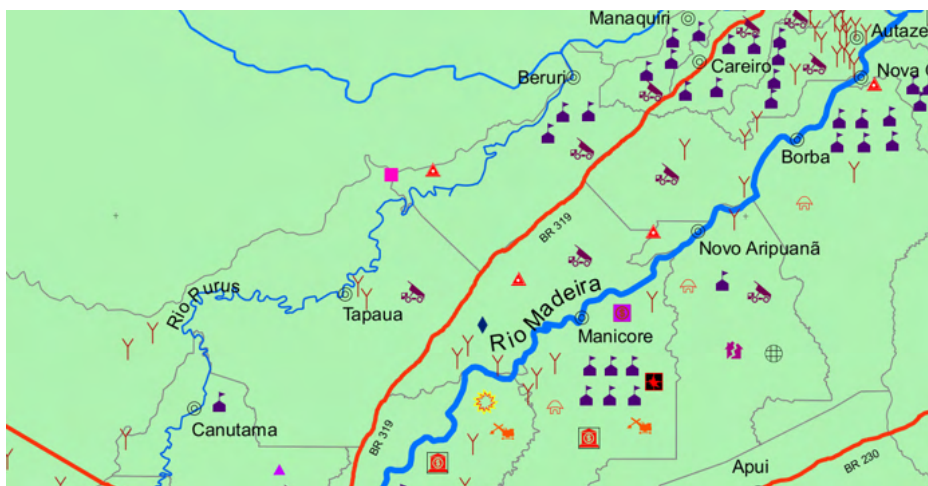


Figura 2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia convida integrantes de povos e comunidades tradicionais para produzirem seus próprios mapas da região, utilizando a sua própria terminologia e linguagem.

(Imagem: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/
novacartografiasocial.com.br)

Amazônica para trabalhar no projeto”, afirma David Lapola.

Marilene Corrêa, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Ufam, destaca também que não só as colaborações são necessárias para o avanço das pautas de desenvolvimento sustentável, como é importante garantir que as instituições científicas e os profissionais de pesquisa da região estejam devidamente amparadas. “É preciso que o Estado fortaleça mais as instituições locais: o INPA [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia], a Embrapa, o museu Emílio Goeldi e as universidades federais. É preciso também interiorizá-las, ou seja, incluí-las na parte mais profunda da floresta amazônica brasileira”, afirma.

Mariana Hafiz é mestre em Divulgação Científica e Cultural no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp). Tem experiência com jornalismo científico na Revista ComCiência e ajudou a produzir o podcast “Refúgio em Pauta” da Agência da ONU para Refugiados no Brasil (ACNUR)



Capa: Fortalecimento da integração regional deve auxiliar na discussão e defesa de espaços democráticos que pareciam já consolidados.

(Foto: Freepik.com. Reprodução)

Direitos humanos na América Latina

Lutas sociais e desafios em uma região marcada por desigualdades

Priscylla Almeida
João Nogueira

A [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (DUDH) completa 75 anos em 2023 desde que foi elaborada por representantes de várias regiões do mundo na Assembleia Geral da [Organização das Nações Unidas](#) (ONU), em 1948. Para além dela, os países da América Latina têm à disposição instrumentos regionais, convenções e órgãos encarregados de lidar com o cumprimento dos compromissos assumidos. Em teoria, o amplo tema dos direitos humanos abrange o cuidado e a proteção da vida de qualquer pessoa, atribuindo oportunidades igualitárias às diferenças. Ou seja, falar dos direitos humanos é algo incontornável no projeto de uma sociedade melhor.

Ao longo do tempo, a construção dos direitos humanos na região apresenta diversos avanços em processos históricos, políticos e sociais, como é o caso de redemocratizações, reformas de base e a descolonização de uma América Latina marcada pelo período colonial. A própria transposição das ideias da DUDH, discutidas e

criadas em um contexto europeu pós-guerras, é carregada de contradições. Na prática, é possível observar uma distorção do significado e da amplitude do tema, cujo retrocesso de liberdades fundamentais, violências, impunidades e crises humanitárias apontam para uma alarmante discussão e defesa de espaços democráticos que pareciam já consolidados. “Nós temos desafios imensos, visto que os direitos humanos na América Latina têm uma pauta de implementação muito ligada aos direitos políticos de ditaduras que nos impulsionaram para um ajuste de contas, mas que foi tardio em termos de direitos humanos”, pontua Silene Freire, professora da Faculdade de Serviço Social da [Universidade do Estado do Rio de Janeiro \(UERJ\)](#), coordenadora do [Programa de Estudos de América Latina e Caribe \(PROEALC\)](#) e do Observatório de Direitos Humanos da América Latina (ODHAL).

Atuais ameaças e retrocessos

Dentre as principais ameaças aos direitos humanos, a violência relacionada ao crime organizado arruína a estabilidade social e coloca



Figura 1. Migração forçada resultante de conflitos internos, além de fome e pobreza, aumentou em toda a América Latina

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil. Reprodução)

em risco a vida das pessoas. Com isso, a América Latina enfrenta atualmente um dos seus mais graves desafios em décadas: quase nove em cada dez assassinatos de ativistas registrados em 2022 ocorreram na região, com mais de um terço de todos os ataques ocasionados na Colômbia, mais do que em qualquer outro país no mundo, segundo o recente relatório da [Global Witness](#) publicado em setembro de 2023. A própria entidade já havia classificado a América Latina como a mais afetada pela violência desde que iniciou a publicação de seus dados, em 2012.

A impunidade também é um problema persistente que mina a confiança nas instituições, onde por muitas vezes, os responsáveis por violações de direitos humanos não são levados à justiça, o que perpetua um ciclo de abusos contínuos de corrupção, enfraquecendo o estado de direito e as instituições democráticas. No Brasil a polícia matou 6.400 pessoas em 2020, sendo que cerca de 80% das vítimas eram negras, segundo o [Relatório Mundial 2022 da Human Rights Watch](#).

Ainda a violência, fundamentada em fatores discriminatórios como gênero e orientação sexual, ocasiona em uma séria violação dos direitos humanos, tendo a América Latina e o Caribe enfrentado níveis elevados de perseguições direcionadas às pessoas LGBTQIA+. Países como Guiana, Jamaica, Antígua e Barbuda, Barbados, dentre outros, mantêm leis que criminalizam as sexualidades e identidades de gênero que não se conformam com as normas estabelecidas, de acordo com informações fornecidas pela [International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and](#)

[Intersex Association \(ILGA\)](#) em 2020. Já o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, liderando o ranking por 14 anos consecutivos, segundo o [Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(Antra\)](#). México e Estados Unidos aparecem em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Outro fator comum é a migração forçada resultante de conflitos internos, como é o caso de países como Nicarágua, Haiti e Venezuela, resultando em xenofobias, abusos, perseguições e falta de oportunidades econômicas e migratórias, cuja realidade coloca em risco os direitos das pessoas em deslocamento. “Órgãos internacionais, como a [Organização Internacional para as Migrações \(OIM\)](#) e a [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe \(CEPAL\)](#), são fundamentais para a proteção dos direitos humanos dos migrantes na América Latina. Eles trabalham para estabelecer padrões internacionais de direitos, monitorar a situação das pessoas migrantes e fornecer orientação e assistência técnica aos governos”, afirma Marta Rangel, consultora da CEPAL e especialista em pesquisa, análise social e diagnóstico sobre a situação das populações afrodescendentes e em recomendações de políticas para a inclusão e promoção de seus direitos. “Entidades assim trabalham na implementação de medidas para melhorar a situação dos grupos mais vulneráveis e a promoção da cooperação regional em diversas áreas que possam contribuir para a proteção dos direitos humanos”, ressalta. (Figura 1)

O aumento da repressão política enfrentada por países latinos são verdadeiros retrocessos de direitos humanos nos últimos anos, com prisões arbitrárias de opositores políticos e restrições à liberdade de expressão. Na Venezuela, a população tem enfrentado uma crise política, econômica e humanitária. Conforme o relatório publicado pela Missão Internacional Independente de Investigação dos Fatos sobre a Venezuela, designada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2020, as violações dos Direitos Humanos ocorridas no país denunciam de maneira minuciosa os abusos e crimes cometidos por órgãos policiais e de “segurança do Estado”, incluindo execuções extrajudiciais, desaparecimentos

forçados, detenções arbitrárias e torturas, dentre outros. Em países como Colômbia, Chile, Equador e Peru, as forças de segurança cometeram graves abusos contra manifestantes nos últimos anos. No Brasil foram 2.507 agricultores e indígenas assassinados por motivo de conflitos de terra entre 1964 e 2016, de acordo com [dados do Instituto de Estudos Latino-Americanos \(IELA\)](#).

Impactos da pandemia de covid-19 e mudanças climáticas

Para além das crises econômicas, a pandemia de covid-19 trouxe à tona as disparidades e desigualdades sociais que afetam as populações e os grupos mais vulneráveis na América Latina. Em abril de 2020, o Ministério da Saúde no Brasil revelou

“Retrocesso de liberdades fundamentais, violências, impunidades e crises humanitárias apontam para uma alarmante discussão e defesa de espaços democráticos que pareciam já consolidados.”

que um em cada três óbitos por covid-19 ocorreu entre pessoas negras. “Nesse contexto de desigualdades múltiplas e exacerbadas, a promoção dos direitos humanos das mulheres e das pessoas afrodescendentes se apresentou como um grande desafio, considerando as várias dimensões da crise”, declara Marta Rangel. “Isso porque a pandemia revelou de forma contundente as desigualdades estruturais que afetam a essas populações, principalmente as mulheres afrodescendentes, incluindo o acesso desigual a serviços de infraestrutura básica como água potável, esgoto, eletricidade e internet, assim como serviços de saúde”. (Figura 2)

Situações em que as mulheres precisaram conviver por prolongados períodos

“O aumento da repressão política enfrentada por países latinos são verdadeiros retrocessos de direitos humanos nos últimos anos, com prisões arbitrárias de opositores políticos e restrições à liberdade de expressão.”



Figura 2. Pandemia de covid-19 trouxe à tona as disparidades e desigualdades sociais que afetam as populações e os grupos mais vulneráveis na América Latina.

(Foto: Carlos Mamani/ AFP. Reprodução)

com seus parceiros, frequentemente sujeitas a agressões verbais, sexuais e psicológicas atreladas à crescente crise financeira (já que o setor de serviços domésticos foi um dos mais afetados), teve como resultado o alarmante aumento da violência doméstica contra as mulheres durante a pandemia, levando a ONU a criar uma página e central de ajuda dedicadas especificamente ao tema da covid-19 e mulheres. “A pandemia foi uma verdadeira tragédia na América Latina com várias experiências de genocídios e de ausência do estado, deixando marcas profundas”, declara Silene Freire.

Outro agravamento se dá por conta de questões climáticas. No Haiti, a pandemia, associada a um terremoto de magnitude 7,2 na escala Richter mais o assassinato de seu presidente Jovenel Moïse, resultou em uma grande instabilidade política e humanitária. No Brasil, com a recente onda de calor ocasionou mortes em vários estados, além de desastres ambientais, como inundações e desabamentos. Diante deste cenário, o presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Federico Villegas, ressalta a importância de olhar os temas ambientais com uma “perspectiva humana”, declarando que “os temas ambientais não são temas sociais, econômicos, científicos, são temas de direitos humanos”. (Figura 3)



Figura 3. As mudanças climáticas atingem principalmente os mais vulneráveis na região, colocando em cheque os direitos humanos.

(Foto: Defesa Civil do Rio Grande do Sul. Reprodução)

Avanços na garantia dos direitos humanos

Na contramão, é necessário destacar os avanços frente a uma América Latina marcada por um conservadorismo herdado do período colonial: “como é o caso das mudanças em alguns países da região que apontam para um caminho de busca e manutenção de direitos humanos e sua promoção através de políticas públicas”, analisa Ana Carolina Delgado, professora de Relações Internacionais da [Universidade Federal da Integração Latino-Americana \(Unila\)](#) e presidente da [Associação Brasileira de Relações Internacionais \(ABRI\)](#).

O Uruguai e a Argentina foram os países pioneiros na aprovação de lei que garante o aborto seguro, um grande avanço para os direitos reprodutivos das mulheres – segundo a [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#), 25 milhões de interrupções inseguras são feitas anualmente no mundo, o que resulta em uma taxa de mortalidade que varia de 4,17% a 13,8%. No México, a Suprema Corte emitiu uma decisão que descriminaliza o aborto, removendo punições para mulheres que realizam abortos no primeiro trimestre da gravidez.

A Colômbia, que já havia legalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2016, fez história ao permitir que uma criança tivesse legalmente três pais. Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu que os ataques homofóbicos passassem a ser criminalizados, classificando-os como equivalentes aos crimes de racismo.

Outro avanço significativo na atualidade foi a extensão da aplicação da Lei Maria da Penha no Brasil para abordar a violência contra mulheres trans.

“A região da América Latina tem caminhado para avanços históricos, na medida em que tais camadas marginalizadas organizam-se para lutar por seus direitos e, paralelamente, a uma série de iniciativas”, enfatiza Ana Carolina Delgado. Contudo, ainda há um grande caminho a percorrer para que tais leis possam ser efetivas na prática. “Embora atualmente muito se tenha avançado com o reconhecimento de direitos humanos não apenas nas constituições como também

“A pandemia revelou de forma contundente as desigualdades estruturais que afetam a essas populações, principalmente as mulheres afrodescendentes, incluindo o acesso desigual a serviços de infraestrutura básica como água potável, esgoto, eletricidade e internet, assim como serviços de saúde.”

na internalização de normativas internacionais, há uma diferença entre o reconhecimento de fato e a efetivação da garantia destes direitos”, ressalta.

Integração regional para a uma efetiva defesa dos direitos humanos

Para garantir os direitos das minorias, a conscientização sobre questões de gênero, racismo e discriminação é fundamental, já que a mudança de atitudes e comportamentos fortalecem leis e regulamentações que protegem os seus direitos, bem como suas efetivas aplicações. Se por um lado, a partir de 2023 temos a retomada do protagonismo do Brasil na intermediação da integração entre os governos da região, por outro, a unificação das pautas dos movimentos sociais e estruturais faz frente aos retrocessos experienciados nos últimos anos. “Todo esse contexto deve ser decifrado e deve estar nas esferas da educação”, afirma Silene Freire ao defender a unificação de pautas para uma luta de direitos humanos mais pluralizada. “As minorias, não por acaso, compõem as classes trabalhadoras subalternizadas pelo capitalismo. Ou seja, sem que haja essa unificação e

ampliação da consciência, nós não vamos superar estes desafios. É preciso denunciar, resistir, mas acima de tudo é preciso lutar para superar”.

Além disso, é importante ressaltar o papel dos Estados e organizações no estabelecimento de padrões e espaços de discussão para a contribuição da integração regional: “a eficácia dos acordos de cooperação pode variar segundo a vontade política dos governos e sua capacidade de implementar as medidas acordadas”, destaca Marta Rangel. A integração regional e o compromisso contínuo com políticas públicas inclusivas são passos fundamentais para alcançar uma América Latina mais justa e igualitária. “Somente com a defesa dos direitos humanos seremos capazes de fortalecer ações de denúncia e afirmar a importância da resistência em face do avanço nas diversas formas de desumanização que assistimos na América Latina”, complementa Silene Freire.

Priscylla Almeida é jornalista e produtora de conteúdo para áreas de saúde e ciência, marketing e publicidade. Apaixonada por filmes, gatinhos e pela rotina dinâmica que a comunicação traz: o contato com gente, a curiosidade de assuntos diversos, a troca.

João F. F. Nogueira é desenvolvedor de software, professor e pesquisador. Transita por diversos temas, das ciências humanas às exatas, sempre estudando algo novo. Adora jogar videogame quando não está viajando.



Capa. Palácio La Moneda, sede da Presidência do Chile, é atacado por soldados em 11 de setembro de 1973
(Foto: AFP/ Reprodução)

50 anos do golpe no Chile

Cinquentenário do golpe de 1973 é uma oportunidade para refletir sobre os desafios enfrentados na busca por justiça, igualdade e democracia na América Latina

Chris Bueno

“Enterramos a nossa democracia e enterramos nossa liberdade”. É assim que a escritora chilena Isabel Allende relembra o golpe militar de 11 de setembro de 1973 em [entrevista para a Anistia Internacional](#). O aniversário de 50 anos do golpe reacende o debate sobre uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, que deixou mais de três mil mortos e desaparecidos e 40 mil presos e torturados, além de forçar cerca de 200 mil chilenos ao exílio – incluindo Isabel Allende. E também convida a refletir sobre o impacto que teve sobre toda a América Latina.

Em um [áudio](#) revelado este ano pela CNN Chile, o chanceler chileno Orlando Letelier relatou um almoço com o então presidente Salvador Allende no qual discutiram a aposentadoria de generais militares que ameaçavam se insurgir contra o governo e o anúncio de um plebiscito para uma nova Constituição. Os comandantes militares não estavam satisfeitos com o primeiro socialista alçado ao poder

pelo voto popular nas Américas e com os rumos do novo governo. Antes que Allende pudesse convocar o plebiscito popular, o Palácio de La Moneda, sede da Presidência do Chile, foi cercado e bombardeado por forças militares. Os militares tomaram o poder, Salvador Allende foi morto, e Augusto Pinochet iniciou a ditadura que duraria até 1990.

“A ditadura chilena foi uma das piores da América Latina, pela crueldade, níveis de violência e também, ou

sobretudo, pela aniquilação da soberania do país e pela imposição de uma política que em seguida seria vendida para o mundo ocidental: o neoliberalismo”, afirma Vinício Carrilho Martinez, professor do Departamento de Educação da [Universidade Federal de São Carlos \(UFScar\)](#).

Após o golpe, Pinochet promulgou uma nova Constituição em 1980, que estabeleceu as bases do regime autoritário e limitou a responsabilidade do Estado na promoção de direitos sociais e igualdade. Essa Constituição também criou mecanismos de autodefesa que dificultaram mudanças políticas substanciais. No entanto, em 1988, Pinochet perdeu um plebiscito que decidiria se ele poderia continuar como presidente e em 1990 Patricio Elwin, representando a *Concertación*, tomou posse como primeiro presidente eleito após a ditadura. “Mas isso não significou a abertura de uma fase de democracia plena”, explica Alberto Aggio, professor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da [Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho \(UNESP\)](#). Segundo o pesquisador, depois da derrota no plebiscito de 1988 era preciso fazer reformas na Constituição



Figura 1. Levante popular conhecido como “*estallido social*” demonstrou insatisfação da população chilena e durou outubro de 2019 e continuaram até março de 2020

(Foto: Arquivo/EFE. Reprodução)

para que os partidos pudessem voltar a existir e disputar as eleições. Nessa rápida transição, Pinochet negociou duramente com a *Concertación* e impôs, em um novo plebiscito realizado em 1989, o que ficou conhecido como “enclaves autoritários”: um conjunto de normas que manteve o pinochetismo como uma sombra autoritária sobre a democracia recém-conquistada. “Foram necessários vários anos para que se suprimissem esses ‘enclaves autoritários’”. Assim, o que se tem depois da retomada da democracia são governos submetidos a uma camisa de força imposta pelo autoritarismo”.

Desta forma, o novo governo eleito não convocou uma Assembleia Constituinte para invalidar a Carta Magna pinochetista e substituí-la por outra mais adequada à democracia. “A reprodução ‘transformista’ operada pela *Concertación* consistiu precisamente na exitosa reciclagem durante a redemocratização das instituições socioeconômicas da ditadura, de sua concepção despolitizada da política e de sua cultura individualista, competitiva e aquisitiva”, explica Jales Dantas da Costa, professor no Departamento de Economia da [Universidade de Brasília \(UnB\)](#). “A *Concertación* atuou sem questionar as finalidades impostas pela ditadura. Procederam como se o capitalismo neoliberal e sua democracia semi-representativa fossem os espaços naturais do convívio social”, pontua.

Nova constituição, velhos problemas

A redemocratização do país disfarçava uma série de

problemas sociais que foram se agravando até “explodirem” em um grande levante popular, conhecido como “*estallido social*”. O estopim dos eventos foi o aumento da tarifa do sistema de transporte público de Santiago. Isso desencadeou uma série de protestos que se iniciaram em outubro de 2019 e continuaram até março de 2020. Os protestos se espalharam rapidamente por todo o país, com muitos distúrbios violentos. A situação levou o então presidente Sebastián Piñera a decretar estado de emergência e toque de recolher. (Figura 1)

O que começou como um protesto contra o aumento das tarifas do transporte público na verdade carregava uma longa lista de insatisfações: alto custo de vida (até 2019, Santiago era a segunda cidade mais cara da América Latina); elevados preços nos transportes, medicamentos e tratamentos de saúde; e uma rejeição generalizada de toda a classe política e do descrédito institucional acumulado nos últimos anos, incluindo a própria Constituição do país. O resultado foi uma série de medidas, denominadas “Nova Agenda Social”, que incluíam providências relacionadas com pensões, saúde, salários e administração pública.

“Os níveis de dessocialização, desconstrução do humano – o que também se denomina de estranhamento e de brutalização – foram tão acentuados que a sociedade chilena está repartida em duas”, explica Vinício Martinez. “É como se uma parte ainda lutasse por justiça, reparação e penalização dos carrascos – apesar de já terem avançado – e a outra metade (digamos assim) ainda se mantivesse crente nos resultados trazidos por Pinochet”, diz. Para o professor, um exemplo da magnitude da fissura social está na recusa do projeto normativo da Constituinte chilena.

“Acredito que o *estallido social* acirrou a polaridade”, explica Jales Costa. “De um lado, o ímpeto popular de trabalhadores, desempregados, marginalizados, empobrecidos, indignados, estudantes, professores, indígenas, representantes dos mais diversos movimentos sociais, etc., que imprimiram um rotundo ‘não’ a figura e ao legado de Pinochet – como prova o rechaço da Constituição vigente e o plebiscito para elaboração de uma nova Constituição. Por outro lado, fortaleceu o apoio a sua imagem e seu legado não apenas por parte de conservadores, reacionários e contrarrevolucionários, como também parte de moderados apavorados com a explosão social”, pontua.

Um acordo transversal entre o Governo e o Congresso acordou a convocação de um plebiscito nacional para definir a elaboração de uma nova Constituição. O plebiscito, realizado em 2020, apontou que 78% da população chilena aprovava a criação de uma nova Carta Magna. No entanto, em outro plebiscito, realizado em 2022, 61,8% da população rejeitou a primeira proposta dessa Constituição. Um ano após a derrota da nova constituinte e 50 anos após o golpe militar de Pinochet, uma nova proposta da Carta Magna está sendo elaborada por um órgão eleito em maio e dominado por uma direita ultraconservadora. A Nova Constituição deve ficar pronta em dezembro deste ano, quando será submetida novamente a voto popular.

“O aniversário de 50 anos do golpe reacende o debate sobre uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, que deixou mais de três mil mortos e desaparecidos e 40 mil presos e torturados.”

Direitos humanos: violação e reparação

“A ditadura chilena legou para a sociedade uma série de violações de direitos humanos e uma cultura de impunidade”, afirma Caroline Silveira Bauer, professora do Departamento de História da [Universidade Federal do Rio Grande do Sul \(UFRGS\)](#). Segundo a pesquisadora, a ditadura pinochetista foi caracterizada pela violência aos direitos humanos e por repressões sem precedentes. Protestos populares foram combatidos com prisões, exonerações, tortura, execuções, desaparecimentos, exílios e censura. A violência sexual era uma parte horrível dessa repressão, com a maioria das mulheres sofrendo abusos, incluindo estupro, durante a prisão. Muitas delas deram à luz crianças concebidas em meio a essas atrocidades. A [Comissão Nacional sobre a Prisão Política e Tortura](#) registrou que 94% das pessoas detidas sofreram torturas diversas, incluindo choques elétricos, simulação de fuzilamento e asfixia.

Mas as violações não pararam por aí. Outras ações, mais sutis, também tiveram um terrível impacto negativo na população chilena. Os direitos trabalhistas e sociais conquistados durante o



Figura 2. Ditaduras chilena deixou mais de três mil mortos e desaparecidos, 40 mil presos e torturados e cerca de 200 mil exilados.

(Foto: Arquivo/Memorial dos Direitos Humanos. Reprodução)

governo de Allende foram desmanteladas sob o regime de Pinochet, com milhares de pessoas sendo demitidas de seus trabalhos ou expulsas de suas terras. “Os relatórios das Comissões da Verdade (1991, 2001, 2004, 2011) escancaram, além das mortes (3.216 pessoas) e as torturas (38.254), os exílios (cerca de 200 mil pessoas), as demissões em massa (cerca de 230 mil pessoas), o roubo de terras indígenas e camponesas (mais de 7 milhões de hectares), etc.”, aponta Jales Costa. (Figura 2)

Embora medidas reparadoras tenham sido tomadas para condenar repressores e reconhecer as vítimas, a ascensão da extrema-direita no cenário político chileno tem levado à relativização desses abusos, com tentativas de favorecer torturadores por meio de uma legislação controversa. O governo acaba de lançar o Plano Nacional de Busca de vítimas de desaparecimento forçado sob o regime Pinochet – uma demanda histórica. Para Caroline Bauer, é preciso empregar esforços para a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, para a elucidação de seus assassinatos (principalmente com a disponibilização dos arquivos da repressão) e para a responsabilização dos implicados. Esses trabalhos devem construir e difundir valores que tornem a violação de direitos humanos e sua apologia incompatíveis com a ordem democrática. “A luta de indivíduos e organizações de direitos humanos foi fundamental para a denúncia do que acontecia no Chile, e para que fossem tomadas providências no pós-ditadura para a investigação do que fora a ditadura pinochetista. Nesse

sentido, também podemos falar que essas pessoas e esses grupos foram fundamentais para a consolidação da democracia, já que esse sistema é fragilizado quando os direitos não são garantidos a todos, e o passado é tratado com impunidade”, enfatiza a pesquisadora.

Cenário latino-americano, ontem e hoje

O golpe liderado pelo general Augusto Pinochet em setembro de 1973 no Chile não foi um incidente isolado na América do Sul. Naquele período, a região testemunhou uma série de golpes militares com características comuns, como o contrarrevolucionarismo declarado, a intensa repressão ilegal que resultou em milhares de vítimas, a coordenação entre os regimes militares por meio da chamada "Operação Condor" e a influência direta dos Estados Unidos na promoção e configuração desses governos militares. O Brasil vivia há nove anos sob um regime militar que duraria 20 anos. A Bolívia era governada pelo general Hugo Banzer. No Uruguai, governava Juan María Bordaberry, que mais tarde seria preso por crimes contra a humanidade. Na Argentina, as Forças Armadas tomariam o poder em 1976.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a nova junta militar do Chile. Documentos revelados posteriormente evidenciam a cooperação brasileira nos "interrogatórios" realizados no Estádio Nacional de Santiago, que havia sido convertido em centro de prisioneiros. Isso teve implicações geopolíticas e de exílio para o país. "O que ocorreu no Chile, da vitória de Allende até o golpe de Estado de 1973, impactou toda a esquerda ocidental pelo caminho que o presidente eleito assumiu: construir o socialismo pela democracia", explica Alberto Aggio. "Pode-se ver o Chile de Allende, historicamente, como um ponto de inflexão na cultura política da revolução que marcou o século XX latino-americano e mundial", diz.

A queda e morte de Salvador Allende no Chile representaram uma virada na história da esquerda internacional, marcando a transição entre duas eras. No contexto atual, sua morte ainda ressoa como um lembrete da importância de lutar por convicções e princípios, independentemente das adversidades e desafios enfrentados ao longo do caminho. Jales Costa pontua que, para os latino-americanos, se trata também de compreender o quão longe pôde chegar à experiência ao socialismo

chileno e os porquês de sua derrota, e não apenas compreender os tristes anos sombrios. "É certo que durante o primeiro ano da *revolución* chilena, a utopia socialista identificada com 'os de baixo' se fez mais viva que nunca, precisamente porque sonhos se fizeram reais. É também certo que a ditadura de Pinochet transformou sonhos em pesadelos e enterrou o quanto pode a utopia socialista, que de fato se esboroou. E que o *Chile Actual* encontra dificuldades para mantê-la acesa e irradiá-la".

Para Vinício Martinez, a ditadura chilena não só impactou a América Latina como ainda reflete em nossos dias. "A ditadura chilena foi um nefasto experimento sociometabólico do capital, com requintes de crueldade, vilipêndio humano, de acordo com os piores valores econômicos e sob a égide dos piores níveis de psicopatia imagináveis. Por isso e por tudo que tratamos aqui hoje, é um alerta máximo de que a

"O golpe liderado pelo general Augusto Pinochet em setembro de 1973 no Chile não foi um incidente isolado na América do Sul."

luta política no combate ao Fascismo renitente (e procriado) deve ser constante, atuando-se nos lares, nos bares, no trabalho, nas ruas, nos grupos sociais, nas escolas”, alerta.

O cinquentenário do golpe de 1973 no Chile é um momento de reflexão não apenas para os chilenos, mas também para toda a América Latina. É uma oportunidade de compreender a história compartilhada da região e refletir sobre os desafios enfrentados na busca por justiça, igualdade e democracia. A construção de uma nova Constituição chilena e os debates em torno dela são passos cruciais nesse caminho contínuo. “Porque estamos diretamente relacionados com as políticas desenvolvidas na região nos anos 1960 em diante. Esse passado não se encontra

dissociado do presente. As ditaduras podem ter acabado; muitas de suas consequências, ideologias e práticas, não”, conclui Caroline Bauer.

“O cinquentenário do golpe de 1973 no Chile é uma oportunidade de compreender a história compartilhada da região e refletir sobre os desafios enfrentados na busca por justiça, igualdade e democracia.”

Chris Bueno é jornalista, escritora, divulgadora de ciências, editora-executiva da revista Ciência & Cultura, e mãe apaixonada por escrever (especialmente sobre ciência).



Capa. Mostra do fotógrafo Marcelo Brodsky convida a não esquecer.

(Imagem: Marcelo Brodsky. Museu Judaico. Reprodução)

Arte na América Latina: do monumento ao testemunho

A arte permite que histórias locais extrapolem as fronteiras e ajudem a desconstruir histórias nacionalistas.

Patrícia Mariuzzo

Em “Exílios, escombros, resistências”, o fotógrafo argentino Marcelo Brodsky fala sobre memória, exílios, violência e direitos humanos. No [Museu Judaico](#), em São Paulo, a exposição, que fica em cartaz até novembro, traz uma retrospectiva da obra do artista que, para além do registro fotográfico, costuma fazer intervenções nas fotos, ora escrevendo, ora desenhando. Um dos eixos da mostra tem como foco as diversas ditaduras na América Latina nos anos 1960. Em uma das intervenções, ele pinta as mãos dadas de Leila Diniz, Odete Lara, Norma Bengell e outras atrizes em uma foto de arquivo sobre as mobilizações estudantes contra a ditadura em 1968, no Brasil.

Mais do que a contemplação, o conjunto da exposição propõe uma reflexão sobre memória, violência e resistência. A arte aqui se coloca como um caminho para quebrar o paradigma de uma narrativa única e monumental para a América Latina. Um caminho para abandonar uma narrativa linear, homogênea, calcada em

um punhado de heróis, sempre brancos, sempre homens e construir novas identidades a partir de memórias coletivas, como ensinou o sociólogo francês Maurice Halbwachs. O dispositivo estético tem um papel fundamental na divisão da sociedade entre elites dominadoras e subalternizados, explica o curador da mostra, Márcio Seligmann-Silva, pois produz imagens que justamente sustentam os quadros de memória conservadores. Não existe, portanto, um salto para fora da colonialidade e sua terrível continuidade sem uma revolução no campo cultural das imagens. “A arte é coisa seríssima. Não por acaso todos os regimes autoritários a censuram. Basta lembrar da balburdia negacionista racista que marcou a Fundação Cultural palmares entre 2019-2022, numa verdadeira tentativa de apagar a cultura afrodescendente no Brasil”, aponta o professor titular de Teoria Literária na Unicamp.

Apagamentos

“Depois chegaram os chamados brancos, com a cruz e o arcabuz(...). Já chegam sabendo

*“A arte é coisa
seríssima. Não por
acaso todos os
regimes autoritários a
censuram.”*

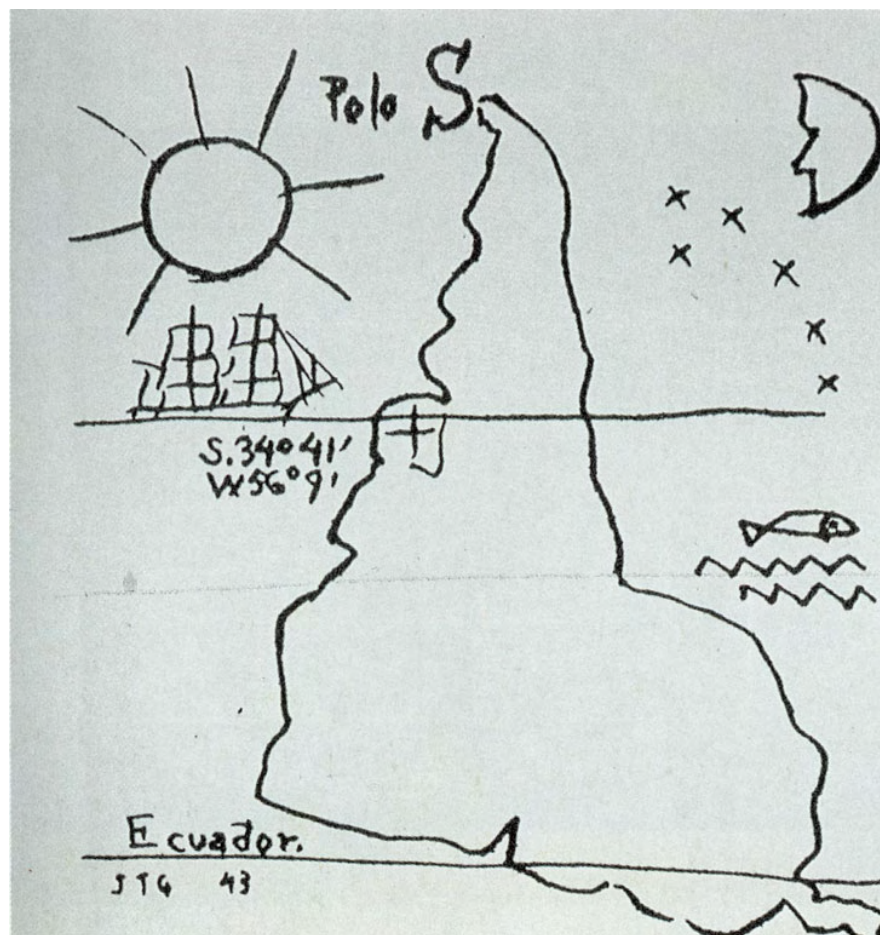


Figura 1. Na obra *El Norte es el Sur*, o artista uruguaio Joaquín Torres García (1935) transgrediu a cartografia clássica, revelando que o planeta é estruturado por complexas relações de poder.

(Imagem: Joaquín Torres García. Reprodução)

mais do que nos, sobre o que querem de nós”, escreveu o poeta Tiago de Mello (1953). A gestação da Modernidade dependeu de colônias e de povos colonizados. No caso das Américas, que tem na diversidade um conceito-chave, as centenas de povos que aqui viviam – incas, calchaquíes, tzotziles, olmecas, maias, guaranis, tupis, etc. foram chamados de índios, uma palavra que não existia na região. “Se, nos documentos históricos europeus eles foram chamados de índios ou negros da terra, em suas próprias línguas não existe nenhuma palavra para se referir a todos os povos que viviam nas Américas”, escreveu o arqueólogo e historiador da Unicamp, Pedro Paulo Funari, no artigo “*América Latina Antiga, patrimônio arqueológico indígena e sua importância para a convivialidade*”, publicado no livro “*Arte e Arqueologia da América Indígena*” (Editora da Unicamp, 2022).

O processo de colonização se dá pela imposição de um tipo de pensamento europeu às demais culturas do mundo. “Nesse processo, milhares de línguas, códigos de conduta, modelos de estética, narrativas, histórias e hábitos multicentenários foram sendo apagados. Para além de uma mera

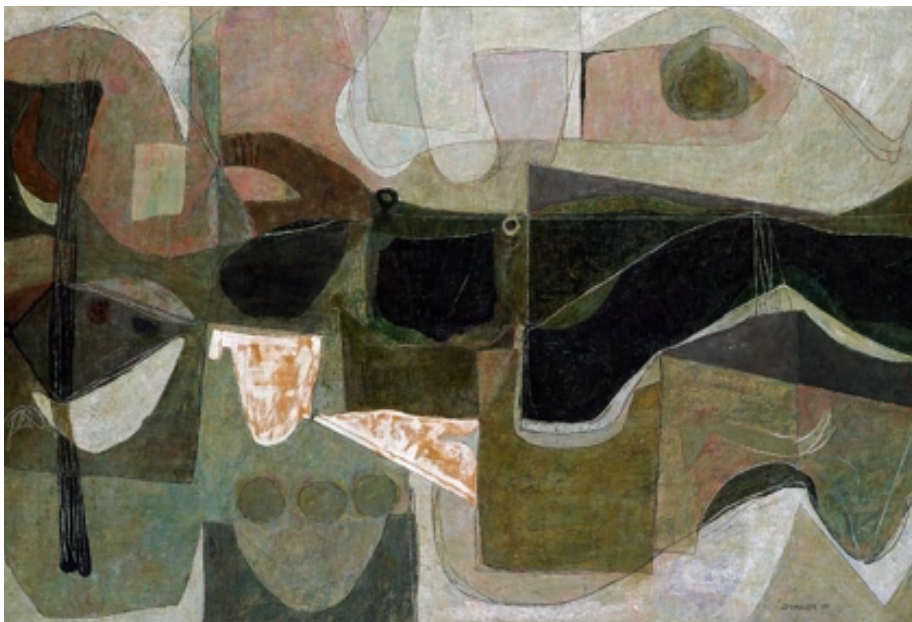


Figura 2. Acervo do MAC-USP reúne repertórios artísticos latino-americanos, estimulando um deslocamento do olhar do sul para o sul.

(Imagem: Obra “Sereias” de Armando Morales. MAC/ USP. Reprodução)

terminologia ou de uma referência geográfica, a própria gênese do termo América Latina, que se dá em meados do século 19, deve ser alvo de reflexão. Em seu livro *“La idea de América Latina”*, Walter Mignolo, semiólogo argentino e professor de literatura na Universidade de Duke, nos Estados Unidos, e um dos principais teóricos decoloniais, explica que:

“em meados do século XIX, a ideia da América como um todo começou a se dividir, não de acordo com os estados-nação que surgiam, mas segundo as diferentes histórias imperiais do Hemisfério Ocidental, o que resultou na configuração da América saxã, ao norte, e da América Latina, ao sul. Naquele momento, ‘América Latina’ foi o termo escolhido para nomear a restauração da ‘civilização’ da Europa meridional, católica e latina, na América do Sul e, simultaneamente, reproduzir as ausências (dos indígenas e dos africanos) do primeiro período colonial. [...] A ‘ideia’ de América Latina é a triste celebração, por parte das elites crioulas, de sua inclusão nos tempos modernos, quando, na realidade, elas submergiam cada vez mais na lógica da colonialidade”. (Mignolo, 2007)

“Nós despertamos para este fato ‘tarde demais’, infelizmente. Mas ainda temos muito a fazer para impedir que

esse processo elimine os últimos bastiões da megadiversidade, como é o caso das populações ameríndias, com suas línguas, seus saberes e técnicas que podem nos ajudar a sobreviver às mazelas do modelo monolíngue ocidental”, defende Seligmann-Silva.

Identities, plurais

Ainda na década de 1960, diversos artistas latino-americanos assumiram para si a tarefa de problematizar a ideia de América Latina e, ao mesmo tempo, refletir sobre o efetivo lugar ocupado por essa região no mundo. Uma das representações mais conhecidas é o desenho *“El Norte es el Sur”*, do artista uruguaio Torres García, de 1935, no qual ele opera uma inversão da posição do mapa do continente sul-americano. Conforme explica a professora Maria de Fátima Morethy Couto, do Instituto de Artes da Unicamp, o desenho deve ser entendido como um gesto

“A arte é responsável por criar espaços de convergência e esse espaço não precisa ser consensual, ao contrário, pode expressar opiniões opostas, estimulando debates e gerando provocações.”

simbólico, que acabou por se converter em poderoso instrumento de afirmação de identidade cultural. “Com ele, Torres García não apenas transgrediu a cartografia clássica, revelando que o planeta é estruturado por complexas relações de poder, como também expôs a necessidade de trilharmos caminhos próprios, autônomos”, escreveu em seu artigo [“Para além das representações](#)

[convencionais: A ideia de arte latino-americana em debate](#)”.

Para ela, é possível ter uma arte que conteste essas narrativas pautadas por outros interesses e outros assuntos e que, muitas vezes, querem empregar conceitos que não nos servem de modo mais amplo. Um exemplo é a ideia de uma arte universal, de uma estética regulada por questões ocidentais, que desconsidere por exemplo, no nosso caso, a produção de artistas afro diaspóricos, ou artistas indígenas, ou que possam dar visibilidade a temas que dizem respeito à nossa região ou a fatos que nos marcaram, como por exemplo, a Revolução Cubana e as ditaduras – tema que compõe a mostra de Marcelo Brodsky no Museu Judaico. (Figura 1)

Abandonar o paradigma de uma identidade latino-americana abre inúmeras possibilidades de criação e de contribuições a partir dos países



Figura 3. Carolina de Jesus relata sua vivência como mãe, moradora da favela e catadora de papel, invertendo uma noção tradicional de Literatura, produzida por homens, em sua maioria brancos.

(Foto: Arquivo Nacional. Reprodução)

que formam esta entidade geográfica. “No campo das artes, há muitas iniciativas para aproximar esses países, muitas curadorias que tratam, por exemplo e sobretudo em arte contemporânea, de um tipo de arte conceitual voltada a refletir sobre questões políticas”, explica Fátima Couto. Ela lembra de importante acervo mantido pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo ([MAC-USP](#)). Existe ainda uma iniciativa do [Centro internacional para as artes das Américas \(ICAA\)](#), do [Museu de Belas Artes de Houston](#) (EUA), que criou e disponibilizou uma plataforma de documentação de arte latina e latino-americana do século 20. Lançado pela primeira vez em 2002, o projeto é uma iniciativa dedicada à recuperação e publicação de materiais de fonte primária e textos críticos. De acesso aberto, a plataforma tem mais de oito mil documentos de arte dos séculos 20 e 21 na América Latina, no Caribe e entre as comunidades latinas dos Estados Unidos. “A arte é responsável por criar espaços de convergência e esse espaço não precisa ser

consensual, ao contrário, pode expressar opiniões opostas, estimulando debates e gerando provocações”, complementou. Para a pesquisadora da Unicamp, as artes são essenciais para refletir sobre localidades determinadas, com histórias específicas, para pensar em nossa própria condição humana. (Figura 2)

Arte e testemunho

A arte e a cultura podem ser instrumento de combate ao autoritarismo e de defesa dos direitos humanos. Como isso se dá? Para Márcio Seligmann-Silva, a palavra-chave aqui seria criar uma cultura do testemunho. “Refiro-me a uma cultura que se abra para as diversas narrativas, para diversas línguas e histórias, para além dos textos canônicos que têm servido de muro e barragem a essas outras narrativas. Construir uma história crítica implica nessa abertura a outras vozes e nos levaria a escovar nossa história a contrapelo”, afirma. Segundo ele, é importante permitir que histórias locais e pesquisas que extrapolem as fronteiras nacionais ajudem a desconstruir histórias nacionalistas e voltadas para o enaltecimento de um suposto “povo” homogêneo com uma suposta história única de suposto triunfo e progresso. “Na verdade, do ponto de vista das populações espezinhadas por esse longo processo da Modernidade, o progresso é a catástrofe e a catástrofe é o progresso”, complementou.

Para Andrea Califano, professor do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (Ufba), nós precisamos de uma defesa que esteja baseada nas especificidades históricas e culturais da região – o que inclui as linguagens e as expressões artísticas. “É uma defesa dos direitos humanos que passa pelo reconhecimento dos sujeitos históricos que foram brutalmente subjugados no processo de constituição dos estados nacionais dependentes dos centros do sistema capitalista mundial. E isso é um processo histórico típico de todos os países da região”, pontua.

A cultura do testemunho abre caminhos para o que Seligmann chama de arte testemunhal, na qual não há uma separação entre o artista, a construção de sua subjetividade e a de suas obras. Em artigo publicado no [Suplemento de Pernambuco](#), o autor explica que o corpo do artista é mobilizado no fazer artístico. Nesse novo contexto das artes e da literatura tornou-se necessária a relação entre a produção artística e a identidade étnica racial, sobretudo quando se tratava de um artista com origem afro. A obra de Carolina Maria de Jesus não poderia ser compreendida sem se pensar em seu elemento testemunhal. Também a obra de Conceição Evaristo e sua

escrevivência expressa essa virada. O testemunho nessas escritoras faz com que séculos de literatura pensada como produtos de gênios (na maioria homens brancos) que manteriam uma relação de distância com seu estrato histórico seja abalado e revisto. As noções de literatura e de artes são redelineadas a partir dessa virada testemunhal. Essas autoras fazem com que finalmente compreendamos que também aqueles autores do cânone tradicional testemunhavam: eles eram testemunhas de culturas machistas e coloniais. (Figura 3)

Segundo Márcio Seligmann-Silva, o testemunho constitui uma força propulsora de contra imagens e agencia um encontro “face a face” com aquele que porta histórias e experiências que, ao serem compartilhadas, promovem uma

“É uma defesa dos direitos humanos que passa pelo reconhecimento dos sujeitos históricos que foram brutalmente subjugados no processo de constituição dos estados nacionais dependentes dos centros do sistema capitalista mundial.”

identificação positiva. “No Brasil seria muito importante se nossos alunos estudassem a história dos povos ameríndios e dos povos vindos da África e de seus desdobramentos no Brasil, primeiro como escravizados, depois como uma população que luta pela sobrevivência em meio a uma cultura estruturalmente racista. Para além desse estudo histórico, seria genial se em nossas escolas os alunos pudessem optar por estudar línguas ameríndias. Assim como nas escolas indígenas o ensino é bilíngue, ou multilíngue, o mesmo poderia acontecer no Brasil com a introdução de línguas indígenas em nosso currículo. Isso promoveria uma mudança na nossa relação com nossas histórias de opressão e violência contra os indígenas e a abertura para uma construção de outras identidades transversais e dialógicas”. Ele lembra que são justamente os saberes ameríndios, por exemplo, impedem, hoje, que a Amazônia se transforme em deserto. O mesmo vale para saberes quilombolas e se repete em outros países das Américas, na África ou na Ásia, onde vozes até a pouco amordaçadas se manifestam e ganham espaço nas sociedades.

Patrícia Mariuzzo é divulgadora de ciência e coordenadora de comunicação do projeto HIDS Unicamp (Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável).



Ciência&Cultura

VOLUME 75 – NO. 3 | JULHO – AGOSTO – SETEMBRO 2023

Uma publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Rua Maria Antônia, 294, 4º andar
CEP: 01222-010, São Paulo – SP
Fone: (11) 3259-2766
E-mail: cienciaecultura@sbpcnet.org.br